



Universidade Católica Portuguesa - Instituto de Estudos Políticos

ABDOU JARJU

**A INSTABILIDADE CRÓNICA DA GUINÉ-BISSAU: DO GOLPE DE ESTADO DE
1980 - 2018**

Lisboa

2019

Abdou Jarju

A INSTABILIDADE CRÓNICA DA GUINÉ-BISSAU: DO GOLPE DE ESTADO DE 1980

- 2018

Esta dissertação é apresentada ao Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica Portuguesa como requisito para obtenção do grau de Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais: Segurança Defesa, sob a orientação do Professor Dr. Francisco P. Garcia.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho ao meu pai e à minha mãe, que faleceu no mês de outubro de 2018, e junto da qual, devido a este meu estudo, não pude estar durante os seus últimos dias de vida. Serei sempre grato aos dois pelos sacrifícios e coragem de enviar o único filho que tiveram para a escola num ambiente de iletrados, embora soubessem que não testemunhariam o fruto dos meus estudos.

Dedico-o também à minha esposa e aos meus filhos pelos sacrifícios consentidos durante a minha ausência de casa por dois anos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço especialmente aos meus pais por me terem enviado à escola num ambiente tão difícil, marcado pelo alto grau de analfabetismo, onde um filho constituía uma força de trabalho e uma segurança social.

Agradeço aos meus amigos que contribuíram com os seus meios financeiros para o custo dos meus estudos e da minha estada em Portugal.

Um agradecimento especial vai para o meu orientador, Professor Dr. Francisco P. Garcia pela paciência que teve durante todo o tempo que durou a elaboração desta tese.

Aos professores e colegas de turma um agradecimento do fundo do meu coração.

Agradeço à Direção do Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica Portuguesa pelo apoio, a criação de um ambiente tão agradável e condições favoráveis para o estudo.

Não posso concluir os meus agradecimentos sem registar a minha gratidão com as seguintes pessoas sem as quais esta dissertação de mestrado não teria tido êxito. São estas: Alhagie Saho; Ismaela Badjie, Euniza Maria Camilo da Silva; Augusto Jose Camilo da Silva; Braima Camara (Ba Quecuto); Carlos Gomes Junior (cadogo); Jorge Mané; Carmelita José Dju, Laura Lisboa, Maria Isabel Mesquita Tavares Almeida Andrade e Christoph Beraud

A todos, muito obrigado.

RESUMO

A República da Guiné-Bissau nasceu num contexto particularmente violento, nomeadamente a luta pela libertação nacional. Esta teve consequências desastrosas na vida futura do novo

Estado. De facto, o conflito começou no seio da guerrilha entre Cabo Verdianos e Guineenses. Logo depois da proclamação unilateral da independência em 1973, a Guiné-Bissau passou por sucessivos golpes de Estado e contragolpes e viveu durante duas décadas uma ditadura sangrenta. A pressão internacional prevaleceu e o país abriu-se ao multipartidarismo em 1994. Entretanto, os guineenses nunca conheceram uma estabilidade governativa. Na verdade, o país experimentou uma guerra civil, golpes e a eliminação física de um presidente em pleno exercício. Há quem diga que esta instabilidade ocorre devido ao sistema político escolhido, logo na abertura à democracia liberal e à composição étnica do país. O objetivo desta dissertação é apresentar as causas de instabilidade crónica da Guiné-Bissau desde o golpe de Estado de 1980 até 2018. Assim, pretende-se analisar as razões, motivos, causas e origens deste fenómeno num país rico em termos de recursos naturais.

PALAVRAS CHAVE: Libertação nacional, instabilidade crónica, Guiné-Bissau, abertura, multipartidarismo.

ABSTRACT.

The Republic of Guinea-Bissau was born in a violent particular context, namely the National Struggle for Independence. This had disastrous consequences on the future life of the new State. In fact, the conflict started in the mid of the freedom fighters, between Cape Verdians and Bissau Guineans. Immediately after gaining its Independence in 1973, Guinea-Bissau has been

experiencing coup d'états and counter coup and lived for two decades in a bloody dictatorship. The international pressure prevailed over it and the country finally was open to the multiparty system in 1994. Since then to date, the country has never known a governing stability and has experienced a civil war, coup d'états and an assassination of a President of the Republic in full exercise. Some did believe that this instability is due to the choice of the political system during the adoption of the liberal democracy and to the ethnical composition of the country. The objective of this thesis is to show what are the causes of chronical instability of Guinea-Bissau since the 1980 coup d'état, to 2018. It intends to analyze the reasons, motives, causes or origins of this phenomenon in a natural resource enriched country.

KEYWORDS: National liberation, chronical instability, Guinea-Bissau, opening, multiparty system.

IMAGENS.

1. MAPA DA REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU.



LISTA DE ABREVIATURAS

CEDEAO - Comunidade Económica dos Estados de África Ocidental;

CEL - Conselho Executivo da Luta;

CEMFA - Chefe de Estado Maior das Forças Armadas;

CMT - Comissão Multipartidária de Transição;

COCN - Comissão Organizadora da Conferência Nacional;

CSG - Conselho Superior da Luta

FAL - Forças Armadas Locais

FARP - Forças Armadas do Povo

FLGC - Frente de Libertação da Guiné Portuguesa e Cabo Verde;

FLING - Frente de Libertação e Independência da Guiné;

FUL - Frente Unida de Libertação da Guiné e Cabo Verde;

IESM - Instituto de Estudos Superiores Militares;

INEP- Instituto Nacional de Estudo e Pesquisa;

ISCTE-IUL - Instituto Universitário de Lisboa

MFDC - Movimento das Forças Democráticas de Casamança;

MIG - Movimento de Independência de Guiné;

MLG - Movimento de Libertação da Guiné;

MLGC - Movimento de Libertação de Guiné e Cabo Verde;

PAIGC - Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde;

PIDE - Polícia Internacional para a Defesa do Estado;

PNUD - Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento

RDAG - Reunião Democrática Africana da Guiné;

UPAG - União dos Povos da Guiné;

UPLG - União da População Libertada da Guiné;

SUMÁRIO.

DEDICATÓRIA	iii
AGRADECIMENTOS	iv

RESUMO.	v
ABSTRACT.	vi
IMAGENS.	vii
LISTA DE ABREVIATURAS	ix
SUMÁRIO.	x
1. INTRODUÇÃO.	11
1.1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS.	11
1.2. METODOLOGIA.	15
2. REFERENCIAL TEÓRICO.	16
2.1. AS PÁGINAS NEGRAS DA HISTORIA DA GUINÉ-BISSAU.	16
2.1.1. Período Anterior À Independência.	16
2.1.1.1. As Origens Dos Movimentos Africanos De Libertação E Dos Da Guiné-Bissau Em Particular.	16
2.1.1.2. A Conferência De Bandung.	16
2.1.1.3. Rivalidades Dos Movimentos De Libertação Da Guiné Portuguesa.	19
2.1.1.4. A Lei Do Terror Dos Comandantes De Diferente Frente De Luta De Libertação No Período Antes Cassacá.	22
2.1.1.5. O Congresso De Cassacá.	22
2.1.1.6. As Divergências No Seio Do PAIGC.	26
2.1.1.7. O Assassinato De Amílcar Cabral E As Suas Consequências	27

2.1.2.	Período Pós-independência.	30
2.1.2.1.	As Mortes No Regime De Luís Cabral.	30
2.1.2.2.	O Golpe De Estado De 14 De Novembro 1980 E Os Sucessivos Episódios De Violência	33
2.1.2.3.	A Guerra Civil De 7 De Junho De 1998 E As Suas Consequências.	36
2.1.2.4.	A Morte De Tagme Na Waié E Do Presidente Nino Vieira.	42
2.1.2.5.	O Golpe De Estado De 12 De Abril De 2012 E As Suas Consequências.	44
2.2.	O REGIME DE JOÃO BERNARDO VIEIRA “NINO”, O CHAMADO MOVIMENTO REAJUSTADOR DE 14 DE NOVEMBRO.	45
2.2.1.	Justificativo Porque Um Capítulo Específico Ao Regime De Nino.	45
2.2.2.	Os Antecedentes Do Movimento Reajustador De 14 De Novembro 1980.	47
2.2.3.	O Movimento Reajustador De 14 De Novembro E A Sua Deriva.	49
2.2.4.	O Regime de Nino Vieira.	52
2.2.5.	As Consequências Do Golpe De Estado De 14 De Novembro.	55
2.3.	A INSTABILIDADE CRÓNICA VARIÁVEL OU FATORES DETERMINANTES?	59
2.3.1.	Fator Económico.	55
2.3.1.1.	Adoção Do Sistema De Economia De Mercado.	55

2.3.1.2.	O Programa De Ajustamento Estrutural E As Suas Consequências.	61
2.3.2.	Fator Étnico-Religioso Ou Tribalismo E Religião.	64
2.3.3.	Fator Educação E Cultural.	68
2.3.4.	Fator Militar Ou A Equação Ainda Por Resolver.	72
2.3.5.	Fator Político E O Problema Do Sistema Semipresidencialista.	75
2.3.6.	Fator Externo Ou A Mão Externa Na Instabilidade Guineense.	77
2.3.7.	Fatores De Ordem Geral Ou Transversais.	78
2.3.7.1.	O papel do “irã”, morros ou o “Mistério”.	78
2.3.7.2.	A corrupção generalizada.	79
2.3.7.3.	Falta de distinção entre problemas pessoais e assunto do Estado.	80
3.	CONCLUSÃO.	80
4.	REFERÊNCIAS.	

1. INTRODUÇÃO.

1.1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS.

A escolarização dos africanos que deu a oportunidade aos primeiros intelectuais do continente a encontrarem a metrópole, mais as participações no teatro dos combates da Segunda Guerra Mundial das tropas africanas foram, em muitos países de África, o despertar da consciência pelo interesse à autodeterminação. Uma autodeterminação que requeria uma tarefa difícil que é a da construção de uma nação coesa e de Estado.

No caso da Guiné-Bissau e Cabo Verde e das outras colónias portuguesas, a escolarização e os efeitos contagiosos dos países vizinhos estiveram na tomada de consciência e na necessidade de se autodeterminar. A política de neutralidade colaborante adotada por Portugal fez com que nenhuma força das suas colónias tomasse parte na Guerra Mundial. É importante assinalar aqui o que pareceu ser um paradoxo na altura: enquanto os primeiros intelectuais africanos que se encontravam na metrópole lutavam por uma identidade africana, os pais e familiares que deixaram para trás tentavam imitar ou copiar a cultura ocidental levada pelos colonizadores. Esta situação verificou-se em todas as colónias africanas, como a Guiné e Cabo Verde.

Foi nestas circunstâncias de necessidade, ou do interesse por se afirmar como nação ou Estado independente, que nasceram os movimentos pela luta da independência da Guiné-Bissau. Dentro destes está o Partido Africano de Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), liderado por Amílcar Lopes Cabral, que conseguiu sobrepor-se a todos os outros movimentos e foi reconhecido, tanto a nível internacional como a nível das Nações Unidas, como o único representante dos povos da Guiné-Bissau e de Cabo Verde. O PAIGC desencadeou uma luta armada contra a colonização portuguesa e ganhou a independência para criar aquilo que hoje se denomina República da Guiné-Bissau. Uma vitória muito celebrada

pelo povo guineense por ter nutrido grande expectativa nesta conquista, esperando que os novos tempos fossem melhores de que os anteriores.

A Guiné-Bissau é uma república que, depois de quatro décadas de existência como estado politicamente independente, ainda não conseguiu encontrar o caminho certo, rumo a uma governabilidade estável que lhe permita prosseguir os fins de um estado moderno digno desta qualificação, isto é, o bem-estar socioeconómico do seu povo.

Quarenta e seis anos de existência enquanto nação independente é pouco, mas é também suficiente para mostrar sinais de construção, de progresso, de determinação e de arranque na senda do desenvolvimento socioeconómico, tendo em conta a ajuda considerável de que o país beneficiou, particularmente nas áreas fundamentais como educação, saúde, agricultura e, sobretudo, na construção de instituições administrativas fortes. Contudo, a Guiné-Bissau não é um país pobre em termos do potencial que detém em recursos naturais. Este país possui ainda como principais riquezas naturais florestas e recursos minerais (fosfatos, bauxite e depósitos de petróleo ainda não explorados). Os produtos mais exportados são peixe e recursos haliêuticos (fruto do mar), amendoim (mancara), sementes de palma, madeira e castanha de caju.

A Guiné-Bissau enfrenta desde o seu nascimento, ou melhor, desde a sua afirmação como estado independente, enormes dificuldades na construção de uma nação coesa, isto é, um país governável com sinais de progresso e um território estável. Logo a seguir à declaração unilateral da sua independência, o novo Estado beneficiou, para além do seu reconhecimento, de muitas ajudas, tanto da comunidade internacional quanto da parte dos seus pares, com os quais manteve relações bilaterais de cooperação.

Este sucesso inicial na angariação de apoios deu-se por causa do dividendo retirado de uma diplomacia de excelência, herdada da luta pela libertação nacional. O pai da nacionalidade guineense, Amílcar Lopes Cabral, foi considerado um diplomata notável e deixou um legado diplomático muito positivo que, se fosse bem aproveitado, permitiria um bom início de

desenvolvimento para a Guiné-Bissau. Mas isso não aconteceu visto que a Guiné-Bissau, desde então, esteve sempre imersa numa instabilidade crónica.

Obedecendo à regra francesa de “celui qui paie commande”, na década de 90, a Guiné-Bissau não escapou aos ventos da terceira onda da democracia e as pressões internacionais obrigaram-na a adotar o sistema da democracia liberal, abrindo-se, assim, ao multipartidarismo, com a escolha do sistema semipresidencialista como modelo do seu sistema de governação.

Até hoje, a mudança de sistema não trouxe o progresso nem a paz tão almejada pelos guineenses, mas, pelo contrário, agravou a instabilidade e a violência, levando o país a entrar ciclicamente em crises sucessivas.

O que é surpreendente no fenómeno da instabilidade e da violência que caracterizam esta antiga colónia lusófona é a regularidade e o carácter cíclico com que os eventos de convulsões aparecem. Cada vez que nasce uma esperança - com a realização de eleições, sempre caracterizadas pela comunidade internacional como livres, justas e transparentes – de que o país irá arrancar, marginalizando aparentemente a violência, no caminho do progresso - eis que surge uma nova erupção de crise de ingovernabilidade. É como se existisse uma “mão invisível” que impulsiona o fenómeno da violência. Na última legislatura que findou com a realização das últimas eleições legislativas de 10 de março de 2019, não se verificou violência ou crimes de sangue, mas durante quatro anos permaneceu uma crise institucional que não permitiu o funcionamento normal da Assembleia Nacional Popular. Esta instabilidade parlamentar originou a sucessão de sete Primeiros Ministros num espaço de quatro anos à frente do Estado, um facto inédito na história do país.

É este facto, esta realidade inegável, que leva muitos guineenses a acreditarem no mito segundo o qual, quando o homem branco ocupava o seu território, os habitantes de Bissau enterraram uma piroga ou canoa no centro da cidade. E, por isso, enquanto não acharem o objeto enterrado, não haverá paz nem desenvolvimento na Guiné Bissau.

No decorrer da nossa investigação para a elaboração desta tese encontramos um estudante da etnia papel, doutorando na Universidade Clássica de Lisboa que, com uma convicção inabalável, nos afirmou o seguinte: “Enquanto não estiver sentado na cadeira da presidência da Guiné-Bissau um papel, não haverá paz nem desenvolvimento, porque Bissau é dos papéis e eles tinham realizado uma cerimónia tradicional neste sentido.” Esta afirmação vai ao encontro da história narrada por Delfim da Silva no seu livro *As Páginas da História da Guiné*.

Por outro lado, os guineenses da etnia balanta reivindicam que a sua etnia se sacrificou muito na luta pela libertação do jugo colonial. Para além deste facto, constituem a etnia maioritária na Guiné e por isso o poder cabe-lhes em compensação pelos seus sacrifícios. Os muçulmanos, por sua vez, dizem que em termos numéricos são maioritários, que durante muito tempo foram marginalizados pelos cristãos e animistas na administração dos assuntos do Estado, e que chegou a hora de eles também ocuparem o poder. Para além do facto de que todas estas posições não alinham com a realidade, ou melhor, com os princípios da democracia liberal de hoje, também não abonam em favor da construção de uma nação coesa e estável.

São múltiplas as abordagens em busca das causas e origens da instabilidade cíclica da Guiné-Bissau. Estas são procuradas no passado violento do país, na pobreza, no analfabetismo, na luta pelo poder, na extrema ambição dos atuais atores políticos no que toca à riqueza, nas crenças infundadas nos mitos, na sociedade castrense, nos fatores económicos, etc. O que é certo é que cada um destes fatores, como veremos no conteúdo deste trabalho, contribuiu para este fenómeno.

Também é da opinião do autor da presente dissertação que a escassez de literatura sobre a instabilidade da Guiné-Bissau constituiu um entrave para as organizações internacionais na sua busca por soluções de cura para este cancro cíclico que afeta este país lusófono da África ocidental. Todo o esforço que tem sido levado a cabo pela comunidade internacional não surtiu

o efeito esperado e começou a observar-se um cansaço por parte desta, face ao problema da Guiné-Bissau.

Foi esta situação, esta realidade que ainda permanece, que nos levou a colocar a seguinte pergunta: Quais são as verdadeiras origens e causas da instabilidade crónica da Guiné-Bissau? E que soluções podem ser adotadas para uma saída definitiva deste problema?

O objetivo da presente dissertação é de procurar as respostas a estas perguntas com a finalidade de sugerir soluções para esta endemia bem implantada nas veias do Estado guineense.

1.2. METODOLOGIA.

Para a presente dissertação utilizarei a estratégia qualitativa juntamente com “o raciocínio hipotético-dedutivo, que foi desenvolvido por Karl Popper a partir de críticas que este autor efetuou ao processo de indução.”¹

“Este método utiliza uma estratégia que combina os métodos indutivos e dedutivos, pois o investigador necessita tanto de ir além dos dados para teoria, como da teoria para os dados. A partir da teoria procura-se abarcar, através de um processo dedutivo, a experiência e a realidade, por sua vez, com base na experiência constrói-se ou reformula-se a teoria, recorrendo, para tal, a um processo indutivo.”²

Para além do estudo de relevantes obras bibliográficas sobre o assunto em apreço, tais como *Os três tiros da PIDE* de Oleg Ignatiev, *Ordem para Matar* de Queba Sambu; *Quem Mandou Matar Amílcar Cabral* de José Pedro Castanheira; *Pólon de Bra* de João Carlos Gomes; *As Páginas da História da Guiné Rumo à Democracia* de Delfim da Siva, muitas mais outras obras relevantes para o nosso tema, etc., recorreremos a várias fontes como teses de mestrado, sítios de internet, bem como entrevistas a diferentes personalidades guineenses.

¹ Cf. IESM, 2016, p. 21

² Cf. Freixo, 2011, p. 77

A procura de fontes de informação levou-nos a efetuar uma viagem à Guiné-Bissau em julho de 2018, onde conseguimos entrevistar alguns atores políticos, jornalistas, e responsáveis de arquivos nacionais. Efetuou-se também uma visita ao INEP (Instituto Nacional de Estudo e Pesquisa), onde conseguimos consultar algumas obras e publicações.

Uma segunda visita de curta duração em novembro de 2018 permitiu continuar a nossa investigação, desta vez com indivíduos de diferentes grupos étnicos que nos revelaram informações relevantes que partilhamos neste trabalho. Em Portugal visitámos a biblioteca do Centro de Estudos Africanos do ISCTE, que possui publicações interessantes sobre a Guiné-Bissau. Uma outra visita levou-nos à sede da CPLP com o intuito de recolher mais informações sobre a Guiné-Bissau. Ali encontrámos um centro de documentação bem repleto da literatura sobre a Guiné-Bissau. Recorremos ainda ao Centro de intervenção Amílcar Cabral Para o Desenvolvimento.

A presente dissertação será composta por três capítulos principais: o primeiro capítulo tratará das páginas negras da história da Guiné-Bissau, isto é, de sucessivos episódios de violência desde a luta pela libertação; o segundo capítulo analisará o golpe de estado de 14 de novembro que levou Nino Vieira ao poder, e as suas consequências. Este foi um golpe visto por muitos intelectuais guineenses como aquilo que aumentou consideravelmente o ódio entre os guineenses e a desgraça nacional. Finalmente, o terceiro capítulo ocupar-se-á da instabilidade propriamente dita, analisando todos os prováveis fatores ou variáveis que contribuem para este fenómeno.

2. REFERENCIAL TEÓRICO.

2.1. AS PÁGINAS NEGRAS DA HISTÓRIA DA GUINÉ-BISSAU.

2.1.1. Período anterior à independência.

2.1.1.1. As origens dos movimentos africanos de libertação e dos da Guiné-Bissau em particular.

Antes de falarmos dos movimentos independentistas da Guiné-Bissau, é preciso fazer um relato histórico sobre as origens remotas dos movimentos de libertação do continente Africano em geral seguidos pelos da Guiné Portuguesa em particular. Estes movimentos foram realizados tendo em vista, não só a libertação dos respetivos países, mas também a tarefa difícil de construção de Estados e de Nações em África. Embora não haja consenso entre os autores que abordaram este assunto de origens dos movimentos de autodeterminação em África, os factos históricos levam-nos a crer que foi a partir da Conferência de Bandung que o sentimento de autodeterminação mais se enraizou nas consciências das primeiras elites Africanas. Torna-se importante narrar estes factos para um melhor enquadramento deste subtema do nosso assunto em apreço.

2.1.1.2. A conferência de Bandung.

A Conferência muitas vezes referida por muitos como o grande encontro do terceiro mundo ocupa um lugar de referência por ser o ponto de partida da tomada de consciência das elites dos países colonizados. Embora, de uma forma individual, alguns intelectuais africanos e asiáticos tenham tido esta consciência antes de Bandung, é de salientar que a tomada de consciência num corpo conjunto partiu desta conferência de Bandung. Segundo defendeu o Professor Francisco Garcia:

“Bandung foi o motor de arranque para modificações profundas e irreversíveis das próprias estruturas da sociedade internacional. Esta será o marco do aparecimento formal do Terceiro Mundo com “(...) uma unidade ideológica (...). A transposição desta ideologia para a ação pratica originou o neutralismo africano. Esta política, orientadora dos povos afro-asiáticos, recém-nascidos para a vida internacional, estabelecia o seu anticolonialismo. Os objetivos desta primeira Conferência do Terceiro Mundo, já definidos no ano anterior em Bogor, são conjunturais. No entanto, havia um objetivo comum: a necessidade de afirmação da independência, dado que esta representava “(...) a tomada de consciência dos povos da Asia, quanto ao seu valor, como ainda o reconhecimento da necessidade de uma solidariedade ativa com os de África”³.

Segundo Beatriz Bissio (2015),⁴ “o espírito de Bandung marcou o processo de libertação do mundo colonial e mostrou caminho para a inserção internacional do Movimento dos países Não alinhados, que explicitamente condenava o racismo, o colonialismo e o imperialismo”.

Esta autora escreveu que o líder e poeta senegalês, Leopold Senghor, um dos impulsionadores da “negritude” e lutador pela independência do continente africano, diria anos mais tarde:

“Bandung foi a expressão, à escala do planeta, da tomada de consciência dos povos de cor da sua eminente dignidade. Era a morte do complexo de inferioridade”. A autodeterminação dos povos, a rejeição aos pactos militares multilaterais, a condenação do apartheid, a luta contra o imperialismo em todas as suas manifestações, a não intervenção nos assuntos internos dos Estados, o fortalecimento da ONU, foram temas estratégicos na atuação do Movimento Não Alinhado desde a sua fundação em Belgrado”⁵.

³ Cf. Francisco Garcia, 1996, p. 23 e 24

⁴ Cf. Bissio Beatriz, 2015, p. 62

⁵ Cf. Id. P. 62-64

Na mesma linha de pensamento, sobre a questão da origem da tomada de consciência, António E. Duarte argumentou que:

“A descolonização foi influenciada, em termos diferentes, conforme as épocas, por fatores internacionais e por fatores especificamente africanos. Entre os primeiros, destacam-se as consequências das duas Guerras Mundiais, sobretudo da segunda, o exemplo da Ásia, a influência do Islão, o impulso da conferência de Bandung e o papel de diferentes organizações e conferências mundiais. Quanto aos fatores propriamente africanos, salientem-se a busca por uma identidade cultural africana, o papel do nacionalismo e a promoção do pan-africanismo”⁶.

Os autores não foram unânimes sobre as origens de aparecimento da consciência para a independência. Autores como Leopoldo Amado dividiu as origens da consciência da autodeterminação africana em duas fases - as longínquas e as próximas. Para este autor as longínquas remontam à era da colonização e as próximas estão ligadas às duas guerras Mundiais.

Segundo Leopoldo Amado, “O fim da primeira Guerra Mundial constituiu assim uma referência para situar o aparecimento dos nacionalismos africanos, sobretudo a partir dos efetivos africanos mobilizados que nela participaram e acolhendo-se, como fator de encorajamento, os seus propósitos autonomistas”.⁷

A nossa perspetiva é que deve ser reconhecido também que a priori foram a escolarização dos africanos pelos colonizadores e o contacto em si com o homem branco que favoreceram esta tomada de consciência - este é um fato inegável.

⁶ Cf. Duarte E. António, 1997. P65

⁷ Cf. Amado Leopoldo, 2011, p.65

É na sequência do que está em cima exposto, aliado ao processo de tomada de consciência e de procura das raízes do homem e da cultura africana, numa conjuntura internacional favorável e consciente do apoio que terão, que nasceram os movimentos independentistas da Guiné Portuguesa. As elites Guineenses, antes de se organizarem em movimentos com o objetivo de autodeterminação, para além da influência sub-regional dos países independentes estudaram o ambiente internacional. É aí que surgem os diferentes movimentos pela autodeterminação da Guiné.

De acordo com Francisco Garcia:

“Para a Guiné portuguesa, os primeiros indícios de intenções independentistas exprimiram-se na tentativa de fundação de um “clube desportiva”, em 1953, reservado a naturais da Província, tentativa gorada pela interdição do Governador. O seu proponente o Engenheiro agrónomo Amílcar Cabral, acabou por fundar na clandestinidade o MIG (Movimento de Independência da Guiné) que originou, em 1956, O PAIGC.”⁸

Este autor acrescentou que:

“No Senegal, constituíram-se diversos movimentos que visavam obter a independência da Guiné. Salienta-se o MLGC (Movimento de Libertação da Guiné e Cabo Verde), a UPG (União de povos da Guiné) que, apesar da designação, reunia apenas alguns guineenses residentes em Kolda, o RDAG (Reunião Democrática Africana da Guiné), constituída pela colónia Mandinga do Senegal, a UNGP (União dos Naturais da Guiné Portuguesa), a UPLG (União da População Libertada da Guiné), que agrupava a minoria de etnia fula do Senegal, e o MLG (Movimento de Libertação da Guiné) a que aderiram a maior parte dos manjacos.

Em agosto de 1962, como resultado da união de vários grupos políticos com sede em Dakar, com o UPG, o RDAG, e a UPG, foi criada a FLING (Frente de Libertação e

⁸ Cf. Garcia, 1996, p.51

Independência Nacional da Guiné). O PAIGC recusou o convite para fazer parte deste movimento”.⁹

Nota-se logo no início que o aparecimento dos movimentos pela luta pela independência não foi uma concertação de toda a elite guineense. De facto, não podia ser porque segundo dados concordantes não existia na altura uma elite guineense, o que explica a fragmentação dos movimentos, como indicou Tchernó Djaló:

“Os seguintes movimentos foram identificados como sendo federalistas ou unionistas O MLGC; O PAIGC; A FLGC; e A FUL; os movimentos etno-nacionalistas seriam o MLG; A UNGP e A FLING. Djaló assinalou que a FLING foi o único movimento de oposição ao PAIGC durante os anos de luta de libertação nacional “¹⁰.

Perante esta situação de grande fragmentação dos movimentos viu-se a necessidade de unificar todos estes, na medida em que todos tinham o mesmo objetivo. É neste quadro que uma conferência foi convocada em Dakar, no Senegal, com este intuito. Porém, esta iniciativa não foi bem acolhida pelo PAIGC, que a iria rejeitar. A decisão do PAIGC de recusar juntar-se a outros movimentos independentistas da Guiné foi o princípio da rivalidade entre o FLING e o PAIGC.

2.1.1.3. Rivalidades dos movimentos de libertação da Guiné Portuguesa.

Como assinalámos anteriormente, a rejeição por parte do PAIGC de estar presente em Dakar na conferência de unidade de diferentes movimentos independentistas da Guiné-Bissau constituiu motivo de rivalidade e desconfiança entre todos. Esta situação iria ter consequências

⁹ Cf. Id. P. 51-53

¹⁰ Djaló Tchernó, 2013, p. 254-257

graves no futuro. Importa relatar que José Matos, na Revista Militar Nº 2566, de novembro de 2015 nos fez saber que:

“Apesar da atividade do PAI, é o MLG, com sede no Senegal, que desencadeia, em julho de 1961, as primeiras ações de sabotagem na Guiné. Estas ações acontecem na noite de 17 para 18 de Julho, quando um pequeno grupo de elementos do MLG corta a linha telefónica entre São Domingos e a tabanca de Reguingue e tenta, ainda, incendiar a ponte de Campada no norte da Guiné”¹¹.

Nota-se aí uma competição entre movimentos, mas a FLING, que saiu da Reunião de unidade de Movimentos, como único movimento pelo desencadear do processo independentista não tinha apoio externo, particularmente da sua retaguarda, o Senegal, para atividades subversivas. O PAIGC, tinha um apoio externo que lhe permitiu sobrepor-se ou prevalecer sobre os outros movimentos. Álvaro Nóbrega, afirmando este facto, escreveu na sua tese, que:

“O PAIGC não se constituiu num quadro de um sistema pluripartidário de circulação das elites no poder. Antes, surgiu num contexto de luta anticolonial em que, pela força das armas e dos apoios internacionais que garantiu, apareceu como o único candidato legítimo para concorrer à soberania do Estado da Guiné-Bissau. Não que não existissem outros movimentos organizados pela independência do território, como a FLING. Estes haviam seguido, como a “via do montanhismo” e não se empenharam firmemente na conquista efetiva da independência”¹².

Só que o presidente do Senegal na altura, Leopold Sedar Senghor, apostava numa solução negociada e, como queria construir um país democrático, aliado ao facto de presidir um país recentemente nascido, nunca privilegiou a violência. Esta realidade debilitou a FLING e o

¹¹ Cf. Mato José, 2015

¹² Cf. Nóbrega Álvaro, 2003

PAIGC foi reconhecido pelas principais Organizações internacionais como o único e legítimo representante da Guiné-Bissau. A falta de apoio externo à FLING seria uma bênção para o futuro estado Guineense, uma vez que se este último tivesse tido o apoio desejado por parte do Senegal iríamos assistir a uma situação parecida com a de Angola. A Guiné-Bissau conheceria uma Guerra civil entre PAIGC e a FLING.

Desde já, o PAIGC consideraria todos os elementos de outros movimentos como traidores e inimigos a abater, como o confirmou Celisa de Carvalho. Para esta autora:

“O PAIGC usou de violência inúmeras vezes para com os chamados “traidores” em que invariavelmente a decisão era o fuzilamento dos mesmos. Os traidores eram todos que dentro e fora do partido prejudicavam ou tentavam prejudicar ou denegrir a imagem do mesmo. Destes casos podem ser referidos, por exemplo, os fuzilamentos dos cabecilhas do PDONG, Honório Sanches Vaz e Miguel Embana e o fuzilamento de Paulo Dias da FLING”¹³

Esta rivalidade antiga entre os movimentos independentistas teve consequências graves, como o anunciámos anteriormente, depois da independência da Guiné-Bissau, unilateralmente proclamada pelo vitorioso PAIGC que de imediato viu, segundo Álvaro Nóbrega,

“as únicas ameaças visíveis provinham dos ilegalizados membros da FLING, movimento de libertação concorrente do PAIGC, sem expressão armada, e dos ex-comandos africanos e dos régulos que mais antagonismo revelaram para com o partido no decorrer da luta armada,”¹⁴

O PAIGC, que se baseou nas narrativas históricas que uma centena de elementos da FLING se tinha aliado a forças coloniais na operação “mar verde” contra o PAIGC, acabaria

¹³ Cf. De Carvalho Celisa, 2014, p. 36

¹⁴ Cf. Nóbrega Álvaro, 2003. P. 211

por levar a cabo uma operação de vingança contra a FLING logo a seguir à conquista de independência.

A análise destes eventos leva-nos a crer que as sementes de ódio foram plantadas pelo PAIGC na sociedade guineense já na sua entrada na cidade de Bissau. E durante todo o tempo do seu regime, este partido nunca parou de regar a planta de ódio que crescia. Como se diz em África, “é mais fácil curar uma ferida física do que uma ferida psicológica ou de coração”.

Tendo prevalência sobre todos os outros movimentos de libertação e estando reconhecido pela comunidade internacional como sendo o único movimento representante da Guiné-Bissau, o PAIGC ia desencadear uma luta pela libertação nacional liderada por Amílcar Cabral. É de salientar que o partido, sem preparação prévia e sem estrutura, iniciou a Guerra com o comando das operações com indivíduos que não tinham noção daquilo em que se envolveram, o que sem demora ia criar sérios problemas no que diz respeito ao relacionamento população/ guerrilheiros. Esta situação deu origem a que alguns comandantes se considerassem donos da lei e mandassem na sua área como bem o entendiam.

2.1.1.4. A lei do terror dos comandantes de diferentes frentes de luta de libertação no Período antes Cassacá.

Segundo muitos relatos históricos concordantes, durante as primeiras horas da luta de libertação, o PAIGC não tinha uma capacidade de coordenação, e devido à distância entre quartel-general localizado em Conacry e as diferentes frentes, não poderia controlar na altura o comportamento dos seus homens. Esta realidade dera aos comandantes afastados da base por milhares de quilómetros a possibilidade de reter as leis nas suas mãos fazendo justiça a seu belo entender.

Álvaro Nóbrega relatou que:

“Em 1954, apesar de sobrares razões de satisfação, os sintomas de que algo ia muito mal no domínio da luta armada começaram a tornar-se evidentes para os dirigentes do PAIGC. O sinal

de alerta foi dado por Luís Cabral que, em visita aos combatentes do setor de Quetáfine ouviu e transmitiu a Amílcar Cabral, relatos perturbantes sobre os comportamentos despóticos de alguns chefes militares: “ de assassinatos de homens, mulheres e até mesmos crianças, sob acusação de serem feiticeiras; do êxodo massivo de pessoas que procuravam proteção em outras zonas, para fugirem aos abusos e aos crimes cometidos por responsáveis de bases de guerrilha.”¹⁵

Num contexto africano e de total analfabetismo, este tipo de situação deveria ser previsto, como bem o assinalou também Carlos Lopes, que considerou que:

“este comportamento é inerente à guerra de guerrilha, pois os comandantes são normalmente chefes muito jovens caracterizados por uma grande audácia e coragem e munidos de um comportamento individual. A guerrilha exige muita iniciativa e abnegação que pode levar à ignorância do verdadeiro espírito de luta, essencialmente político. É assim compreensível que comecem a aparecer pequenos ditadores, ou militaristas, com uma certa aureola antidemocrático.”¹⁶

A ala dirigente distante do terreno dos combates e ocupada com as relações do movimento com o exterior para a obtenção do material bélico não perdeu tempo a controlar os seus combatentes e esta situação refletiu-se negativamente no comportamento destes, como Álvaro Nóbrega assinalou:

“Por outro lado, o fato da elite dirigente estar basicamente ocupada no reconhecimento e obtenção de apoios materiais internacionais imprescindíveis à condução da luta armada permitiu à facção militar autonomizar-se, crescer e implantar-se rapidamente no interior do território. Se a facção política era cultural e ideologicamente consistente, a facção militar,

¹⁵ Cf. Nóbrega Álvaro, 2003, p. 200

¹⁶ Cf. Lopes Carlos, 1987, p. 50

maioritariamente constituída por “destribalizados” e por militantes oriundos do meio tradicional, era ideologicamente fraca e culturalmente dividida entre a modernidade e a tradição.”¹⁷

A falta de comunicações permanentes, rápidas e fiáveis entre os dirigentes políticos e os comandos de região e entre estes e os chefes militares das bases de guerrilha permitia aos últimos uma vasta autonomia, pelo que alguns se portavam mais como chefes de bandos armados do que propriamente como membros de um exército. Marcavam o território, instituía a sua própria lei e submetiam pelo terror as populações, pondo todo o esforço de mobilização e de unidade do partido em causa.

É com base nestes relatos de comportamentos de tamanha atrocidade dos comandantes autonomizados do comando central do PAIGC e com o objetivo de organizar, estruturar e redinamizar o partido que será convocado o histórico congresso de Cassacá. Este Congresso ficaria na história do Partido de Amílcar Cabral como o primeiro congresso, mas também como o início de uma violência sem fim, apelidado pelo jornalista da RFI Além Yero Embalo como: “L’épilogue d’une crise sans fin”¹⁸.

2.1.1.5. O Congresso de Cassacá.

As abordagens a este assunto são múltiplas, mas qualquer que seja a abordagem para um estudo sério realista e de profundidade deste fenómeno guineense não poderia deixar de ter em conta o congresso de Cassacá com as suas consequências que até hoje, em 2019, se fazem sentir na sociedade da Guiné-Bissau. Muitos são os autores, como Queba Sambu (1989), Álvaro Nóbrega (2003) e Delfim da Silva (2003), que sobre as convulsões da Guiné fizeram referência

¹⁷ Cf. Nóbrega, 2003, p. 200

¹⁸ Cf. Alen Yero Embalo, 2012, Rfi

a este Congresso, visto por muitos como uma purga ou ajuste de contas entre os elementos do movimento libertador. O “Pólen” de ódio nasceu em Cassacá como também nasceu ali o projeto de vingança daqueles que se acharam injustiçados, humilhados ou cujos familiares tombaram pelas balas de Amílcar Cabral.

Autores como Eduardo Costa concordaram que a violência na Guiné-Bissau tem as suas origens em Cassacá. Este autor relatou que:

“O problema iniciou em 1964, na Conferência do PAIGC em Cassacá. No decorrer da conferência, a relação de poder entre as diferentes posições do movimento não só evitou a tomada das medidas eficientes para remediar exemplos graves de indisciplina dentro das forças da guerrilha, resultou também na transformação em forças armadas embrionárias nacionais. Além do mais, como se verificou nas últimas décadas, estas medidas estabeleceram a violência como a política banal de gestão de desacordos entre companheiros.”¹⁹

O relatório da Liga dos Direitos Humanos da Guiné-Bissau também certificou que este primeiro Congresso tem uma grande parte de responsabilidade por aquilo que se viveu na Guiné-Bissau. Os autores do Relatório revelaram que:

“Ficam em evidencia as raízes longas da impunidade, relacionadas com a própria natureza de um movimento armado e de uma situação de conflito militar. O congresso de Cassacá e o assassinato de Amílcar Cabral são momentos marcantes de uma longa historia de impunidade. A eliminação dos comandos Africanos e de outros opositores ao regime, após 1974, aparece, contudo, como a primeira oportunidade perdida de construir um Estado de

¹⁹ “The problem began in 1964, at the PAIGC conference in Cassacá. During the conference, relationships between the movement’s different power strands not only prevented effective measures being taken to tackle serious examples of indiscipline within the guerrilla forces, they also resulted in the guerrilla forces being turned into the embryonic National Armed Forces. Furthermore, as we’ve come to certify in recent decades these decisions established violence as a banal policy for manging disagreements amongst peers.” Cf. Dias Costa Eduardo, 2013, p. 12

Direito, mesmo numa situação de partido único, inaugurando, a bem do projeto nacional, uma longa lista de eliminações extrajudiciais.”²⁰

Oscar Oramas, o embaixador cubano, relatou-nos os motivos da convocação do Congresso de Cassacá nos seguintes termos: “Paralelamente, crescem algumas contradições étnicas no seio do Partido e junto com elas aparece também o fenómeno do regionalismo em certas áreas assim como um controlo inadequado do partido destas situações. Amílcar Cabral considera em perigo a direção estratégica da luta e convoca o primeiro Congresso do PAIGC que se celebra na localidade de Cassacá.”²¹

Numa entrevista realizada em julho de 2018, o jornalista e proprietário do jornal “O Democrata” confessou-nos que:

“A guerra foi imposta às populações do sul da Guiné-Bissau e como a etnia balanta é majoritária nesta região, eles (os balantas) apropriaram-se da luta de libertação e sacrificaram muito, mas os seus esforços de luta foram pagos por uma política de afastamento nas redes de poder ou puramente uma política de perseguição e extermínio. Os balantas foram “carne para canhões” das forças coloniais e depois da independência foram objetos de torturas e matanças é por isso que quando o Kumba Iala criou o PRS, será visto como um salvador e aderiram aí em massa. Quem quer compreender o fenómeno de instabilidade da Guiné-Bissau, argumentou ele, tem de abordar a questão na perspetiva histórica.”²²

Cassacá teve uma importância capital para a sobrevivência e o futuro do movimento independentista. Esta visão é corroborada por Álvaro Nóbrega, que argumentou que:

“Cassacá assume uma importância fulcral na história do PAIGC. O I Congresso, o do “Renascimento do PAIGC”, como lhe chamaria Luís Cabral, foi uma realização temerária que juntou a quase totalidade dos chefes militares e dirigentes do partido a escassos 15 quilómetros

²⁰ Cf. LGDH, 2013, p. 14

²¹ Cf. Oramas Oscar, 2014, p. 84

²² Cf. Nhaga, 2018

do quartel português de Cacine. a primeira crise de liderança foi um confronto inevitável decisivo para o futuro do partido e da sua luta armada podendo ser considerada como o primeiro choque entre a guineendade e a cabo-verdianidade e entre as facções moderna e tradicional do partido.”²³

Refletindo sobre o congresso de Cassacá, Malam Djau et.al. apontam que:

“O PAIGC realizou seu primeiro congresso a nível nacional com o intuito de reunificar o partido, tendo sido criado um conselho Supremo de Guerra (CSG), órgão responsável para administrar o conflito e reestruturar os guerrilheiros. Na mesma época foi criado um comité executivo de luta (CEL), bem como a formação de uma direção do Conselho Executivo Permanente do PAIGC. A partir das formações dos órgãos supracitados, nessa ocasião, surgem as Forças Armadas Revolucionárias do povo – FARP”²⁴.

Estes autores não abordaram a questão que outros escritores consideram fundamental: o julgamento os comandantes malfeitores.

Na visão de Carlos Sangreman, et. al,

“no Congresso de Cassacá, Amílcar Cabral começou por tentar unir o PAIGC com a União dos Povos da Guiné (UPG) liderado por Henry Labery e o Movimento de Libertação de Guiné (MLG) de François Kankoila Mendy. No entanto estes três movimentos integraram-se a renhidas e duras balhas verbais, principalmente sobre o tema das relações entre a Guiné e Cabo Verde. Segundo estes autores o objetivo deste Congresso foi de clarificar posições e unificar o partido. e puseram na tónica de que o Congresso de Cassacá foi ainda marcado pelo conflito entre os que concebiam o partido como um projeto sério, um instrumento de libertação do povo guineense, e os que estavam predispostos a servir-se do partido para a realização de desejos pessoais”²⁵.

²³ Cf. Álvaro Nóbrega, 2003, p. 201

²⁴ Cf. Djau Malam et. All, 2017

²⁵ Sangreman Carlos, et. All, 2006, p. 11

De todas estas abordagens, é a narrativa histórica do evento do Congresso de Cassacá que é relevante para nós. Ao ler a história do congresso e daquilo que ali aconteceu, e comparando este evento com os outros congressos que tiveram lugar desde de então, ficamos com a ideia de que as Reuniões Magnas do PAIGC nunca conseguiram resolver os problemas dentro do partido, mas que os agravaram. Esta verdade verifica-se até a data presente: ao fim de cada Congresso do PAIGC, aparecem divisões e fragmentações e o partido sai sempre enfraquecido em vez de se consolidar. Ao escolher a lei de Talhão no congresso de Cassacá abriu-se um precedente que o partido nunca conseguiu fechar. Para Queba Sambu,

“o objetivo essencial desse Congresso foi a tomada de medidas contra alguns dirigentes do partido que praticavam uma série de crimes contra a população, matando inclusivamente os próprios guerrilheiros, injustamente acusados de serem “feiticeiros” e, nessa qualidade, causadores da morte em pessoas, chegando ao ponto de queimarem pessoas vivas, quando por exemplo, queriam roubar as mulheres dos habitantes das aldeias. Portanto, o partido (PAIGC) decidiu puni-los identicamente: “Lei de Talião”; quem fuzilava era fuzilado; quem queimava, era queimado, na presença da população. Depois do Congresso de Cassacá, o partido pôs em marcha estruturas administrativas dignas de um verdadeiro Estado. A população foi enquadrada, a todos os níveis pelos comités do partido em secções, setores e regiões. As “zonas libertadas” foram dotadas de “comités de Tabanca” com funções administrativas e políticas: uma das principais tarefas destes Comités era o apoio às Forças Armadas Revolucionárias do Povo (FARP), também saídas do Congresso de Cassacá.”²⁶

O jornalista José Pedro Castanheira reportou o Congresso de Cassacá na mesma linha de pensamento dos autores citados, mas vendo-o de outra perspetiva, isto é, que no início este não foi congresso convocado, mas sim a VI Conferência de Dirigentes e Quadros. No entanto,

²⁶ Cf. Sambu Queba, 1989, p.24

devido às decisões nela tomadas, tornou-se inevitável a sua transformação em congresso. Este autor escreveu:

“O arbítrio, o nepotismo, a corrupção, a barbaridade de alguns guerrilheiros e quadros são postas a nu e violentamente punidos. “Em nome do partido, muitos responsáveis vinham cometendo crimes atrozes contra o povo”, explicou Luís Cabral. “Houve os casos de exercício de um poder absoluto o que permitia uso da repressão em função da origem étnica.” A pena máxima é aplicada a um número indeterminado de militantes. Cabral é confirmado como secretário-geral. Cassacá marca a transição de um movimento disperso, sem ideologia e marcado pelo tribalismo, para um partido hierarquizado, disciplinado, vincadamente politizado. As medidas que se seguem ilustram sobejamente a mudança operada”²⁷.

Em toda a parte as reuniões magnas de partidos são sempre chamadas para a resolução de problemas internos e para reorientação destes. É precisamente o caso com a primeira reunião magna do PAIGC em 1964. Esta reunião histórica resolveu, em certa medida, os problemas cadentes na altura, mas evidentemente criou outros, cujas consequências foram de longo prazo.

Para Tchernó Djaló, “o Congresso de Cassacá constitui a primeira grande crise do PAIGC e representa, sem dúvida, o virar da página na história do movimento e o início de uma nova era para a luta da libertação. O momento mais crítico deste congresso foi o confronto entre Cabral e alguns jovens comandantes da guerrilha, pertencendo principalmente à etnia balanta, que se tinham tornado contestatários, deixando de obedecer às ordens do partido. O braço de ferro cai em favor do Secretário-geral que consegue controlar a situação, impor medidas autoritárias e recuperar alguns detratores.”²⁸

Por seu turno, Manuela Ribeiro de Sanches sublinhou que:

²⁷ Cf. Castanheira, 1995, p. 46-47

²⁸ Cf. Djaló Tchernó, 2013, p. 262-63

“O PAIGC iniciou uma espécie de revolução cultural durante a qual Cabral ordenou a eliminação física dos militares que se tinham transformado em senhores da guerra, assim fazendo perigar a ligação entre o movimento e o povo. Muitos dos membros do partido chegaram ao Congresso com os seus seguidores, compostos, em larga medida, pelas suas mulheres adolescentes e grãos, cantando os seus feitos militares”²⁹.

É de salientar a forma desumana como foram as matanças no congresso de Cassacá, e há vozes concordantes na Guiné que confirmam que Amílcar Cabral participou pessoalmente nesta operação de eliminação física dos seus companheiros. A violência e divergência no partido iniciou-se ali e nunca parou até aos dias de hoje. Há muito que argumentaram que a morte de Cabral partiu do ódio que os combatentes nutriram desde aquele dia do congresso de Cassacá e souberam ali que Amílcar era capaz de eliminar qualquer voz discordante da sua visão das coisas.

²⁹ Cf. Sanches Ribeiro Manuela, 2018, p. 72

2.1.1.6. As divergências no seio do PAIGC.

É do conhecimento geral na Guiné que as rivalidades dentro do PAIGC não datam de hoje, mas dos primórdios da luta de libertação, e esta rivalidade que marcou e acompanha até hoje a existência do PAIGC teve e terá sempre consequências desastrosas tanto para o próprio partido de Amílcar Cabral como também para o país. Desde o ajuste de contas de Cassacá, a rivalidade mais pronunciada e que pode ser considerada como a primeira foi aquela entre os Cabo-Verdianos e os Guineenses de origem. Queba Sambu escreveu que:

“Em realidade, alguns oficiais de Segurança, ao serviço de certos altos dirigentes, procuravam instrumentalizá-lo no sentido de incriminar Cármen Pereira, porque se avolumava a guerra interna dos elementos guineenses do PAIGC, contra os de etnia cabo-verdiana. Muitos foram os combatentes que foram castigados ou mesmo eliminados nas matas com base nas lutas intestinas de espírito tribalista guineense”³⁰

Uma análise sucinta da opinião de Sambu pode revelar-nos que os combatentes não tiveram a mínima noção do objetivo da luta pela libertação. Que a inveja, a luta interna pelo poder e clivagem não eram de hoje. Para Tchernó Djaló:

“Esta dinâmica de clivagem do PAIGC entre a elite guineense e cabo Verdiana está – ligada quer aos ressentimentos históricos dos primeiros em relação a estes últimos, quer na dominação dos mestiços da direção do partido – constitui a base, entre outros fatores, das crises profundas atravessadas pelo PAIGC: O Congresso de Cassacá, o assassinato de Amílcar Cabral e o golpe de Estado de 1980. Encontramos uma forte correlação, até mesmo um denominador comum, entre estas três grandes crises da história do PAIGC e o conflito ancestral entre Guineenses e Cabo-verdianos. Se o princípio da unidade Guiné/Cabo Verde e de um partido

³⁰ Cf. Sambu Queba, 1989, p. 34

binacional foi a invenção mais original do PAIGC, foi também a principal causa do seu fracasso devido a hegemonia elitista dos mestiços guineenses e originários do Arquipélago”³¹.

A Guiné-Bissau, desde os primórdios da sua independência, conheceu um único fórum para a resolução dos problemas do Estado. Estamos a referir-nos aqui à adoção do sistema de partido único, que desde já será o único caminho para acessão ao poder. Esta realidade contribuiu para as rivalidades e guerras dentro do partido. Álvaro Nóbrega sublinhou esta visão nos seguintes termos:

“Na Guiné-Bissau, ao constituir-se um sistema monista, toda a luta política passou a acontecer obrigatoriamente no interior do Partido Único. Este mostrava evidentes fragilidades no que respeita à “organização e homogeneidade” da minoria dirigente, pois não era um partido homogéneo e congregava fações profundamente distintas, antagónicas-, que se digladiaram, por vezes, violentamente pela manutenção ou acesso à sede do poder. Sem mecanismo para assegurar pacificamente a resolução de conflitos, o recurso às armas e a violência política começaram a caracterizar o poder em Bissau.”³²

Malam Djau revelou que:

“as divergências e desentendimento entre as elites cabo-verdianas e guineenses no seio do partido durante a década de 1970 originaram a formação das fações no interior deste, e posteriormente na separação dos dois povos; o caso de acusação do golpe de 1985 que envolveu as chefias militares maioritariamente guineenses e de etnia balanta, se traduziu em uma clivagem étnica nos cargos mais elevados daquela instituição militar (as FARP) pelo menos até certo momento. As questões das fações nas Forças Armadas, envolvendo as elites militares

³¹ Cf. Djaló Tchernó, 2013, p. 262

³² Cf. Nóbrega Álvaro, 2003, p160

passou a ser um problema nacional para o qual o Estado teria que encontrar uma solução viável.”³³

³³ Cf. Djau Malam, 2016

2.1.1.7.O assassinato de Amílcar Cabral e as suas consequências.

As contradições no seio do PAIGC acabaram por ceifar a vida do fundador do Partido. Se este golpe demonstrou por um lado a profundidade das rivalidades no seio do movimento libertador, por outro expôs o facto de que muitos guineenses de origem foram formados no exterior e voltaram com visões diferentes da luta e dos seus objetivos. O facto de Amílcar ser na altura o único quadro superior e líder incontestável (ou melhor, por rigor não admitia ser contrariado) permitiu-nos entender a complexidade da atmosfera que se vivia no quartel-geral em Conakry. A política de recuperação do homem adotada por Cabral foi um erro cujas consequências não se poderiam medir na altura.

Amílcar, ao readmitir a seu lado os que haviam sido castigados e punidos por terem cometido atos contrários à linha de orientação do Partido, cometeu o erro fatal da sua vida. A morte de Cabral, que até hoje ainda não está clarificada no que diz respeito ao mandante, teve consequências muito graves e devastadoras para o PAIGC e aumentou as contradições, rivalidades, ódios e o espírito de vingança, e sobretudo destabilizou o Partido libertador para sempre. O PAIGC ficou marcado desde então pela instabilidade com a qual chegaria à independência. Uma instabilidade que caracterizou o seu regime até ao presente e que da qual ainda não se vislumbra uma saída.

Amílcar foi abatido por Inocêncio Cani, em 20 de janeiro de 1973, cumprindo assim a profecia atribuída ao primeiro, que dizia: “Se um dia for assassinado, sê-lo-ei, por um homem do meu povo, do partido e talvez mesmo da primeira hora”. O relato da circunstância do assassinato parece-nos muito longo para ser citado neste trabalho. No entanto, Oleg Ignatiev fez um relato detalhado das circunstâncias do crime na sua obra *Três Tiros Da P.I.D.E.*, como lhe foi contado pela esposa do próprio Amílcar Cabral, testemunha presente no local do crime. Uma leitura desta obra edificar-nos-ia mais nas circunstâncias e formas como o crime foi perpetrado. O que se seguiu ao crime foi reação instantânea do PAIGC, que sem demorar

apontou o dedo às autoridades coloniais pela morte de Amílcar Cabral. Queba Sambu citou nestes termos o livro branco do PAIGC:

“No dia 20 de janeiro do corrente ano (1973) os criminosos colonialistas portugueses conseguiram levar a cabo o mais crapuloso crime contra o nosso povo. O assassinato do nosso secretário-geral Almíscar Cabral é, sem dúvida alguma, o maior golpe que o inimigo desfechou desde a fundação do nosso partido. Como se sabe, nesse dia, agentes inimigos, infiltrados de colaboração com certos elementos do nosso partido, corrompidos e frustrados nas suas ambições, perpetraram esse odioso crime que veio juntar-se à enorme lista de barbaridades e massacres que o desacreditado exército colonial e fascista português pratica quotidianamente contra as nossas populações indefesas”³⁴

Esta tese de que a morte de Cabral foi orquestrada pelo regime fascista em Portugal será também sustentada por Alpoim Calvão, que escreveu o seguinte:

“O grande dirigente africano que fundou o PAIGC, morreu assassinado, no decurso de um golpe levado a cabo por alguns traidores daquele partido, sob a direção dos governantes fascistas portugueses.”³⁵

As consequências deste primeiro grande golpe do PAIGC não se fizeram esperar como nos relatou o jornalista José Castanheiro, acerca do trabalho da comissão de inquérito instaurada a seguir a morte de Cabral. Segundo Castanheira:

“No relatório oficial da comissão e nos textos oficiais sobre o atentado constam apenas 23 nomes, presumindo-se que todos eles tenham sido fuzilados. Ignora-se a identidade dos outros 71 «participantes, cúmplices ou suspeitos», para usar a terminologia da comissão internacional de inquérito – havendo todas as razões para crer que a maioria deles também tenha sido executada. (...) Uns números muito significativos dos conjurados tinham um forte

³⁴ Cf. Sambu Queba, 1989

³⁵ Cf. Calvão Alpoim, 1976, p. 87

contencioso com a justiça do partido, tendo sido graciosos pela amnistia de 19 de Setembro de 72, que assinalara o 16º aniversário do PAIGC.”³⁶

Nas palavras de Ignatiev, “uma comissão especial, na qual participaram também representantes da direcção do PAIGC, realizou um inquérito detalhado sobre a conspiração, tendo-se verificado com provas irrefutáveis que o crime fora preparado pela P.I.D.E. Todos os conspiradores foram enviados para o tribunal do PAIGC. Este tribunal militar decidiu que todos os cabecilhas seriam fuzilados. A sentença foi executada em Março de 1973, no território libertado da Guiné-Bissau, dividindo-se previamente os criminosos em quatro grupos: Inocência Cani e Luís Teixeira encontraram o seu fim inglorioso na região de Madina do Boé; Emílio Costa e Mamadu Ndjai, na região de Fulamor; Inácio Soares da Gama, João Tomas, Nené e outros, foram fuzilados perto da fronteira de leste; Momo Turé, Aristides Barbosa e Bassir Turé, foram executados nos territórios libertados no sul do país.”³⁷

Embora até à presente data os arquivos sobre a morte de Cabral não tenham sido ainda abertos, pensamos que será de reconhecer que os novos dados apontam que a ala guineense do Partido tinha conhecimento prévia da conspiração contra Cabral. A interrompida presidência de Luís Cabral por motivos da sua origem cabo-verdiana veio sustentar esta tese. O facto de testemunhas revelarem que Osvaldo, o irmão do Vieira, estava em Conakry na altura do crime acrescentou a crença que a ala guineense do Partido estava ciente da conspiração. Houve vozes que começaram a levantar-se, culpando Amílcar Cabral por muitos erros cometidos.

Álvaro Nóbrega, depois de abordar o assunto da morte de Cabral, concluiu que:

³⁶ Cf. Castanheira José, 1995, p. 115

³⁷ Cf. Oleg Ignatiev, 1975, p. 185

“muito se tem escrito e se escrevera ainda sobre a morte de Cabral. Provavelmente não surgirão grandes revelações, já que ninguém quer ter sobre si a responsabilidade moral pelo homicídio de um dos mais prestigiados e míticos líderes africanos.”³⁸

Segundo Tchernó Djaló:

“até hoje ainda não foram estabelecidas as verdadeiras responsabilidades de uns e de outros. Se a responsabilidade da PIDE é um facto hoje em dia incontestável, o principal motivo dos executores parece ser racial. Diversos indícios reforçam esta hipótese: primeiramente a hegemonia cabo-verdiana dentro da liderança do movimento independentista é um facto que os portugueses souberam explorar habilmente para manipular aqueles que contestavam a direcção do partido. Em segundo lugar, de entre os seis conspiradores, apenas Aristides Barbosa era mestiço, nascido em Bafatá de pai originário de Cabo Verde, como Cabral, e de mãe guineense da família de Carvalho de Alvarenga. Finalmente, parece que o ato criminoso seja apresentado como simbolicamente dirigido contra os cabo-verdianos”.³⁹

Se é verdade que a ala guineense do PAIGC estava bem ciente da conspiração, são numerosos os autores que apontaram e continuam a insistir que o principal autor foi a PIDE. Tal é o caso da Manuela Ribeiro Sanches, que escreveu que:

“de acordo com a versão mais divulgada dos acontecimentos, a morte de Cabral resultou de uma conspiração bem-sucedida orquestrada pela polícia fascista do Estado Novo, a PIDE. Esta versão dos acontecimentos tem apaziguado muitas consciências por todo o mundo. Contudo, mais recentemente, surgiram novos dados acerca do assunto. Contrariando totalmente a versão de que a PIDE seria responsável pela sua morte, surgiu uma outra, segundo a qual o revolucionário africano teria sido, na verdade, morto pelos seus próprios camaradas do partido

³⁸ Cf. Nóbrega Álvaro, 2003, p. 210

³⁹ Cf. Djaló Tchernó, 2013, p. 266

Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) Além disso sabe-se hoje que na conspiração estiveram envolvidos não só alguns elementos individuais, mas também membros de todos os escalões da organização nacionalista”⁴⁰.

A morte de Amílcar Cabral desencadeou no seio do PAIGC um ódio grande e uma campanha de muita matança de inocentes. A oportunidade foi usada por muitos combatentes para ajustar contas entre si, mas também para acalantar aqueles que souberam do envolvimento de figuras de destaque da ala guineense, fazendo muitas mortes de inocentes nas suas fileiras, mas impulsionou os guerrilheiros multiplicando as operações militares que culminaram na declaração unilateral da independência da Guiné-Bissau em Madina de Boé em 24 de setembro de 1973.

2.1.2. Período Pós-independência.

2.1.2.1. As mortes no regime de Luís Cabral.

O período anterior à independência da Guiné-Bissau foi caracterizado pela violência que foi iniciada pelos diferentes comandantes das diferentes frentes de luta, exacerbada em Cassacá e ganhou mais relevo depois do assassinato do Amílcar Cabral. O PAIGC não conseguiu acabar com este vício de eliminação dos opositores ou “inimigos” e continuou com ele, como sendo o mecanismo mais fiável da sua justiça. Esta característica marcou também o período pós-independência, primeiro com o Regime autoritário do primeiro presidente da Guiné-Bissau, Luís Cabral. Tchernó Djaló descreveu-nos o primeiro regime guineense nos seguintes termos:

“O regime do Presidente Luís Cabral caracterizado pelo autoritarismo e concentração do poder tinha evoluído para o que o seu irmão Amílcar Cabral mais temia, isto é, a deriva do centralismo

⁴⁰ Cf. Sanches Ribeiro, 2018, p. 51-2

democrático para centralismo burocrático. (...) Esta amalgama de crise institucional, resultando do desequilíbrio crescente do poder entre o Estado e o partido, e étnica, isto é, conflito entre Guineenses e Cabo-verdianos, mascarava um conflito muito mais fundamental: a oposição entre a tendência tecnocrata reunida em torno de Luís Cabral e a tendência militar-populista e negrófila reunida em torno de Nino Vieira”⁴¹

Segundo Queba Sambu: “em termos históricos a existência do PAIGC pode ser dividido em três períodos distintos. E a fase que nós tratamos corresponde a segunda fase que segundo este autor durou sete anos, desde a proclamação da independência até ao golpe de Estado de 14 de novembro. Foi o período da infância política, escrevia ele, da génese da decomposição dos militantes do partido; do aparecimento de grupos com tendências diferentes; de frenético nacionalismo. Sem uma política definida, os dirigentes iam cada um para o seu lado, atuando por iniciativa própria, fazendo escolha dos funcionários, sem atender ao programa do partido, sem observar os méritos dos candidatos nem a adequação do perfil destes aos cargos de que eram empossados”⁴².

Nos primeiros passos da construção do Estado, as autoridades que tomaram a independência deram uma atenção exagerada à questão da segurança e da consolidação do regime. Foi este erro fatal que deu ao nascimento das forças de segurança um aparelho de repressão nos regimes autoritários e totalitários. Este órgão securitário, composto na maioria por elementos sem formação adequada nem nível de educação necessários para a análise das informações que lhe serão submetidas, criou na Guiné-Bissau pós-independência mais problemas e a morte de muitos inocentes. O desprezo dado às questões políticas, de desenvolvimento e do bem-estar social deram mais problemas ao novo Estado que continuam a ter reflexo na sua vida até a data presente. A perseguição dos que não estavam do seu lado

⁴¹ Cf. Djaló Tchernó, 2013, p. 271

⁴² Cf. Sambu Queba, 1989, p. 203

durante a luta foi a regra inicial do Partido ao entrar na cidade com o poder de tudo fazer na mão. Álvaro Nóbrega relatou-nos o caso dos comandos africanos:

“João Mané, ex-comando africano, condecorado com a mais alta distinção militar portuguesa, a Torre e Espada, testemunhou o destino dos comandos africanos daí em diante: No mês de março de 1975 começaram as prisões. Foi um mês muito negro para os comandos. Eu fui preso. E fui torturado. Como muitos outros camaradas. Obrigaram-nos a carregar pneus gigantesco, pneus de Berlier, com jantes e tudo. Era uma das torturas, mas havia outras: como pendurar uma pessoa pelos pés, com cordas e dar-lhe chicotadas” O PAIGC fuzilou barbaramente a maioria dos meus oficiais do Batalhão de comandos Africanos. Os meus oficiais forma assassinados com o conhecimento de Luís Cabral e de Nino Vieira. Os meus sargentos também foram quase todos fuzilados: só nos soldados é que eles não tocaram.”⁴³

São estas as condições em que se encontrava o regime de Luís Cabral, aliadas ao fracasso dos seus projetos de desenvolvimento que levaram o país a uma situação económica desastrosa, à falta de alimentação e à fome adicionava-se, segundo os dados históricos relatados por vários historiadores guineenses, o polémico projeto da constituição da Republica da Guiné-Bissau, de 1980. Foi na sequência dessa situação que surgiu o movimento reajustador de 14 de novembro de Nino Vieira.

⁴³ Cf. Nóbrega Álvaro, 2003, p. 214

2.1.2.2.O golpe de Estado de 14 de novembro 1980 e os sucessivos episódios de violência.

Nesta parte daremos mais ênfase às causas que levaram ao derrube do regime de Luís Cabral pelo general Nino Vieira, na medida em que voltaremos em detalhe ao regime do movimento de 14 de novembro, no capítulo a seguir.

Logo após a independência, o PAIGC começou a enfrentar os problemas de construção de uma nação moderna devido a muitos constrangimentos, tanto em termos materiais como também em termos de recursos humanos qualificados e, como escreveu Carlos Lopes, “a falta de reflexão política no seio do movimento de libertação não iria permitir pegar o touro pelos cornos”.⁴⁴ Rui Jorge Semedo descreveu que:

“naquele momento, o PAIGC assumiu pela primeira vez o desafio de lidar com a complexidade da máquina burocrática, principalmente com as contradições que a mesma requer, sobretudo no que diz respeito à distribuição dos cargos públicos e à garantia do bem-estar dos cidadãos. A situação era complexa, pois além de ter sido a primeira vez que o partido realmente teria contato com as exigências de governar, também representava escassez de militantes com a formação técnico-administrativa necessária para fazer a máquina pública funcionar.”⁴⁵

Tornou-se de conhecimento comum o facto de que Amílcar Cabral se referia à construção do Estado como sendo o programa maior do partido, sendo o mais difícil em comparação com a guerra de libertação. Ao olhar a situação da Guiné-Bissau, compreende-se todo o sentido da frase do professor Adriano Moreira, quando escreveu que “quando os intelectuais africanos passaram à ação contra as soberanias coloniais europeias, desencadeando o

⁴⁴ Cf. Lopes Carlos, 1988, p. 32

⁴⁵ Cf. Semedo Jorge Rui, 2010, p. 2

processo das independências, assumiram uma herança colonial que não incluía a nação.”⁴⁶ Por seu turno, Francis Fukuyama, recorda-nos que:

“a construção da nação é crucial para o sucesso da construção do Estado e tem implicação para o significado nuclear do Estado: enquanto organizador da violência legítima, o Estado chama periodicamente os cidadãos a arriscarem a vida em seu nome. Ora, os cidadãos nunca estarão suficientemente dispostos a fazê-lo se sentirem que o Estado não vale o maior sacrifício de todos.”⁴⁷

A situação problemática de clivagem entre os Guineenses de origem e os Cabo-Verdianos não foi resolvida na medida em que Luís Cabral, que mandava na Guiné-Bissau, era de origem Cabo-Verdiana. Houve uma necessidade de encontrar um bode expiatório para sair desta realidade, que foi encontrado na situação seguinte descrita por Carlos Lopes:

“Os motivos do golpe de Estado relatam que na Guiné-Bissau depois de sete anos após a proclamação unilateral da independência, os problemas básicos de subsistência não estavam resolvidos. Dias antes do golpe de Estado, não havia nos mercados da capital nem arroz, nem batatas, nem leite, nem pão. (...) A crise económica acrescente-se a crise financeira, que atirou o país para a bancarrota. (...) Não há meios para descrever o caos que se vivia na Guiné-Bissau nestes últimos tempos, o que originou um sussurro popular em crioulo, muito comum ultimamente na capital, de que «anos nó óssal» (Nós atrevemo-nos!), fazendo menção à corrupção, é claro.”⁴⁸

“Uma situação daquelas não podia continuar, porque as crises são o preludio das mudanças. Uma crise no PAIGC significava uma crise nas Forças Armadas. As FARP eram um bloco com uma importância extraordinária, dado o fato de todos os militares serem militantes

⁴⁶ Cf. Moreira Adriano, 2014, p. 330

⁴⁷ Cf. Fukuyama Francis, 2014, p. 261

⁴⁸ Cf. Lopes Carlos, 1988, p. 43

do partido e de se tratar de antigos combatentes da luta armada. Se os salários de fome tinham provocado greves de protesto na Força Aérea, dois meses antes do golpe de Estado (...) foi, seguramente, a distribuição de patentes militares feita em novembro de 1979 que mais descontentou os fardados de verde. A graduação no seio do Exército seria, uma grande jogada do regime de Luís Cabral. A promoção de elementos próximos do presidente, em detrimento dos chegados a Nino Vieira, na distribuição dos galões. A última jogada seria, enfim, a nova Constituição. (...) O conselho de Estado, órgão coletivo de presidência, há muito que tinha deixado de existir. O primeiro-ministro não era o verdadeiro chefe de Governo, pois setores importantes como as Forças Armadas, a Segurança Nacional e os Negócios Estrangeiros tinham sido retirados da sua competência.”⁴⁹

Com esta situação bem descrita por Carlos Lopes, Carlos Sangreman, et. al sublinharam também o estado degradante da economia. O desequilíbrio social que se notava era inaceitável, bem como a incapacidade revelada pelo Estado de solucionar os problemas das populações. Para além disso, as tarefas tornaram-se cada vez mais complexas. Como se não bastasse, a Assembleia Popular veio por óleo na fogueira, aprovando a tão contestada nova Constituição.⁵⁰

Para Queba Sambu:

“Este movimento de 14 de novembro, é o terceiro período na evolução histórica do PAIGC, começou a preparar-se em 1979 e eclodiu com o golpe de Estado, que definitivamente substituiu o segundo período, em 14 de novembro de 1980. Segundo este autor é o período de

⁴⁹ Cf. Id. P. 48

⁵⁰ Em 1980, a situação económica na Guiné-Bissau era muito má. A diferença entre uma classe dirigente vivendo num luxo ostensivo e a população desprovida dos elementares bens de primeira necessidade era inaceitável num país que tinha efetuado inúmeros sacrifícios na luta de libertação nacional. O Estado tinha revelado uma total incapacidade de resolver os principais problemas da população, e as tarefas políticas tornaram-se cada vez mais complexas. Apesar da rejeição de muitos dos “representantes do povo”, a Assembleia Nacional Popular, em sessão extraordinária de 12 de Novembro, aprovou o texto da nova Constituição. Este fato, adicionado ao depauperamento do país e também ao crescente mal-estar social, traduzido em desconfianças mútuas e ódios, resultantes das perseguições dos órgãos da segurança do Estado, seriam a base da crescente instabilidade política. Neste ambiente de permanentes conflitos internos no PAIGC, a Guiné-Bissau seis anos após a independência, conheceu um golpe de Estado a 14 de Novembro de 1980, liderado pelo então Comissário Principal, equiparado a Primeiro-Ministro, o Comandante João Bernardo “Nino” Vieira. (Sangreman Carlos, et.al. 2006, p. 13)

inimizades tribais, de terror e canibalismo político, de oportunismo e de vandalismo. Os principais protagonistas deste período não só se desviaram dos princípios do partido, mas aviltaram-nos. Os objetivos da luta do PAIGC foram substituídos pelos interesses da burguesia entretanto gerada dentro do partido. Lançando um olhar sobre o desenvolvimento da crise do PAIGC no presente período facilmente veremos que a composição dos dois campos adversos permaneceu sempre a mesma. Era e é uma luta entre a ala dos oportunistas e tribalistas que, invocando exclusivamente a falta de confiança, abriram de par as portas a toda a espécie de extravagâncias e arbitrariedades dos antigos círculos; e do outro lado a ala daqueles que se mantêm fiéis aos princípios do partido. (...) Foi a luta de espírito de círculo fechado contra o espírito do partido, ou seja, a luta de espírito tribalista contra o de consciência nacional; das questões pessoais do pior gosto contra as considerações políticas do PAIGC. Os anos pós-independência foram uma sequência de processos negativos. Geraram-se grandes perigos que ensombram o nosso futuro coletivo; existem muitos e muitos elementos de confronto tribal armado ou de alas antagónicas, em posições opostas.”⁵¹

O golpe de Estado de 14 de novembro, liderado por Nino Vieira, é considerado por muitos guineenses como sendo o início do mal maior da Guiné-Bissau, como o veremos mais tarde no segundo capítulo desta dissertação, especificamente reservado à sua análise. É de notar que é no advento da democracia que se chegou ao fim do período da dominação do 14 de novembro. Mas como as convulsões nunca cessaram no país, eis que em 1998, a 7 de junho, a Guiné-Bissau entra num novo ciclo de violência. Dois acontecimentos descritos pelo Relatório da Liga como duas datas cruciais:

⁵¹ Cf. Sambu Queba, 1989, p.203-205

“Uma é o golpe de Estado de 14 novembro de 1980, liderado por João Bernardo Vieira “Nino”, que abriu o precedente da conquista do poder por meios não democráticos e a usurpação dos destinos do País pelo Estado Maior. A outra é o de 7 de Junho de 1998”⁵²

2.1.2.3.A guerra civil de 7 de junho de 1998 e as suas consequências.

Na história da Guiné-Bissau e do seu sistema político, desde a luta de libertação até hoje, o método de resolução de conflito foi sempre o uso da violência. Tanto no período anterior como posterior à independência, o diálogo nunca foi a via de sanear os diferendos na pátria de Amílcar Cabral. É esta incapacidade de resolver problemas pelo diálogo, aliado ao orgulho de Nino Vieira, que levaram o País, em 1998, a uma guerra civil qualificada por muitos como desnecessária e devastadora, imposta ao povo Guineense pelos seus próprios filhos.

A guerra civil de 1998 virá, como as outras crises guineenses, regar aquela grande árvore (chamada pólen, em crioulo) de ódio semeada em Cassacá, fortalecida ainda mais pelo golpe da morte de Amílcar Cabral e outras mortes que se seguiram dentro da sociedade guineense. São numerosos os autores que relataram esta guerra, mas para o nosso trabalho, vamos referir alguns que achamos que o fizeram com maior compreensão e conhecimento do País, da sua história, cultura e tradições. São estes: Delfim da Silva; Carlos Sangreman, et.al.; João Carlos Gomes; Christopher Kohl; Álvaro Nóbrega; e Celisa dos Santos Pires de Carvalho.

A guerra civil de 1998 foi o resultado de sinais de desintegração de um estado que entrou num círculo de máfia e de negócios ilícitos. Com o falhanço do sistema económico e o agudizar da pobreza, um círculo reduzido que incluía o Presidente da República entrou no negócio da venda de armas aos rebeldes da Casamansa. Mas esta foi a gota de água que fez transbordar o copo, pois muitos outros problemas que vieram de longe sem solução estavam reunidos e estavam à espera de um momento oportuno para eclodir.

⁵² Cf. LGDH, 2013, p. 14

Para João de Barros, “A má governação do regime lançou na miséria a maioria da população guineense, construindo pedra a pedra a revolta e a guerra que dilaceraram hoje a Guiné-Bissau. Mais grave ainda, (...) o regime, na sua cegueira pelo poder, permitiu que as forças militares estrangeiras combatam no solo pátrio o Exército nacional.”⁵³

Lars Rudebeck argumentou que:

“Quando cada um de nós se pergunta as razões desta guerra, a resposta estará nos pontos seguintes: ninguém dá ao poderoso o direito de ser arrogante; ninguém dará ao soberbo o direito de ser prepotente; ninguém dará ao injusto o direito de ser usurpador dos bens dos outros; ninguém dará ao rico o direito de escravizar os pobres; ninguém dará a quem exerce o poder o direito de receber o que pertence aos outros; ninguém dará o direito ao corrompido de matar o inimigo.”⁵⁴

Segundo João Carlos Gomes, como o referiu na sua obra *Polón di Brá*,

“A comunidade Internacional conhece o tráfico de armas que o Estado da Guiné-Bissau, através de altos dirigentes, tem vindo a arremessar ao Movimento das Forças Democráticas da Casamança, rebelião contra o Governo central de Dakar, na República do Senegal. O Sr. Presidente já fora capaz até de pressionar o Parlamento, no sentido de que o Relatório original da Comissão Parlamentar de Inquérito ao Tráfico de Armas fosse reduzido à apenas sumula e sem menção dos nomes dos indiciados da prática do tráfico de armas o que o parlamento não aceitou. Entretanto, o Brigadeiro Ansumane Mané, de consciência tranquila compareceu várias vezes perante a mesma Comissão Parlamentar, prestando todos os esclarecimentos e declarando que se o Inquérito não fosse justo reagiria contra qualquer injustiça. Os combatentes da Liberdade da Pátria que seguiam com a Maior atenção o envolvimento do Inquérito Parlamentar, sobre o tráfico de armas e a pouco e pouco

⁵³ Cf. Barros João, 1998, in “publico” Diário de Bissau

⁵⁴ Cf. Rudebeck Lars, 2001, p.10-11

desconfiados das intenções do Sr. Presidente da República, se iam aprontar, em torno do Sr. Brigadeiro Ansumane Mané, decidiram travar definitivamente o Presidente da República”.⁵⁵

Para quem vivia em Bissau na altura, era fácil notar que alguma coisa não estava bem e que as condições ou ingredientes estavam todos reunidos para a eclosão de uma situação de confronto entre as duas alas antagónicas. As indicações de insatisfação do mandato de Nino Vieira, por parte da sociedade em geral e das Forças Armadas em particular, foram notáveis. E na Guiné-Bissau, sendo este um país de rumores e boatos, a população falava do caso de tráfico de armas e da implicação do próprio Presidente. Este argumento é também sustentado por Álvaro Nóbrega, que apontou que:

“o conflito de 1998 foi inesperado. Foi, é certo, pela duração e intensidade, mas em meados de abril, no ambiente de calma tensa em Bissau, não restavam dúvidas a ninguém de que algo de grave iria passar-se. Só não se sabia quando e como. Logo desde do início do conflito de 1998, foram apontados quatro fatores primordiais que estiveram na base da sua ocorrência: o tráfico de armas para a Casamança; a intensa polémica ao redor do VI Congresso do PAIGC; a insatisfação dos Combatentes da Liberdade de Pátria e a exoneração do Chefe de Estado-maior das Forças Armadas, Brigadeiro Ansumane Mané. De facto, a conjugação destes elementos iria criar a situação ideal para que as armas falassem mais alto do que as palavras: co Congresso foi criada uma situação de rutura e de incompatibilidade entre duas alas poderosas do partido; e a exoneração de Ansumane Mané originou um chefe de Guerra prestigiado, disposto a lavar a sua honra e a vingar a traição sofrida; ao mesmo tempo os combatentes da Liberdade da Pátria forneceram os contingentes de militares experientes necessários à consumação do Golpe.”⁵⁶

⁵⁵ Cf. Gomes Carlos, 1998, p. 131-2

⁵⁶ Cf. Nóbrega Álvaro, 2003, p. 277

Perante a generalização do descontentamento dos militares e antigos combatentes, quando eclodiu a guerra Nino Vieira tinha somente um pequeno grupo de militares fiéis que não poderiam enfrentar os experientes combatentes pela liberdade da pátria que estavam do outro lado da trincheira. O Presidente Vieira foi obrigado a fazer um apelo às forças estrangeiras do Senegal e da Guiné-Conakry, referindo um acordo descontextualizado entre estes países vizinhos. Carlos Sangreman, et.al. narraram que:

“Perante a revolta e face à constatação de que a esmagadora maioria dos militares guineenses se tinham associado à autointitulada Junta Militar, órgão supremo dos rebeldes, Nino Vieira viu-se obrigado a apelar à intervenção das tropas do Senegal e da Guiné-Conakry. Este pedido foi feito à luz de acordos de defesa mútuos assinados pelos três países e para salvaguarda de um regime constitucional e democrático. Aliás, Nino Vieira afirmou, em sua defesa, que os revoltosos tinham tentado levar a cabo um golpe de Estado contra um governo democraticamente eleito, o qual tinha o direito de apelar a ajuda Internacional.”⁵⁷

Os danos da guerra de sete de junho de 1998 far-se-ão sentir por muitos anos devido à destruição que esta causou ao país, tanto no plano humano como económico. O desespero que causou levou muitos quadros do país a abandonarem a terra natal para outros locais, de forma a procurarem futuros melhores. No final da Guerra muitos quadros não voltaram porque nunca mais acreditaram numa saída breve da situação em que a Guiné-Bissau está mergulhada desde então, como assinalou Delfim Da Silva:

“A guerra civil destruiu duradouramente a Guiné-Bissau, empurrando para a desgraça milhares de famílias guineenses; de 7 de maio de 1999 – assalto final, queda do presidente Nino e repressão de centenas de combatentes da Liberdade da Pátria; de 22-23 de novembro de 2000 – segundo golpe incluso de Ansumane Mané; de 30 de novembro de 2000 – desfecho, morte de Ansumane Mané e nova vaga de repressão de combatentes contra combatentes. É a saga da geração gloriosa da Libertação Nacional que

⁵⁷ Cf. Sangreman Carlos, et. All, 2006

se tornou na geração trágica dos Antigos combatentes (...) Na verdade, o chamado “assalto final” ainda não foi no “célebre” dia 7 de maio de 1999. Mas sabemos que o “assalto inicial” – o arranque da aventura golpista – ocorreu, de facto, no dia 14 de novembro de 1980, sob comando de Nino Vieira. (...) uma tragédia que esta a ser dinamizada por inaceitáveis golpes militares. Nas palavras do Delfim, tudo isso, foi um fracasso por força de um conflito político-militar (1998-1999) que lançou o nosso país numa violenta espiral negativa, cujas consequências ainda vão durar muitos anos. Foram, de facto, as primeiras bombas que em junho de 1998 caíam sobre Bissau e que também caíam nos arredores de Bissau que me fizeram perceber que não basta fazer “boas” eleições – democráticas, livres, justas e transparentes – para considerar que foi ganha a batalha da transição democrática. (...) Se na Guiné-Bissau ainda não se conseguem passar um ano – 2000, 2001, 2002, 2003... - sem que se agite o fantasma de um “novo” golpe de Estado, não significará isto que a recaída numa espiral de violência política não é improvável?”.⁵⁸

Nos últimos anos houve uma tentativa de reconciliação por parte do governo e da sociedade civil, o que levou à criação de uma comissão organizadora para uma conferência nacional de reconciliação. Esta última, depois da sua instauração, levou a cabo uma auscultação a nível nacional com a finalidade de averiguar em primeiro lugar as origens dos problemas, segundo o Relatório Final da Comissão Organizadora da Conferência Nacional, (COCN),

“A marginalização de alguns setores das forças armadas, dando origem a um descontentamento crescente, que funcionou como motor para a instabilidade política, e para a multiplicação de conflitos político-militares, que fez com que, em 1998, eclodisse a maior das crises da história recente do país, conhecida como “guerra de 7 de junho”, que colocou frente a frente, durante 11 meses, numa guerra fratricida, os ex-companheiros de luta de libertação nacional. Esta crise veio a provocar maior sedimentação do ódio e do ressentimento entre guineenses. A guerra de 7 de junho de 1998 deu início a um novo período no relacionamento entre o setor militar e o poder político, conferindo às Forças Armadas uma nova legitimidade

⁵⁸ Cf. Da Silva Delfim, 2003, p. 12-14

em relação ao poder político. Desde então, testemunhou-se a deterioração do ambiente social, político e militar, através de eliminação física das altas individualidades políticas e militares, por simples divergências de ideias ou por consolidação do poder, tendo como consequência a degradação do tecido económico e consequente ausência do sentido/autoridade de Estado democrático. A classe política, quando utilizou meios ilegítimos na luta democrática para atingir e manter o poder, nomeadamente introduzindo o fator étnico e religioso na sua abordagem, instrumentalizou as forças armadas para chegar ao poder.”⁵⁹

Da nossa perspetiva, vemos que o egoísmo do grupo formado à volta de Nino Vieira depois do 14 de novembro de 1988, a sua incapacidade de administração da coisa pública e a ambição desmedida pela riqueza deveriam também ser tidas em conta quando se quer encontrar as causas da guerra de 7 de junho de 1998. Na opinião de Fafali Koudawo,

“a ambiguidade da perceção dos resultados das primeiras eleições pluralistas faz parte das causas políticas que marcam todo o período pós-eleitoral, e que desembocam em 1998 numa guerra civil de onze meses da qual se abriu uma nova transição. A crise político-militar tem origens múltiplas e complexas. A sua causa imediata é uma história de tráfico de armas para o MFDC; mas ela só pode ser bem compreendida através de um feixe de causas de raízes tão profundas que remontam por vezes às próprias condições de emergência do Estado guineense, no início dos anos 70.”⁶⁰

Como referimos anteriormente as causas da crise político-militar de sete de junho são múltiplas e foram acumuladas durante todo o decorrer do Regime de Nino Vieira. Fafali Koudawo acrescentou um outro elemento que, para ele, foi de importância extrema na compreensão da Guerra de 1998-99:

⁵⁹ Cf. COCN, 2018,

⁶⁰ Cf. Koudawo Fafali, 2001, p. 141

“ A questão mal resolvida da desmobilização dos antigos combatentes da guerra de libertação; o crescente fosso, desde a liberalização económica lançada nos anos 80, entre uma categoria de antigos combatentes privilegiados próximo dos círculos do poder político, e a grande maioria dos antigos combatentes proletariados, que viviam tanto pior a sua condição de lumpen na medida em que estimavam ser libertadores abandonados por um sistema iníquo gerido pelos seus próprios antigos companheiros de luta; a incompleta despartidarização das forças armadas, que, na origem, eram braço armado do PAIGC; a incompleta conversão do PAIGC em partido civil deliberadamente liberto das suas antigas ligações institucionais nas forças armadas nacionais; a difícil adaptação do antigo partido único, ao novo contexto pluralista onde, ao mesmo tempo que às oposições externas, deve fazer face a oposições internas que dão origem a conflitos mal geridos e cada vez mais agudos; os entraves ao surgimento de um verdadeiro Estado de direito com um poder despersonalizado, e instituições a funcionar nos estritos limites das suas competências; a prevalência da má governação com profundas deficiências da administração de Estado, uma ineficiência crónica na utilização dos recursos, uma permanente opacidade na gestão dos bens públicos, etc., conflito de 7 de Junho de 1998 sobrevem na confluência de todas estas causas profundas que durante onze meses, lhe imprimiram as suas marcas para fazerem dele uma crise multidimensional.”⁶¹

Como em todas as guerras, as consequências chegam de diversas formas. Uma das consequências mais graves de todas é que, desde a guerra de 7 de junho, houve uma mudança no paradigma da detenção do poder, ou melhor, uma inversão daquilo que deveria ser um país democrático. Na Guiné-Bissau desde então, em vez de o poder civil deter o poder, são as Forças Armadas que detêm o poder real do Estado, conforme concluiu a Comissão organizadora da Conferência Nacional, nos seguintes termos:

⁶¹ Cf. Koudawo Fafali, 2001, p. 141-2

“No entanto, esta dinâmica fez com que também o poder político ficasse refém das Forças Armadas. Apesar das melhorias da situação, este risco continua presente, passados onze anos após o conflito de 7 de junho de 1998, abateu-se sobre o país uma tenebrosa violência que culminou, nos dias 2 e 3 de março de 2009, no inédito assassinato do Presidente da República e no assassinato do Chefe de Estado Maior General da Forças Armadas (terceiro da história). Mais uma vez, as armas marcaram presença, escrevendo mais uma página negra na história da Guiné-Bissau.”⁶²

Com todas as consequências nefastas da guerra civil de 7 de junho, os guineenses não aprenderam a lição que não há nenhuma vantagem em prosseguir na senda da violência, facto que levou Miguel de Barros a concluir que:

“Desde o eclodir do conflito político-militar de 1998-99, a Guiné-Bissau passou a confrontar-se com maior frequência com ciclos de instabilidade política e governativa levando à transição da sua categorização no concerto internacional de um Estado pós-Conflito para um Estado frágil, vivendo uma situação de paz altamente instável. Em termos políticos, o país tem-se deparado com sucessivas interrupções violentas de ciclos democráticos, através de golpes de estados, assassinatos de dirigentes políticos e governamentais e decapitação de chefias militares. Este é o cenário visível de uma lógica contínua de luta pela sobrevivência, através de apropriação e captura de recursos para satisfação das necessidades individuais, num contexto ameaçado pelo fenómeno de narcotráfico e de instabilidade e insegurança ao nível regional”⁶³

As consequências da guerra de 7 de junho de 1998 são desastrosas na vida do país, como nos descreveu o antigo embaixador de Portugal na Guiné-Bissau no período da Guerra, Francisco Henrique da Silva:

⁶² Cf. COCN, 2018, p. 53-54

⁶³ Cf. De Barros Miguel, 2013, p. 603

“Entrava-se num período de desgoverno, de grande instabilidade política e social, sob o pano de fundo de graves e insanáveis dificuldades económicas. (...) A Guiné-Bissau que saiu do conflito é um país destruído, com uma Administração muito pouco performante e quase nenhuma infraestruturas; com um dos mais baixos índices de recursos humanos qualificados na Administração e na função pública, relativamente à sub-região e ao mundo. O país que emerge está atolado numa grande confusão político-administrativa e sem dar sinais de uma estabilização próxima”⁶⁴

2.1.2.4. A morte do Tagme Na Waié e do Presidente Nino Vieira.

“Se me matas de manhã, serás morto à tarde” foi uma frase atribuída ao Tagme Na Waié, que o antigo Chefe de Estado Maior General das Forças Armadas da Guiné-Bissau teria endereçado a Nino Vieira aquando de uma discussão. Muitos analistas disseram que esta frase de Tagme foi aproveitada pelos inimigos de Nino para acabar com a sua vida e que o último não foi o mandatário da morte de Na Waié. Como afirmou o capitão Pansau Intchama:

“O assassinato de Tagme Na Waié tem a ver com o narcotráfico, com os aviões que até hoje estão no aeroporto de Bissalanca...”⁶⁵

Fernando Jorge Casimiro fez uma espécie de caricatura das semelhanças dos eventos de 1 de abril de 2010 e 2 de março de 2009, com as frases de António Indjai. Citando Indjai, Fernando, escreveu:

“No passado dia 1 de abril de 2010, um grupo de militares dirigidos por mim, viu-se obrigado a tomar medidas com vista à por ordem nas Forças Armadas, porque a forma como a classe estava a ser dirigida, iria culminar num conflito iminente. O Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, Vice-Almirante José Zamora Induta, conduzia o Estado-Maior como se fosse a sua propriedade pessoal, tomando sobre si, toda a administração da mesma.

⁶⁴ Cf. Da Silva Henriques, 2014, p. 520

⁶⁵ Cf. Didinho, 2010

Fernando disse que se se faz uma montagem, esta declaração do António Indjai, poderia encaixar bem no contexto de 2009 e argumentou: “No passado dia 02 de março de 2009, um grupo de militares dirigidos por mim, António Indjai, viu-se obrigado a tomar medidas com vista a pôr ordem no país, porque a forma como o Estado estava a ser dirigido, iria culminar num conflito iminente. O presidente da República, General João Bernardo “Nino” Vieira, conduzia o país como se fosse a sua propriedade pessoal, tomando sobre si toda a administração do mesmo, tendo chegado ao ponto de mandar matar o Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, General Tagme Na Waié, o que motivou a nossa pronta resposta que culminou na sua morte”⁶⁶

A interpretação desta montagem mostra-nos a manipulação que o General Indjai fez na altura para eliminar fisicamente o Presidente Nino Vieira. Para clarificar mais estas mortes voltamos à história do regresso de Vieira à A Guiné-Bissau.

“Nino Vieira forçado ao exílio de 6 anos em Portugal manifestou interesse de voltar ao país. O regresso dependeu de conversações com o Chefe militar, Tagme Na Waié sob mediação do Ministério da defesa, Hélder Proença que convenceu Tagme a pôr o passado de parte. Proença promoveu quatros encontros secretos entre “Nino” e Tagme ocorridos na Conakry de que resultara a entrada ao País do ex-presidente, sem que o então poder político tivesse conhecimento. Nino participou nas eleições por arranjos constitucionais. (...). Saiu vencedor e reconduziu Tagme Na Waié como CEM das forças armadas.”⁶⁷

Como é de notar, a guerra de sete de junho abriu oportunidade aos militares de se imiscuírem sempre nos assuntos de governação da Guiné-Bissau e tornarem-se os apreciadores

⁶⁶ Cf. Casimiro Jorge Fernandes, 2010

⁶⁷ Cf. Gama, 2009

da ação executiva, intervindo sempre que achavam que o governo não satisfazia as suas necessidades. David O'Regan e Peter Thompson revelaram o seguinte:

“Depois de Mané, outros militares de alta patente continuaram a imiscuir-se nas rivalidades políticas. Em 2003, o General Seabra destituiu o Presidente Kumba Iala, que tinha perdido popularidade, pelo seu comportamento cada vez mais imprevisível e por ser considerado responsável pela ineficácia geral do governo perante a crise económica. As relações entre civis e militares continuaram a deteriorar-se. O General Tagme Na Waié tinha um relacionamento extremamente antagónico com o Presidente Nino Vieira, que havia regressado do exílio e vencido a segunda volta das eleições presidenciais de 2005. (...) Quando em novembro de 2008 as chamadas tropas amotinadas atacaram o palácio presidencial, um soldado foi morto e o General Na Waié sobreviveu a uma “bala perdida” disparada pela segurança de Vieira contra a sua escolta de veículos. Considerou-se que os incidentes haviam sido orquestrados por ambas as partes. Em 1 de Março de 2009, Na Waié foi assassinado num atentado bombista. Horas mais tarde, tropas leais a Na Waié invadiram a residência presidencial, torturaram e executaram a tiro Nino Vieira.”⁶⁸

É nas circunstâncias acima descritas pelos autores que foram mortos o General Tagme Na Waié e o General Presidente João Bernardo Vieira “Nino”. Mas os sobressaltos do País não pararam aí, e em 12 de abril de 2012 a Guiné-Bissau mergulhou de novo num golpe de Estado visto por muitos como um golpe encomendado pela CEDEAO.

2.1.2.5. O golpe de Estado de 12 de abril 2012 e suas consequências.

Alguns países da CEDEAO consideram o espaço que ocupa esta Organização sub-regional como sendo sua propriedade ou zona exclusiva de influência. Esta é a visão da Nigéria, a grande potência da zona, do Senegal e da Costa de Marfim. É uma tal conceção que levou com que estes países, e obviamente com diferentes outros interesses obscuros, não vissem com bons olhos a presença das forças militares de Angola na Guiné-Bissau no quadro de uma

⁶⁸ Cf. David O'Regan e Peter Thomson, 2013, p. 8

cooperação bilateral para ajudar na reforma do setor das forças de defesa e segurança. Estes países da CEDEAO consideraram que a presença de quaisquer forças que não fossem do espaço daquela organização sub-regional seria considerada como uma violação de espaço de influência. Foi este o alibi usado pelos militares, de que Carlos Gomes teria assinado um acordo secreto com Angola que tencionava acabar com os militares guineenses, obviamente com a instigação dos políticos e alguns países da CEDEAO, para efetuar o golpe.

É importante notar que tanto o Senegal como a Nigéria tinham nutrido o sentimento de vingança contra Carlos Gomes Júnior, por ter proibido a entrada de combustível por via terrestre a partir de Dakar e ter recusado à Nigéria uma empresa de fabricação de cerveja a favor de Marrocos. A Costa do Marfim nutria um sentimento de rancor contra Eduardo dos Santos por este ter apoiado Laurent Bagbou aquando do impasse eleitoral. De facto, o golpe poderia ser chamado de golpe de interesses dos países vizinhos da Guiné-Bissau. São estas rivalidades externas, circunscritas dentro da CEDEAO, que impulsionaram e favoreceram o sucesso do golpe de Estado de 12 de abril. Este golpe enquadra-se bem naquilo que o antigo embaixador de Portugal na Guiné-Bissau, testemunha da Guerra de 7 de junho, descreveu como o paradoxo guineense. Francisco Henriques da Silva, aquele que referimos, escreveu que:

“A Guiné-Bissau habituou a opinião pública mundial a ciclos sucessivos de expurgo, fuzilamentos sumários, golpes de Estado forjados, levantamentos militares, assassinatos políticos. De 14 de Novembro de 1980 à atualidade, instalou-se nesse território turbulento da África Ocidental um paradoxo para o qual naos se vê solução à vista: o povo vota e elege livremente Presidente da República e parlamentos, todavia uma qualquer clique militar mandará sempre mais, intimida, prende, quando não mata, os políticos.”⁶⁹

⁶⁹ Cf. Da Silva Henriques Francisco, 2019, p. 2

A realidade hoje no terreno requiere que se acrescente a esta visão do embaixador da Silva que o povo vota e um pequeno grupo de políticos apreende todo o seu povo em cativeiro, numa luta insignificante pela vingança resultante de problemas pessoais.

O golpe de Estado de 12 de abril 2012 foi diferente de todos os outros golpes que aconteceram na Guiné-Bissau. Os militares e civis envolvidos atingiram os seus objetivos, isto é, o derrube do governo democraticamente eleito. Este facto não surpreendeu ninguém por ter sido previamente anunciado pelo líder do PRS, Kumba Iala, que havia dito que não haveria nenhuma segunda volta nem terceira volta, como nos relatou Miguel Girão de Sousa (2014):

“Ao contrário de outros golpes que não alcançaram na totalidade os seus intentos, desta vez, os militares e políticos que nele estiveram envolvidos alcançaram os seus objetivos, conseguindo derrubar as autoridades democraticamente eleitas. O golpe de Estado não surpreendeu por completo os que seguem os acontecimentos na Guiné-Bissau. Na véspera do golpe, Kumba Iala, o líder do Partido de Renovação social conjuntamente com um grupo de candidatos derrotados na primeira volta, organizou uma conferência de imprensa para denunciar alegadas ilegalidades cometidas pelo candidato vencedor e Kumba Iala reitera que não ia participar na segunda volta como forma de protesto.”⁷⁰

Para o antigo Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, o golpe de Estado de 12 de abril foi nada mais, nada menos que a manifestação do constante problema militar. Luís Amado declarou que:

“É o problema de uma estrutura militar da qual a população e a sociedade guineense continuam a ser refém, que não tem outro objetivo que não seja continuar a exercer o poder à margem das regras fundamentais pelas quais se rege um Estado normal na comunidade internacional”⁷¹

⁷⁰ Cf. De Sousa Girão Miguel, 2014

⁷¹ Cf. Amado Luís, 2012

2.2. O REGIME DE JOÃO BERNARDO VIEIRA “NINO”, O CHAMADO MOVIMENTO REAJUSTADOR DE 14 DE NOVEMBRO.

2.2.1. Justificativo: o porquê de um capítulo específico ao regime de Nino.

Poderia parecer redundante dedicar um capítulo inteiro desta tese ao regime do General João Bernardo Vieira, vulgo Nino, por ter, ao longo da nossa reflexão precedente, dedicado muitas páginas à violência na Guiné-Bissau. Deve-se compreender que não há nada mais doloroso que a perda de um ente querido, sobretudo quando a sua perda não é devido a uma desapareção natural, mas causada por um indivíduo ou por um regime. Perdoar, nesta situação, torna-se sempre muito difícil. O terror, a atrocidade e a barbaridade cometida pelo regime de Nino Vieira durante quase duas décadas constituíram a razão principal da instabilidade que a Guiné-Bissau atravessa até hoje em dia, porque nunca houve uma reconciliação digna deste nome, nem uma compensação foi dada àqueles cujos parentes ou familiares foram mortos pelo regime.

Esta cultura de violência instaurada pelo General Vieira levou Carlos Sangreman, et al. a escrever que:

“Os conflitos fazem parte integrante da história moderna da Guiné-Bissau, assumindo a forma, quer de resistência contra a sua potência colonizadora, Portugal, quer de lutas e tensões de ordem interna, entre diversas tendências políticas, baseados na luta pelo poder”.⁷²

O regime de Nino Vieira foi a manifestação clara da distorção dos objetivos que levaram Amílcar Cabral a empreender numa luta de libertação nacional cujos motivos principais foram o desenvolvimento, o progresso e o bem-estar do povo guineense. Os autores deste golpe, chamado de movimento reajustador, consideraram-no uma oportunidade para se servirem do país, reivindicando aquilo que consideram como uma dívida eterna que o Estado da Guiné-Bissau nunca acabará de pagar. A dívida de: “A nós qui bai luta, a nós qui liberta terra”, (Nós

⁷² Cf. Sangreman Carlos, et al., 2006, p. 11

lutamos e libertamos o país). O 14 de novembro foi o golpe que aumentou o ódio na sociedade guineense como nos afirmou Delfim da Silva:

“O problema agravou-se com o golpe militar de 1980 e com o golpe de poder de 1985-1986. Podemos mesmo dizer sem qualquer risco que a luta vã para libertar o nosso país da terrível herança deixada pelos golpes de 1980 e de 1985-86 – o capital de ódios acumulados, a desordem instalada nos quartéis e no aparelho de estado em geral – é a característica principal da história política recente da Guiné-Bissau. E é talvez a única herança verdadeiramente explosiva que o sistema democrático emergente poderia não conseguir nem assimilar e, portanto, nem corretamente resolver.”⁷³

Na Guiné-Bissau ser antigo combatente tornou-se uma profissão lucrativa pelo facto de que estes se agarram ao passado para ganhar a vida. É de notar que a guerra de libertação terminou em 1974 e muitos combatentes morreram, mas a cada recenseamento de antigos combatentes que se faz na Guiné-Bissau, o número não cessa de aumentar em vez de se reduzir. E Delfim da Silva é da opinião que:

“Alguns chefes militares encontraram ocasião propícia e abundantes motivos para começarem a pensar o futuro em função apenas do seu passado glorioso, do seu passado de valentia. O golpe de Estado de 1980 vai fazer triunfar precisamente essa cultura de antiguidade, essa cultura do passado militar na sua revolta contra a ordem do presente e do futuro em construção. Foi assim que foi consumado o mais longo desvio da história política recente.”⁷⁴

A tarefa de construção de um Estado e do seu desenvolvimento são muitos exigentes e requerem destrezas específicas. Não é uma questão de força física, mas de profissionalismo e formação intelectual. Amílcar Cabral chamava sempre à atenção os seus companheiros para o facto de que nem todos os que pegavam em armas iam mandar depois da tomada de independência. Esta lição do fundador da nacionalidade guineense não foi assimilada pelos

⁷³ Cf. Da Silva Delfim, 2003, p. 99

⁷⁴ Cf. Id p. 105

militares guineenses, que optaram por tomar conta do país por via dos golpes de estado sem terem o mínimo capital intelectual exigido para um empreendimento de tão grande envergadura. Os militares guineenses, ao entrarem nesta aventura, sabiam que nada de melhor poderiam oferecer ao país, como o realçou Delfim da Silva:

“O empreendimento golpista na nossa terra em 1980, só podia ser um fator de degradação política pela simples razão de que não são as nossas forças armadas que detinham, nem detêm o capital político-cultural adequado para fazer avançar o país na direção certa. Eles – os militares – têm à sua disposição a força das armas, concentram sobre si uma enorme capacidade física, é certo, mas não dispõem de mais nada que lhes habilite a tomar conta do Estado. Mais ainda sempre que os militares entram na política tornam-se inevitavelmente piores do que os maus políticos.”⁷⁵

Segundo Christoph Kohl, “o golpe de 14 de novembro 1980 é, por muitos autores, interpretado como tentativa de desempossar os cabo-verdianos que dominavam a administração. (...) Apesar de o regime ter mudado após a independência, o autoritarismo político permaneceu. O PAIGC, que formou o Estado, continuou a controlar tanto a sociedade quanto a economia por meios repressivos, ao mesmo tempo em que mantinha uma estrutura estatal centralizada e impunha uma doutrinação dogmática aos guineenses.”⁷⁶

O problema étnico na sociedade guineense não é um assunto de novidade e foi sempre utilizado pelos governantes, sobretudo no regime do Nino Vieira quando este último temia a hegemonia balantas nas forças armadas. Promoveu os oficiais da sua etnia papel nas forças de segurança em detrimento dos valentes combatentes balantas. David O'Regan e Peter Thompson ensinaram-nos que:

“O aparecimento da discriminação étnica, em especial no seio das forças militares, complicou ainda mais o agravamento das sucessivas crises na Guiné-Bissau. (...) Na década de 1980, o Presidente Nino Vieira começou a preencher as vagas do Estado com os seus apoiantes, levando a sua própria etnia,

⁷⁵ Cf. Id, p. 131

⁷⁶ Cf. Kohl Christoph, 2000

papel, a ter uma representação excessiva nas instituições, embora a questão da etnia fosse raramente nomeada em disputas ou debates políticos.”⁷⁷

Embora o Kumba Iala tenha sido conotado com o tribalismo, foi Nino Vieira o primeiro a introduzir o fenómeno tribalista no estado da Guiné-Bissau nomeando nas posições privilegiada e lucrativas os indivíduos da sua etnia.

2.2.2. Os antecedentes do movimento reajustador de 14 de novembro 1980.

Antes do golpe de Estado, a Guiné-Bissau encontrava-se numa situação de carência geral e de fome generalizada. Os velhos homens lembravam-se da fome dos anos cinquenta e diziam que o que está a acontecer é muito mais sério que naqueles velhos tempos passados. A crise económica e a corrupção tomaram conta do país e o regime de Luís preocupava-se com as jogadas de reforçar e manter o poder. Sem se dar conta de que a situação estava a apodrecer a cada dia. Carlos Lopes relatou-nos a situação daquela altura nos seguintes termos:

Na Guiné-Bissau, sete anos após a proclamação unilateral da independência, os problemas básicos de subsistência não foram resolvidos. Dias antes do golpe de Estado não havia nos mercados da capital nem arroz, nem batatas, nem leite, nem pão. Mas era, sem dúvida no comercio que a corrupção se tornava mais nítida, sendo fácil de medir até que ponto «as luvas» das empresas estrangeiras estavam a jogar no desequilíbrio iminente da estrutura económica guineense. As numerosas ofertas em produtos vindas dos mais variados países eram vendidas pelos armazéns do povo, sem que esses fundos fossem contabilizados. A crise económica acrescenta-se a crise financeira, que tirou o país para a bancarrota. Não há meios para descreve o caos que se vivia na Guiné-Bissau nestes últimos tempos, o que originou um sussurro popular em crioulo, muito comum ultimamente na capital, de que «Anós nó óssal» («nós atrevemo-nos!»), fazendo menção à corrupção”⁷⁸

⁷⁷ Cf. O’Regan David e Thompson Peter, 2013, p. 24

⁷⁸ Cf. Lopes Carlos, 1988, p. 43

É esta situação, bem descrita por Carlos Lopes, que prevalecia na Guiné-Bissau que fez com que na noite do dia 14 de novembro de 1980, um grupo de militares, liderado por Nino Vieira, tomassem o poder em Bissau. Rubilson Delcano relatou que:

“O discurso da “unanimidade”, nesse período, serviu para sustentar a hegemonia autoritária do PAIGC, do modo que o seu desempenho se explica pela capacidade de construir o “consenso”, acrescentou que a partir do terror e da propaganda. Soma-se a isso a tentativa do partido de controlar todos os setores da sociedade e do Estado, tanto no âmbito público, quanto na esfera privada. Após a colonização, o partido enfrentou conflitos internos e disputas pelo poder, perseguições, apreensões e ajustes de contas pelos próprios “mandjuas” (camaradas do partido) do PAIGC. Muitos foram barbaramente assassinados, ontem e hoje, sem as devidas providências cabíveis no quadro democrático vigente. Todas essas atrocidades cometidas na altura eram uma forma hegemônica que a geração da luta encontrou para manter a sua supremacia na disputa política e o controle de cargos chaves no governo.”⁷⁹

Segundo Joshua B. Forest, “Para a liderança do PAIGC, o terreno de combate político tinha mudado das montanhas, rios, matas, campo para os gabinetes de um governo com sede na cidade. A oposição já não era uma força brutal estrangeira, mas uma competição individual dentro da elite política governante. A falta de motivação para manter laços comuns dentro dos quadros no PAIGC criou a base da política de fações intergovernamentais. Na verdade, o antagonismo interpessoal tornou-se a pedra angular da vida política pós-independência. Ao longo da manifestação deste processo de deterioração, muitos conflitos facionais apareceram,

⁷⁹ Cf. Rubilson Delcano, 2015

e criaram bases para agrupamento de certas personalidades e conjuntos de antagonismos que culminaram, depois de seis anos de independência, num golpe de Estado bem-sucedido.”⁸⁰

2.2.3.O movimento reajustador de 14 de novembro e a sua deriva.

O golpe de Estado de 14 de novembro é descrito por muitos como o ponto de partida da desgraça da Guiné-Bissau, de entre estes autores que se dedicaram a analisar os efeitos negativos do golpe de Nino Vieira, dois destacaram-se: O Tenente-Coronel Queba Sambo e o Professor F. Delfim da Silva. Este último fez uma abordagem histórica do problema e relatou o seguinte:

“Os combatentes da liberdade da pátria que, deixando-se arrastar numa terrível guerra civil a partir do dia 14 de novembro de 1980, acabariam por protagonizar a tragédia nacional da Guiné-Bissau. Entre o golpe de Estado de 1980 e os fuzilamentos de 1986 realmente tinha triunfado entre nós o espírito de autodestruição. Vimos então – entre 1980 e 1986 – descer sobre nosso país e a enraizar-se nele uma surpreendente «ordem político-militar», uma cultura de golpe, de violência, de ódio, de traição entre combatentes da liberdade da pátria. Vimos os heróis da revolução golpista celebrarem uma “grande” vitória sobre quem não lutou, nem se preparou para lutar, nem quis lutar. Vimos descer o reino de Kikia Matcho, um fenómeno terrível que foi observado por Filinto Barros, mas que bem cedo tinha sido captado pelos filtros apurados dos nossos melhores artistas – José Carlos Hans Schwarz (que o combateu até à sua morte) e Flora Gomes que o denunciou no seu *Mortu Nega*”.⁸¹

⁸⁰ “For the PAIGC leadership, the terrain of political combat had clearly shifted from hills, rivers, forestland, and plains of countryside to the more staid offices of an urban-based government. The opposition was no longer a brutal foreign power but rather individual competitors within the ruling political elite. The lack of motivation to maintain common bonds among cadres within the PAIGC set the stage for the politics of intragovernmental factional. Indeed, behind the scenes interpersonal antagonism became the cornerstone of postcolonial political life. As this process of political decay unfolded, several strands of factional conflict stood out in, particular, and provided the basis for the grouping of certain personalities and sets of antagonism that would culminate, after a mere six years of independence, in a successful coup d’état.” Cf. Joshua B. Forest, 1992, p. 55-56

⁸¹ Cf. Da Silva Delfim, 2003, p. 16

Este autor argumentou que quem consegue compreender a razão da destruição política, e não raras vezes, da destruição física de tantos combatentes guineenses deveria saber que:

“foi sim, por causa do começo de um regime fundado no golpe militar, na celebrada cultura de golpe, essa mesma cultura de conspiração e de golpe que alimentou e, ao mesmo tempo, perseguiu o regime nascido no dia 14 de Novembro de 1980 até aos fuzilamentos de 1986. E é essa cultura de complot que continua e continuara a perseguir a ordem política guineense enquanto durar o paradigma que foi instituído pelo vitorioso golpe militar de 14 de Novembro de 1980.”⁸²

Celisa De Carvalho indicou que:

“foram várias as lutas no interior do PAIGC, povoadas de intrigas e histórias mal contadas, que invariavelmente justificavam as constantes intentonas e demissões, mas tendo sempre na ordem do dia questões de natureza étnico/tribal/nacionalista.”⁸³

O povo guineense acolheu o golpe de Estado de 14 de novembro com uma euforia desmedida, esperando que dias melhores fossem chegar. Para além do facto de este golpe ter desalojado os Caboverdianos da sua hegemonia na administração do estado Guineense, o que em si constituiu motivo de alegria pelos guineenses de origem, o movimento reajustador tinha o apoio popular devido à difícil situação em que o regime de Luís Cabral tinha colocado o país. Passado algum tempo, a euforia deu lugar à realidade e a Guiné-Bissau deixava-se nas mãos de um tirano rodeado de um grupinho de indivíduos ambiciosos e incompetentes que levou o país a uma má governação, como o assinalou Rubilson Delcano, que refere:

“O País era governado por um individuo tirano, um déspota, então, aqueles como o Viriato Pã, Paulo Correia e entre outros que regressaram ao País depois de uma formação no estrangeiro, para darem os seus contributos em prol da nação, só por terem uma visão diferente, foram estupidamente assassinados por pessoas desconhecidos. (...) Este autor, chama atenção

⁸² Cf. Id. P. 17

⁸³ Cf. De Carvalho Celisa, 2014, p. 76

para os sucessivos golpes de Estado misturado com as questões étnicas na disputa política para garantir a supremacia eleitoral entre as principais forças políticas. O que chama atenção é a presença dos interesses externos na Guiné-Bissau e a disputa interna, envolvendo alguns países eurocêntricos e africanos, o que resultou no fato de que nenhum governo democraticamente eleito conseguiu terminar o seu mandato constitucional.”⁸⁴

Os objetivos inicialmente fixados pelos novos detentores do poder depois do 14 de novembro e que lhes proporcionaram o apoio popular foram abandonados, e apareceram os verdadeiros motivos do movimento que eram nada mais do que apropriar-se do Estado para fins pessoais. Rapidamente observou-se uma transformação do 14 de novembro, como Queba Sambu observa:

“O 14 de Novembro, rapidamente se transformou nos mais intrépidos pseudo-defensores do nosso povo, apresentando-se com uma mensagem que, teoricamente, se situava a 180 graus da anterior. Outra característica particular da nova situação tem a ver com o fato de as Forças Armadas, de repente, se terem transformado no centro de gravidade do xadrez político nacional, aparecendo alguns dos seus elementos aos olhos dos seus companheiros, pelo seu comportamento, como mercenários e desencadeando uma onda de guerrilha política contra os cidadãos.”⁸⁵

2.2.4. O regime de Nino Vieira.

Ao longo das páginas anteriores, vemos que desde a luta de libertação nacional, o PAIGC foi caracterizado pela violência. Esta cultura de eliminação física atingiu o seu auge no regime do General João Bernardo Vieira “Nino” após o seu golpe de Estado de 14 de novembro de 1980, chamado Movimento Reajustador. Alguns dos fatores que contribuíram para a deriva

⁸⁴ Cf. Delcano Rubilson, 2015

⁸⁵ Cf. Sambu Queba, 1989, p. 84

deste regime foram o facto de que a maioria dos elementos que rodeavam Nino Vieira, na altura, eram todos iletrados e a visão que tinham do poder era muito retrógrada. O então Ministro da Defesa, o General Iafai Camara, terceira figura do novo regime que tivera um papel preponderante na limpeza da etnia balanta, era um iletrado. Os objetivos anunciados pelos autores do 14 de novembro logo na tomada de posse transformaram-se em luta pelo poder. Julião Soares Sousa apontou que: “não obstante a propalada política de concórdia nacional, o novo regime saído do golpe de Estado de 14 de Novembro de 1980 começou, desde muito cedo, a viver e a sobreviver à custa de falsos golpes de Estado, de intrigas políticas, de perseguições e sequestro de militantes e dirigentes de movimentos rivais, quer fossem internos quer no exílio do Senegal”.⁸⁶

Segundo Queba Sambu, “algumas semanas antes dos fuzilamentos coletivos, o coronel Paulo Correia teria gravado uma cassete, em que referiu que os problemas políticos e económicos, promotores do crescente conflito social, provinham da ação dos membros do Governo mais próximos do Presidente, a que chamou “rodeantes”. ”⁸⁷

Tiago Soares reforçou a ideia de que o 14 de novembro foi um “processo [que] iniciou uma nova era na produção de insegurança de forma generalizada no país. Por um lado, reforçou o papel dos militares em detrimento dos políticos na vida do país, por outro lado, apesar de ter como a objetivo a destituição de um governo, assente na perseguição e na barbárie do governo de Nino Vieira, aumentou a repressão e acentuou a militarização da sociedade guineense. As purgas, intencionadas e assassinatos foram aumentando no país ao ponto de ter dado início a uma etnicização da política guineense”⁸⁸

A metamorfose do regime de Nino Vieira, ou melhor, o desvio deste dos seus primeiros objetivos que lhe deram o apoio popular foi logo um sinal negativo. Em vez de se preocupar com a procura de soluções para os problemas sociais, concentrou-se mais na sua consolidação

⁸⁶ Cf. Sousa Soares Julião, 2012, p. 37

⁸⁷ Cf. Sambu Queba, 1989, p. 159

⁸⁸ Cf. Soares Tiago, 2013, p. 102

e na “caça à bruxa” de todos aqueles que considerava possíveis ameaças. A paz prometida converteu-se em guerra civil entre os combatentes da liberdade da pátria com consequências gravosas. Delfim da Silva disse que:

“O acontecimento mais grave que ocorreu durante o regime nascido do golpe militar de 1980, foi o chamado caso de 17 de outubro de 1985 – o golpe de poder executado pela polícia política civil e militar. O desfecho trágico do caso 17 de Outubro provocou um enorme dano político interno que, de facto, colocou o nosso país diplomaticamente isolado, um país desprezado pela comunidade internacional.”⁸⁹

As estatísticas históricas revelaram que foram dez os golpes de Estado fabricados pelo regime de Nino Vieira, numa clara intenção de limpar do poder a etnia balanta, e nem todos podem ser objeto de relato neste estudo. É importante assinalar, que Iafai Camara foi o principal ator para a invenção das intentonas. Privilegiado pela sua posição de terceira figura do regime e para garantir a sua proximidade ao Presidente Nino, tinha sempre de inventar estes golpes de purga étnica. Ao inventar o caso de 17 de outubro, Iafai Camara implicou o regime de Vieira nos crimes mais graves do mundo. As investigações e os julgamentos foram entregues a uma comissão imparcial, como nos assinalou Queba Sambu:

“Os julgamentos dos presos políticos foram feitos pela própria Comissão de Inquérito, sendo aqueles sujeitos aos interrogatórios tendenciosos de elementos nefastamente parciais: «os graduados irregulares» do ministro Iafai Camara. (...). Durante os julgamentos, iniciados a 5 de junho e até à leitura da sentença, no dia 13, todos os presos políticos se insurgiram, com unânime indignação, contra as acusações de que eram alvo, mesmo aqueles que, durante as torturas, tinham confessado a existência de uma conspiração liderada por Paulo Correia. Estes afirmaram que as confissões lhes tinham sido arrancadas pelos martírios sofridos nos interrogatórios, na mais violenta das coações. Tão homogêneas foram estas declarações, que dir-se-ia terem estado encarcerados numa mesma cela e combinado previamente a sua revoltada atitude. Os pretensos golpes de Estado tinham sido uma mistificação infame

⁸⁹ Cf. Da Silva Delfim, 2003, p. 143

para proveito dos falsos acusadores. “O Supremo Tribunal Militar condenou à pena de morte por fuzilamento Paulo Correia, ex-primeiro vice-presidente do Conselho de Estado e ex-ministro da Justiça e Poder local, que foi considerado pelo Supremo Tribunal Militar figura principal da falhada tentativa de golpe de Estado de Outubro do ano passado – 1985”⁹⁰.

A exterminação da etnia balanta empreendida pelo regime de Nino Vieira aumentou o ódio que esta etnia sentia por ele, o que se veio a refletir-se, no futuro, na forma como ele foi assassinado. Considerando-se a forma alastrada da família africana, compreende-se melhor que Nino e os seus cúmplices nesta guerra anti balantas não mediam as futuras consequências.

Álvaro Nóbrega afirmou que: “não se tratava somente do fuzilamento de uma figura carismática e popular como a de Paulo Correia como, também, da perseguição, da tortura e da morte de um número substancial de filhos diletos da etnia Balanta. Dadas as características da família africana, das inúmeras teias de relações sociais que os indivíduos criam em função da classe de idade, de proximidade e de compadrio, as ofensas dificilmente podem ser tidas como individuais, antes extrapolam para um grupo mais vasto que envolve todos aqueles com quem este, de algum modo, se relaciona. Por conseguinte, o problema não era de pequena monta pois o regime temeria seguramente a conhecida agressividade, a belicosidade e a capacidade de coesão em tempo difíceis, dos balantas, qualidade que os tornavam temidos, como guerreiros, desde as remotas campanhas de pacificação de Teixeira Pinto.”⁹¹

Como referi anteriormente, as atrocidades e mortes cometidas pelo regime de Nino Vieira não cabem neste espaço. É importante notar que as que aqui relatamos bastam para compreender a dimensão de ódio e do espírito de vingança que se vive na Guiné-Bissau. Convém, agora, analisar as consequências do chamado Movimento Reajustador.

⁹⁰ Cf. Sambu Queba, 1989, p. 156

⁹¹ Cf. Nóbrega Álvaro, 2003, p. 240

2.2.5. As consequências do golpe de Estado de 14 de novembro 1980.

Pelos vistos, parecia que os inventores dos golpes falsos, na altura, não tinham a mínima noção daquilo que seriam as consequências dos seus atos. Mas logo após o fuzilamento dos implicados do caso de 17 de outubro, as reações da comunidade internacional não se fizeram esperar, uma vez que esta tinha pedido a amnistia dos prisioneiros políticos. De notar que até o Papa João Paulo II fez o pedido a Nino para perdoar os detidos. Mas o regime em vigor em Bissau ignorou estes pedidos e fuzilaram os acusados. Há relatos que revelaram que no último minuto o presidente Vieira cedeu, mas quando foi à prisão para visitar os presos, encontrou-os com os olhos furados e não poderia aceitar que o mundo fosse testemunha de um tal ato gravíssimo de criminalidade.

Sobre as consequências dos crimes do regime de 14 de novembro, Delfim da Silva assinalou que: “o desfecho trágico do “caso 17 de Outubro” provocou um enorme dano político interno que, de facto, colocou o nosso país na condição de “Estado pária”, isto é, um país diplomaticamente isolado, um país desprezado pela comunidade internacional.”⁹²

As consequências do 14 de novembro fazem-se sentir até hoje em quase todos os setores da vida da Guiné-Bissau. Uma das mais graves encontra-se na destruturação e desordem nas forças armadas, situação que levou ao Delfim da Silva a dizer que: “o golpe de Estado de 14 de novembro e o golpe de poder de 1985- 1986 (caso 17 de outubro) agravaram duplamente a questão militar na Guiné-Bissau. E que vai ser muito difícil encontrar uma “inteligência nacional” capaz de equacionar corretamente uma boa solução para essa referida questão militar.”⁹³

⁹² Da Silva, Delfim, 2003, p. 147

⁹³ Da Silva, Delfim, 2003, p. 110

2.3. A INSTABILIDADE CRÓNICA - VARIÁVEIS OU FATORES DETERMINANTES?

2.3.1. Fator económico.

Depois de um longo relato sobre o caráter violento da história da Guiné-Bissau, chegamos a esta última parte, onde pretendemos analisar todos os fatores relevantes e determinantes que contribuíram e continuam a contribuir para a instabilidade crónica da Guiné-Bissau. A compreensão deste fenómeno guineense requer uma abordagem integrada e não parcial, como até ali se fazia. Costuma-se ligar a instabilidade guineense somente ao fator militar, e creio esta visão de o assunto não resolveu o problema. Nestes últimos anos, com a intervenção na comunidade, aplicando as sanções individuais sobre os militares, estes começaram a reconsiderar a sua atitude. Pelo efeito, iniciamos este capítulo com o fator económico, que constituiu a área onde, de forma geral, o continente africano encontra mais dificuldade por ter registado performances negativas, como o sustentou António Marques Bessa:

“Entre as diversas dificuldades que a África Negra enfrenta atualmente, é certamente o problema económico que chama poderosamente a atenção dos especialistas e que parece avultar entre todos os outros. Curiosamente, até às independências locais, parecia que tudo cingia ao problema político e que este se decifrava numa independência negra com a consequente expulsão dos brancos, tidos por exploradores e dominadores das camadas ativas das sociedades locais. Acreditava-se, pelo menos assim aparentava nos primeiros tempos, que a modificação política não só forjaria novas condições para o progresso social, como ainda ofereceria maior rapidez na obtenção das metas ambicionadas. (...). Acontece que a observação desapaixonada do continente nos leva hoje a verificar a falta de fundamento daquelas prospetivas e a ler na conjuntura atual os sinais trágicos de uma catástrofe. Política e economia não só não se articulam como era de desejar, como, influenciando-se perversamente,

pressionaram as sociedades para uma situação de miséria desconhecida anteriormente, uma espécie de beco sem saída”.⁹⁴

A Guiné-Bissau não escapa a esta realidade. Desde a sua acessão à independência, as performances económicas deste país nunca foram boas. Esta situação faz com que haja uma necessidade de procurar a explicação do problema da instabilidade e da evolução da sociedade guineense nesta área:

Carlos Lopes afirmou que: “O Marxismo ensinou-nos que se deve procurar a explicação de qualquer transformação social na base económica. Somente uma análise da situação económica atual da Guiné-Bissau permitirá uma compreensão da sua evolução social.”⁹⁵

Álvaro Nóbrega considera que: “a situação económica está subjacente à luta pelo poder e pelos recursos que este envolve. É este aspeto que é verdadeiramente determinante porque fornece as lideranças (os entretanto excluídos do sistema) para encabeçar os movimentos de contestação armada aos detentores do poder.”⁹⁶

Os autores referidos anteriormente corroboram o facto de que o crescimento económico, quando não é satisfatório, em qualquer país cria crises que acabam em convulsões. Foi isso que se verificou no caso da Guiné-Bissau: a falta de economistas competentes e as opções de políticas económicas iniciais não tiveram sucesso esperados.

Como é do conhecimento de todos, logo após a independência, precisamente de 1973 até 1983, a Guiné-Bissau adotou o modelo de economia planificada, ou melhor, o modelo soviético, mas os resultados revelaram-se desastrosos, o que levou o país mais tarde, nomeadamente durante o regime de Nino Vieira, a mudar para o modelo da economia do mercado. Embora até hoje esta mudança ao modelo de economia de mercado não tenha feito

⁹⁴ Cf. Bessa Marques António, 1996, p. 2002-2003

⁹⁵ “Marxism has taught us that one must seek explanation of particular social formations in the economic base. Only an analysis of the current economic situation of Guinea-Bissau will permit an understanding of its social evolution.” Cf. Lopes Carlos, 1987, p. 149

⁹⁶ Cf. Nóbrega Álvaro, 2002, p. 30

com que a Guiné-Bissau emergisse economicamente, mas permanecesse dentro dos países mais pobres do mundo. Paulo Fagundes Vicentina, et al. confirmou que:

“A Guiné-Bissau é um dos seis países mais pobres do mundo. A sua economia é baseada, principalmente, na pesca e na agricultura, com especial importância para a castanha de caju, principal produto de exportação e para o arroz, principal cultura de alimentação básica. Outra fonte de rendimento é a venda, para empresas, de licenças para a pesca na costa guineense.”⁹⁷

Este resultado negativo da performance da economia guineense desde a independência até ao presente criou uma situação desfavorável ao seu progresso e obrigou o país a viver em dependência das ajudas prestadas pela comunidade internacional. Carlos Sangreman, et al. escreveram que:

“O país está cada vez mais dependente das condições impostas pela comunidade Internacional em troca dos apoios recebidos e a atividade económica é marcada por um considerável retrocesso. No contexto difícil no qual a Guiné-Bissau tem vivido não é, pois, de estagnar que a sua população seja a que tem sido mais penalizada, atingindo a pobreza dimensões preocupantes. Entre 1991 e 2001 verificou-se que a pobreza absoluta (rendimento inferior a 2\$ dia) passou de 49,0% para 64,7% sendo que fora de Bissau representava 69,1% da população.”⁹⁸

Os resultados de uma década de economia planificada mostraram-se desastrosos e aquele grupinho que Paulo Correia nomeou de “rodeantes” apropriaram-se do pouco que o país produzia e o que se recebia do exterior, como indicou Carlos Lopes:

⁹⁷ Cf. Visentini Fagundes Paulo, et. All, p.100

⁹⁸ Cf. Sangreman Carlos, et. All, 2006, p. 23-4

“Na Guiné-Bissau, depois de sete anos apos a proclamação da independência, os problemas básicos de subsistência não estavam resolvidos. (...) A agricultura, definida como setor prioritário a desenvolver em todos os programas partidários e governamentais, sofreu uma recessão espetacular. Mesmo os produtos de base não conseguiram escapar a esta carambolagem total: as produções de arroz e de amendoins – as mais importantes – desceram na ordem dos 30% depois da independência.”⁹⁹

O sistema de partido único favoreceu aquele pequeno grupo para explorar o resto da população guineense. A nova burguesia dos “rodeantes” soube bem consolidar o seu poderio. Carlos Cardoso descreveu a situação com estas palavras:

“A degenerescência do partido único apareceu como uma causa e uma consequência da burocratização do próprio Estado. Um poderoso grupo social especializado no exercício do poder consolidou-se no topo das organizações e não pode deixar de se auto constituir em grupo privilegiado pois a produção nem sequer se encontrava em posição de assegurar os bens necessários a todos os cidadãos. Com uma economia baseada na propriedade estatal estavam criadas as condições materiais para que uma classe dirigente dominasse e explorasse o resto das populações. Os que controlam o Estado, aqueles cujos interesses são servidos primariamente pelo Estado, constituem a classe dirigente. Através do Estado, controlarão o acesso aos instrumentos de produção e, ainda através do Estado, controlarão a distribuição dos produtos daqueles instrumentos de modo a assegurar para eles próprios a parte privilegiada. Esta situação começou a alterar-se a partir do momento em que o país, obedecendo aos ventos da mudança, abraçou a vaga de liberalização que se abateu sobre Africa nos finais da década de 80 e princípios de 90.”¹⁰⁰

Vários relatos, tais como o relatório da Comissão organizadora da Conferencia Nacional, que assinalou a Guiné-Bissau como o país mais pobre e de índice de desenvolvimento humano mais baixo COCN, , a tese de Miguel de Barros, que mostrou vários ciclos de crescimento negativos da economia,

⁹⁹ Cf. Lopes Carlos, 1988, p. 43

¹⁰⁰ Cf. Cardoso Carlos, 2002, p. 20

e Carlos Sangreman, et al. acabaram por argumentar que o fator económico contribuiu para a instabilidade na Guiné-Bissau.¹⁰¹

2.3.1.1. A adoção do sistema de economia de mercado.

Tendo em conta os resultados calamitosos de uma década de exercício de uma economia planificada, após a conquista da independência política em 1973, e do perigo que isso representava em termos da paz social aliado às exigências externas para acesso aos empréstimos e às ajudas, a Guiné-Bissau optou pelo modelo de economia de mercado. É de assinalar que esta mudança foi sob pressão das instituições financeiras internacionais, nomeadamente o FMI e o Banco Mundial. Segundo Guilherme Jorge Rodrigues Zeferino:

“Para fazer face à crítica situação económica e às crescentes pressões internacionais, o Governo tomou uma série de medidas de liberalização económica, nomeadamente a abolição de restrições ao comércio e a possibilidade de empresas privadas poderem participar nos processos de importação e exportação. Neste período são feitas várias reestruturações, quer no aparelho estatal e administrativo, quer no seio do PAIGC.”¹⁰²

Carlos Cardoso afirmou que: “a fase liberal é iniciada pelo processo de transformação social e de transferência progressiva das bases da acumulação do Estado para o setor privado pelas imposições do Banco Mundial e do FMI, que exigem como critério de financiamento a separação do Estado e a privatização das principais unidades económicas.”¹⁰³

Na perspetiva de Aguinaldo Embalo, et al., “Apesar destas potencialidades, associadas a um meio natural favorável e à disponibilidade de largas terras cultiváveis, os indicadores económicos e sociais acusam a existência de estrangulamentos e dificuldades de várias ordens à implementação duma política eficiente, capaz de gerar as condições de autossustentabilidade.

¹⁰¹ Cf. Ver COCN, 2018, p. 81; Miguel de Barros, 2014, p. 17; e Sangreman Carlos, et. Al, 2006, p. 33

¹⁰² Cf. Guilherme Jorge Rodrigues Zeferino, 2003, p. 21

¹⁰³ Cf. Cardoso Carlos, 2002, p. 21

(...) A Guiné-Bissau possui uma economia baseada essencialmente na agricultura, caracterizada por um nível tecnológico rudimentar e orientada, sobretudo para subsistência. Em 1994 o seu Produto Interno Bruto foi de pouco mais de 220 milhões de dólares, 52.5% deste valor correspondendo à contribuição da agricultura e doutros ramos do setor primaria.”¹⁰⁴

Estes factos significam que a partir de 1983 o novo regime lançou as bases para uma nova estratégia de desenvolvimento. É a história da liberalização da economia e de toda a vida social e política do país que começa a partir desta altura. E Carlos Cardoso explicou-nos que: “Em temos estritamente económicos, esta nova estratégia global de desenvolvimento dividia-se em três fases distintas: primeira fase estabilização económico-financeira; segunda fase reequilíbrio da economia; terceira fase desenvolvimento económico autónomo”.¹⁰⁵

Foi assim que a Guiné-Bissau se viu obrigada a engajar-se com as instituições financeiras internacionais e adotar um programa de ajustamento estrutural que, com toda a esperança que as autoridades pensavam ia produzir, se soldou pelo falhanço.

2.3.1.2.O programa de ajustamento estrutural e as suas consequências.

Sem estudos prévios, o regime de Vieira, obedecendo às condições impostas pelas instituições financeiras internacionais, lançou-se num programa de ajustamento estrutural cujas consequências sociais aumentaram o descontentamento da população guineense. Tiago Luís Rodrigues de Castro Soares escreveu que:

“os sucessivos acontecimentos provocaram uma rutura na vida económica e social do país, que se viu obrigado a fazer um plano de ajustamento estrutural, que conduziria o País a uma catástrofe política e social. A degradação da situação económica, aliada a uma política centrada nas elites económicas e da sua clientela, conduziu o país ao aumento acentuado das

¹⁰⁴ Cf. Embalo Aguinaldo, et. All, 1996, p. 11-4

¹⁰⁵ Cf. Cardoso Carlos, 1996, p. 17

assimetrias entre ricos, ao longo de linhas étnicas, tornando-se esta situação numa nova fonte de insegurança. Ou seja, assistimos à etnicização da política, acompanhada pela degradação das condições económicas alimentadas por uma clientela que, junto do poder, beneficiara das privatizações e dos poucos recursos públicos para a seu bel-prazer manter a exploração e controlo do poder.”¹⁰⁶

Segundo Carlos Cardoso, “como o programa de Estabilização Económico e Financeira não tinha produzido os efeitos esperados, a adoção do programa de Ajustamento Estrutural apresentou-se ao governo como tábua de salvação.”¹⁰⁷

As consequências negativas deste programa de Ajustamento Estrutural fizeram-se sentir em todos os setores do Estado, bem como na sociedade. Todas as estruturas começaram a deteriorar-se e as consequências negativas não tardaram a assinalar-se. Abordando esta questão, Fátima Moura Roque escreveu que:

“Não requer um mero ajustamento estrutural, mas antes a transformação integrada do sistema e das estruturas exigida pela necessidade vital de eliminar progressivamente a pobreza e criar condições para um desenvolvimento sustentado a longo prazo. A transformação do sistema significa passar para uma economia orientada pelas forças de mercado, devidamente regulamentada de modo a evitar a anarquia e a corrupção, e com uma orientação social responsável no sentido da redução da pobreza e dos desequilíbrios na distribuição do rendimento, bem como da integração na vida económica dos foram marginalizados pela Guerra civil e pelos antagonismos religiosos e político-culturais.”¹⁰⁸

Elaborando sobre a situação económica e as consequências do programa de Ajustamento Estrutural, Guilherme Jorge Rodrigues Zeferino argumentou que:

¹⁰⁶ Cf. Soares Tiago, 2013, p. 102-103

¹⁰⁷ Cf. Cardoso Carlos, 1996, p. 18-19

¹⁰⁸ Cf. Moura Fátima Roque, 2019, p. 72

“o que se pensava ser uma medida que permitiria uma maior estabilidade monetária e a criação de um ambiente mais atrativo para o investimento externo, veio a revelar-se uma medida desastrosa ao nível económico e social, porque não foi acompanhada de medidas macroeconómicas sólidas capazes de sustentar o desenvolvimento, levando assim a um aumento da pressão externa, nomeadamente dos Estados francófonos vizinhos, principalmente do Senegal, e a uma consequente descapitalização do país. A realidade é que os níveis de pobreza na Guiné-Bissau sempre foram e continuam a ser muito elevados. Atualmente, cerca de 88% da população vive com menos de um dólar por dia e a grande maioria dos indicadores sociais (como a esperança de vida, a mortalidade infantil, condições sanitárias básicas e acesso à educação) estão ainda muito abaixo da média africana.”¹⁰⁹

À luz das várias teorias até ali estudadas em relação a este assunto, pode-se dizer que as dificuldades económicas e financeiras são provocadas, em primeiro lugar, pela adoção do sistema da economia planificada nos primeiros anos da independência, que resultou num falhanço; em segundo lugar, pela troca pelo sistema de mercado aliado ao programa de Ajustamento Estrutural, que também se soldou por um desastre económico; em terceiro e último, pela entrada na Zona do franco cfa sem estudo prévio, que tem estado na origem das convulsões sociais. Muitos estão ávidos de mudança. E, nesta conjuntura, o adiamento sucessivo das eleições, nas quais muitos veem uma saída da crise atual, só tem contribuído para agravar as tensões sociais, fazendo o país correr o risco de escapar ao controle dos seus dirigentes políticos, incluindo os da oposição.¹¹⁰

Na mesma linha, abordando as consequências da instabilidade política no domínio económico, Barry Boubacar-Sid et al. escreveram que:

¹⁰⁹ Cf. Zeverino Guilherme, 2003, p. 47

¹¹⁰ Cf. Ver Cardoso Carlos, 1996, p. 23-24

“Na Guiné-Bissau, os conflitos e a instabilidade política foram os principais constrangimentos para o crescimento e a redução da pobreza nas décadas passadas. Em vez de serem massivos e impregnantes, os conflitos e a instabilidade na Guiné-Bissau tornaram-se eventos cíclicos confinados, em certa medida, à capital, mas com consequências económicas e sociais para o país no seu todo. Embora a continuada instabilidade não tenha frequentemente causado perdas de vida humana e destruição física significativa, a instabilidade foi prejudicial para a construção de instituições e não criou um ambiente favorável ao investimento, crescimento e redução da pobreza.”¹¹¹

Embora tenha mudado de sistema económico, a Guiné-Bissau ficou até hoje com o qualificativo de um dos países mais pobres do mundo e as condições de vida das populações continuam a ser de extrema pobreza. Esta pobreza endémica foi sempre fator contribuinte para as convulsões que o país continua a viver até a data presente.

2.3.2. Fator étnico-religioso ou tribalismo e religião.

O fator étnico da conflitualidade na Guiné-Bissau foi muito tratado por autores como Carlos Lopes (1982), Celisa Dos Santos Pires de Carvalho (2014) e Tiago Luís Rodrigues de Castro Soares (2003). Os dois últimos argumentam que o conflito étnico na Guiné-Bissau não aparece como realidade, mas uma manipulação dos políticos. Uma tese que a nossa perspetiva não subscreveu. Embora nos últimos tempos este fenómeno tenha sido exacerbado pelos políticos, foi sempre latente na sociedade guineense. Vejamos os seguintes exemplos:

¹¹¹ “In Guinea-Bissau, conflicts and political instability have been the main constraints for growth and poverty reduction over the past decades. Rather than being massive and pervasive, conflicts and instability in Guinea-Bissau have become cyclical events confined, to some extent, to the capital, but with economic and social consequences for the country as a whole. While the continued instability has not often caused a significant loss of human life and physical destruction, the instability has been detrimental to institutions building and has not produced an environment conducive to investment, growth and poverty reduction.” Cf. Barry Boubacar-Sid, et. All, 2007, p. 11

A etnia papel denomina a etnia Balanta pela palavra «bolash» que tem uma conotação pejorativa, significando “os falsos” ou “os traidores”; “Fula” foi a maneira com que os Mandigas nomearam esta etnia, e “fula” significa “dois” e tem uma conotação igualmente negativa, que significa “os não confiáveis”. Os fulas denominam todas as outras etnias não-muçulmanas de «leddji balé», que significa “etnias negras” e tem uma conotação muito negativa indo de não civilizados a impuros. Assim por diante. Neste quadro a desconfiança entre as etnias é uma realidade antiga na sociedade guineense.

O problema étnico está e sempre estará presente nos desafios da construção dos estados e nações africanas, porque não há um único país africano composto por uma só etnia. A multiplicidade étnica constitui um fator de conflitualidade. O Professor Adriano Moreira escreveu:

“Dentro dos Estados, ainda hoje o pluralismo étnico é dos que mais facilmente colocam em perigo a paz pública e a unidade. Um pluralismo étnico que algumas vezes se assenta com diferenças religiosas ou culturais ou apenas de situação social.”¹¹²

Manuela Ribeiro Sanches escreveu que:

“A evolução dos conflitos a nível nacional, desde a independência, torna claro que a política na Guiné-Bissau não pode ser compreendida segundo os enquadramentos analíticos da classe e da ideologia, tal como sugerido por Cabral, mas tem, antes, de se concentrar nos fatores politicamente mais relevantes da competição a nível institucional, étnica e de liderança.”¹¹³

Esta autora é da opinião que:

“depois da independência da Guiné, as várias etnias que viviam naquele território encontraram no Estado uma arena onde podiam fazer avançar as suas causas. Os golpes de Estado e os períodos de guerra civil que se seguiram basearam-se, em grande medida, em lealdades étnicas. Todavia, estes problemas não irromperam só depois da independência. Foram, contudo, suprimidos durante a luta armada. Mais concretamente, estes problemas

¹¹² Cf. Moreira Adriano, 2014, p. 346

¹¹³ Cf. Sanches Ribeiro Manuela, 2018, p. 67

também vêm visíveis no modo como as teorias da cultura de Cabral contrastavam com a realidades do problema étnico na Guiné.”¹¹⁴

Foi Carlos Lopes que cedo nos chamou a atenção, afirmando que: “o problema étnico na Guiné-Bissau, e na África em geral, deve estar no centro de qualquer preocupação. Com uma população de cerca de 780 mil habitantes, este pequeno país tem afinal de contas quase 22 etnias. Aqui surge a primeira dificuldade.”¹¹⁵

Com a tomada de independência e abertura ao multipartidarismo, a aparição de partidos de pendor étnico ou religioso foi tornando cada vez mais visível o problema étnico ou religioso na sociedade Guineense. Este fato é apontado pelo relatório final da COCN, que afirmou que:

“Após implementação do multipartidarismo, a instrumentalização política e social da diversidade étnica cultural passa apresentar um fator de instabilidade, de fragmentação e conflitos entre guineenses. (...) Os atores políticos, movidos pela velha estratégia de “dividir para melhor reinar” são apontados como sendo instigadores do espírito divisionista e de falta de tolerância entre as diversas comunidades étnicas, religiosas, entre outras na Guiné-Bissau.”¹¹⁶

Artemisa Odila Candé Monteiro enfatizou também que:

“Na Guiné-Bissau, o advento de multipartidarismo ressuscitou as velhas manifestações de cunho tribal antes repreendidas por Cabral durante a luta de libertação; as distinções étnicas antes vistas como riqueza cultural do País, hoje estão servindo de recurso de atração de votos para eleger um determinado candidato. (...) atualmente, acrescentou esta autora, o País vive numa instabilidade política de cunho étnico, trazendo para o cenário atual as primeiras divergências manifestadas no início da criação dos movimentos de libertação nacional,

¹¹⁴ Cf. Id. P. 67-68

¹¹⁵ Cf. Lopes Carlos, 1988, p. 36

¹¹⁶ Cf. COCN, 2018, p. 44

evidenciando reminiscência étnicas na confrontação da democracia. Desta maneira, consta-se uma total renúncia dos ideais de luta não apenas em relação à unidade com Cabo Verde, mas também com o propósito da unidade interétnica base das narrativas fundacionais da nação Bissau-guineense.¹¹⁷

O tribalismo, como o fator étnico é referido em muitos lugares em África, vai continuar a crescer na sociedade Guineense quando observamos as atuais tendências da cena política deste país. Esta opinião é compartilhada pelo antigo Embaixador de Portugal na Guiné-Bissau, Francisco Henriques da Silva, que ao refletir sobre a situação da Guiné-Bissau, realçou o problema étnico escrevendo que:

“O problema tribal adormecido, desde os períodos da luta armada e do poder autocrático de Luís Cabral e de Nino, ressurgiu em meado da década de 90, reacendeu-se no final da guerra civil, para permanecer como dado incontornável e perene na vida política bissau-guineense.”¹¹⁸

Os muçulmanos consideram ter sido sempre marginalizados no que respeita à gestão da coisa do Estado de pertença comum. E Rui Jorge Semedo ensinou-nos que: “o Estado não pode excluir a longo prazo a massa, como aconteceu na Guiné-Bissau, visto que esta situação é suscetível à acumulação de problemas que resultam em revoltas sociais e conflitos armados, aliás, como o que vem acontecendo nos dias atuais.”¹¹⁹ Antes mesmo este período, é de apontar que a luta étnica pelo poder surgiu também depois de golpe de Estado de 14 de novembro, entre Mandingas e Balantas, como assinalou Celisa dos Santos Pires de Carvalho:

“Eliminando o problema cabo-verdiano, surgiu logo de seguida o diferendo entre Paulo Correia e Iafai Camara, devido à ascensão vertiginosa deste último na cadeia de comando militar sem a observância das normas, sendo ambos apoiantes de primeira hora do 14 de

¹¹⁷ Cf. Monteiro Cande Odila Artemisa, 2013, p. 242-44

¹¹⁸ Cf. Da Silva Henriques Francisco, 2014, p. 520

¹¹⁹ Cf. Semedo Jorge Rui, 2010

novembro. Este galgar da hierarquia militar criou fissuras no seio do PAIGC com separação entre a ala balanta de Paulo Correia e Viriato Pã e a ala Mandinga/Beafada de Safai Camara e Ansumane Mane, por sinal anti balanta. Foram várias as lutas no interior do PAIGC, povoadas de intrigas e histórias mal contadas, que invariavelmente justificavam as constantes intentonas e demissões, mas tendo sempre na ordem do dia questões de natureza étnica/tribal/nacionalista.”¹²⁰

Segundo Delfim da Silva:

“Foi assim que tudo teria começado: da metamorfose tribalista de um golpe inicialmente não-tribalista, de um golpe originariamente nacionalista. A celebração nacionalista parecia ter cedido o seu lugar de direito à uma perigosa competição tribalista de facto. Porquanto tratava-se apenas de um discurso tribalista recuperado, do tema do tribalismo que na verdade começou a poluir a ecologia política guineense logo a seguir ao triunfo do golpe militar de novembro de 1980. Outra coisa bem diferente é a prática política do tribalista propriamente dita- a luta pelo poder com base em argumentos tribais- uma pratica que não sendo alheia ao ambiente tribalizante, não era forçoso que surgisse como consequência direta do referido discurso.”¹²¹

Embora muitos admitam que o problema tribal foi uma realidade antiga na Guiné-Bissau, são muitos aqueles que veem o problema religioso como sendo um factor recente na Guiné. Esta opinião é partilhada no relatório da “Voz de Paz”, segundo o qual:

“A questão da intolerância religiosa é uma realidade recente. Ela nasce de fatores como a ignorância sobre as outras crenças ou falta de compreensão dos preceitos da sua própria fé. O potencial conflituoso das relações entre religiões tende a crescer devido às interferências com assuntos políticos. As diferenças culturais e étnicas foram abafadas por longos anos em nome

¹²⁰ Cf. Carvalho Pires dos Santos Celisa, 2014, p. 75

¹²¹ CF. Da Silva Delfim, 2003, p. 156

da unidade nacional. Porém, hoje, elas são utilizadas para fins políticos e servem de referência na árdua luta para acesso a recursos raros. Elas aprofundam-se na amálgama entre problemáticas étnicas e religiosas, cristalizando assim incompreensões, radicalismos e ódios que enfraquecem a coesão nacional e dilaceram o tecido social.”¹²²

No entanto, não podemos deixar de assinalar a nossa discordância da tese da organização “Voz de Paz”. Se recuarmos na história da Guiné-Bissau, encontramos narrativas históricas sobre as guerras religiosas entre mandingas e fulas. Estas guerras deixaram sequelas nas respectivas etnias. O multipartidarismo veio ressuscitar estas antigas sequelas.

Apontando os fatores da instabilidade em África, um argumento que se verifica ou se aplica também na Guiné-Bissau, Fátima Moura Roque:

“É da opinião que a pobreza extrema estrutural, a desigualdade social crescente, a criminalidade elevada, o terrorismo, a corrupção generalizada, a instabilidade política e económica, a má distribuição dos recursos, a deficiente governança, bem como a pressão demográfica constituem ainda os principais fatores geradores de uma paz instável com processos frágeis de reconciliação. Por isso as diferenças étnicas, culturais e religiosas têm, nestes países, tendência a acentuar-se aumentando o risco de eclosão de guerras civis.”¹²³

2.3.3. Fator educacional e cultural.

A educação é um pilar fundamental no processo de construção de uma nação. O sucesso da Revolução Industrial na Europa deve-se a uma revolução no domínio da educação. O fundador da nacionalidade guineense, Amílcar Lopes Cabral tinha compreendido isso muito bem e encorajava as suas tropas a aprender sempre. Daí o seu slogan bem conhecido na Guiné-Bissau, “os que sabem devem ensinar os que não sabem”. É de salientar que a própria tomada

¹²² Cf. Voz de Paz, 2010, p. 13

¹²³ Cf. Moura Fátima Roque, 2019, p. 57

de consciência pela primeira elite Africana é resultado da educação recebida no ocidente, como nos apontou o Professor Adriano Moreira:

“Foi nas Universidades ocidentais, no convívio ocidental, na cultura ocidental, que a primeira geração da revolta do século XX aprendeu a importância do nacionalismo e o adotou como ideia matriz das suas ideologias”¹²⁴

Amílcar Cabral insistiu dizendo que: “sendo a luta pela independência o nosso problema principal, devemos, entretanto, através da luta de libertação, encarar o problema do futuro dos nossos povos, da sua evolução económica, social e cultural.”¹²⁵

Por seu turno, Manuela Ribeiro Sanches apontou que: “Cabral disse muitas vezes que, na época do início da luta armada na África portuguesa, em 1961, só catorze guineenses tinham escolaridade superior (e treze destes eram de origem portuguesa ou cabo-verdiana).”¹²⁶

Abordando este assunto na mesma linha, Artemisa Odila Candé Monteiro é da opinião que: “um dos caminhos importantes e que tem um papel preponderante no desenvolvimento do País é a educação. Apostar no investimento voltado para o setor da educação básica e formação técnica e superior constitui um fator que poderá abrir as portas para o desenvolvimento do País. Por isso, Vieira afirmou”:

“Nenhum país se pode desenvolver com iletrados. O desenvolvimento consegue-se com quadros capazes que entreguem, diariamente, a essa tarefa. Entretanto, nenhum país se desenvolve só com quadros superiores. O desenvolvimento consegue-se, sim, com quadros superiores, médios, bons carpinteiros, bons mecânicos, bons ferreiros e outros. Se não houver uma junção desses quadros não podemos, jamais, desenvolver a nossa terra. Por isso, não podemos pensar, nunca, que só teremos valor na nossa sociedade quando formos doutores, engenheiros. É mentira. Todo e qualquer cidadão tem o seu

¹²⁴ Cf. Moreira Adriano, 2014, p. 330

¹²⁵ Cf. Cabral Amílcar, 1974, p. 15

¹²⁶ Cf. Sanches Ribeiro Manuela, 2018, p. 60

valor na nossa sociedade, desde que produz e aumente a sua produtividade diariamente”¹²⁷

É de notar que a educação foi sempre um desafio grande para o PAIGC devido à limitação de quadros enquanto o país acedia à independência, como bem assinalou Maria Fernanda R. Dâmaso, que refere que:

“O baixo nível de quadros locais formados pelo Estado colonial implicou para o PAIGC um grande esforço bem como um importante desafio político, situação aliás bem definida por Cabral: “Lembrarmos-mos sempre que as nossas vitórias políticas e militares não terão futuro se não dispusermos de quadros nacionais para a reconstrução e desenvolvimento científico e técnico da nossa terra.” Vencer a batalha da formação de quadros, garantir os quadros necessários para o desenvolvimento da nossa terra é uma das coisas mais importantes da ação e do programa do nosso partido.”¹²⁸

Infelizmente, como em outras áreas, as linhas de orientação de Cabral no domínio da educação não foram seguidas pelas autoridades guineenses que tomaram o poder e a educação degradou e continua a degradar naquele país até hoje. Esta falta de preparação intelectual teve graves consequências no processo de construção do Estado guineense.

Delfim da Silva testemunhou que: “a exigência de Cabral era “aprender, aprender, aprender sempre. A força, em especial a força militar é importante, mas não menos importante é a inteligência, a cultura que faz com que essa força deixe de ser uma força cega, e bruta.”¹²⁹

Refletindo na mesma questão de educação, embora numa outra perspetiva, Raimundo Agostinho Ialá apontou que:

¹²⁷ Cf. Monteiro Odila Candé Artemisa

¹²⁸ Cf. Dâmaso R. Fernanda Maria, 1997, p. 64

¹²⁹ Da Silva Delfim, 2003, p. 106

“os contextos territoriais como a Guiné-Bissau em cujo sistema de ensino conheceu mais tardiamente a universalização, e cujo mercado de trabalho é pouco exigente no que concerne às qualificações, porquanto a sociedade é caracterizada grandemente pela ruralidade, umas miríades de fatores concorrem, naturalmente, para explicar e determinar o abandono. O mau funcionamento do sistema escolar, tendo como suposta causa a falta de qualificação dos professores, a falta de material didático, a falta de equipamento, a insuficiência de rede escolar, a falta de educação pré-escolar, a falta de meios de transporte. O sistema educativo guineense continua, nos dias que correm, a carecer quase de tudo.”¹³⁰

Tudo isso constitui as consequências da decadência do sistema da educação que até hoje continua a vigorar na Guiné-Bissau. A educação não é encarada como um pilar fundamental no progresso e na construção do Estado, tanto no presente como no futuro. Interessante é notar que este ano académico de 2018/2019, em pleno século XXI, as aulas não iniciaram até o mês de Fevereiro 2019. Enquanto a educação não é encarada seriamente, enquanto o analfabetismo continua a atingir proporções alarmantes na Guiné-Bissau, continuaremos a testemunhar convulsões sociais. E concluímos recordando as palavras de Delfim da Siva que disse que:

“No fragor da luta armada se tornou credor da gratidão eterna da pátria ele merece as atenções do Estado: distinção de ordem militar, atenção social como veterano, etc. Mas o resto ... só pode vir da escola: escola para ser sargento, escola para ser oficial subalterno, escola para chegar a oficial superior, escola para ser general, etc., etc., Escola, escola, escola ... aprender, aprender, aprender sempre como dizia Amílcar Cabral.”¹³¹

E, portanto, esta degradação do sistema educativo da Guiné-Bissau exacerbou-se depois do golpe de Estado de 1980, uma vez que três anos depois da independência, este novo país apresentava dados muito positivos no domínio da educação, como indicam Luísa Teotónio Pereira e Luís Moita, que escreveram que:

¹³⁰ Cf. Iala Agostinho Raimundo, 202, p. 23

¹³¹ Cf. Da Silva Delfim, 2003, p. 104

“A Guiné-Bissau é neste momento um dos países africanos com maior percentagem de população escolar: um total de cerca de 95000 pessoas, entre crianças e adultos, representando 13% da população global. O domínio da educação é certamente um daqueles que desperta maior entusiasmo e mobilização, com vista a vencer a ignorância, o analfabetismo, a falta de quadros técnicos, condição indispensável para levar por diante a luta de reconstrução nacional. Na estratégia de desenvolvimento para esta fase de transição o setor da educação é uma indiscutível prioridade, visando um progresso não apenas de ordem quantitativa a fim de dotar o país de grande número de pessoas qualificadas, como sobretudo de ordem qualitativa pela instauração de novos modelos culturais e de um novo tipo de educação do qual o povo guineense seja o principal agente e beneficiário.”¹³²

Por sua vez, Rosiska e Miguel Darcy de Oliveira argumentaram que:

“um país com uma população adulta em que 90% são iletrados. Não é preciso dizer que, num tal contexto, a alfabetização das massas coloca uma imensidade de questões que jamais poderão ser respondidas se não se inserir, de imediato, a alfabetização na perspectiva do projeto educativo global do país. Daí a necessidade que imediatamente sentimos de compreender claramente a situação global da educação na Guiné-Bissau no momento da independência.”¹³³

Se a realidade acima descrita pelos dois autores é longínqua, a situação corrente no domínio da educação é preocupante. Segundo o relatório do PNUD,

“A Guiné-Bissau figura entre os pises da África sub saariana com dificuldades maiores quanto a universalização da educação primária até 2005. A qualidade da educação constitui igualmente uma grande preocupação. Por outro lado, a Guiné-Bissau encontra-se ainda longe de paridade na educação com rácios de 83 raparigas para 100 rapazes e de 44 raparigas para

¹³² Cf. Pereira Teotónio e Moita Luís, 1976, p. 103

¹³³ Cf. Rosiska e Miguel Darcy de Oliveira, 1978, p. 78

100 rapazes respetivamente nos ensinos primário e secundário em 2004. A taxa global de analfabetismo dos adultos, foi estimada em 63,4% em 2000. Para o género, ela foi de 76,2% para as mulheres e 47,4% para os homens durante o mesmo ano.”¹³⁴

2.3.4. Fator militar ou a equação ainda por resolver.

Já referimos que o fator militar foi sempre apontado por vários estudiosos da instabilidade ou da situação conflituosa na Guiné-Bissau como sendo o principal foco de tensão. As organizações internacionais, ao abordar o problema da Guiné-Bissau, concentram todos os seus esforços na questão militar, esquecendo outros fatores também relevantes. Na verdade, esta abordagem não apareceu fortuita se consideramos a percentagem de participação da classe castrense nas subversões de ordem democrática na Guiné-Bissau. Como nos assinalou Julião Soares Sousa: “Não há dúvida de que vários atos de perturbação e de violência que marcaram as diferentes etapas da vida política guineense, desde a independência do país, foram protagonizados pelas forças Armadas.”¹³⁵

A seguir vamos estudar esta questão militar com o apoio de diferentes autores. Paulo Fundes Visentini, et al. apontaram que: “a história da Guiné-Bissau depois de independência é marcada por uma considerável turbulência política e militar. Durante toda a década de 1980 e início dos anos 1990 ocorreram várias tentativas de golpe.”¹³⁶

Esta opinião é partilhada por Antonieta Rosa Gomes, que argumentou: “que com a independência do país os militares passaram a constituir um dos entraves à construção do Estado na Guiné-Bissau, devido à cultura da “supremacia militar” e da violência, somando-se ao défice de “boa governação” do poder político, incapaz de modernizar a Administração pública e dar respostas aos principais problemas económicos e sociais.”¹³⁷

¹³⁴ Cf. Relatório Nacional sobre o desenvolvimento humano na Guiné-Bissau, 2006, p. 4

¹³⁵ Cf. Sousa Soares Julião, 2012, p. 60

¹³⁶ Cf. Visentini Fagundes Paulo, et. All, 2012, p. 99

¹³⁷ Cf. Gomes Rosa Antonieta, 2010

Na opinião de Francis Henrique da Silva, antigo embaixador de Portugal, no período da Guerra de 7 de junho de 1998, na Guiné Bissau, a inversão da detenção do poder aconteceu com a ascensão de Nino Vieira ao poder. Este diplomata argumentou que: “A partir de Nino Vieira as Forças Armadas bissau-guineenses passaram a dispor de um poder ilimitado, organizando-se em negócios ilícitos de armas e droga. O poder militar é que tem controlado a vida política”¹³⁸

Segundo o relatório da COCN,

“o setor da Defesa e Segurança, até hoje centro das atenções e sempre território de reforma adiadas, é tido como base de todos os sobressaltos por que passou a Guiné-Bissau, desde a conquista da sua independência política, há mais quatro décadas. (...) As relações entre civis e militares se deterioraram e há uma quebra de confiança significativo entre estes atores, devido a ingerência constante dos militares na vida política, associada a um sentimento de injustiça, a divisões a discriminações étnicas, entre outros fatores, no seu seio.”¹³⁹

Devido à sua presença em todas as crises guineenses, o fator militar foi sempre considerado como o principal problema da Guiné-Bissau e é um tema que mereceu sempre a atenção dos vários autores das crises na Guiné-Bissau. Mas hoje em dia, com já referimos, o paradigma mudou com a intervenção da CEDEAO: os militares foram colocados numa situação de obediência ao poder político. São agora estes últimos os responsáveis de atuais crises.

Segundo Delfim da Silva,

“O advento da democracia pedia não apenas a reforma radical da temível polícia política, mas também precisava de outras “forças armadas”. Foram dois setores da vida estatal onde muito mais fizeram sentir os danos – as purgas, a quebra da ordem hierarquia, a desordem política – provocados primeiro pelo golpe de estado de 1980 e, mais tarde pelo golpe do poder de 1985- 1986. Até hoje (estamos em 2003) a Guiné-Bissau continua a pagar a fatura resultante

¹³⁸ Cf. Da Silva Henriques Francis, 2019, p. 2

¹³⁹ Cf. COCN, 2018, p. 71

da aventura golpista de 1980 (14 de Novembro) e do golpe do poder desencadeado pela polícia política em 1985 (17 de Outubro).”¹⁴⁰

Elisabete Azevedo-Harman argumentou que:

“para um melhor entendimento sobre a política guineense é fundamental ter em conta a dimensão e a importância do exército. Os militares representam 1% do total da população, ou seja, para 108 civis existe um militar. Para além do número elevado de militares no país, muitos dos políticos ativos no presente são ainda ex-combatentes da liberdade, como é o caso do atual presidente, Nino Vieira. Os militares são por isso uma variável incontornável no estudo da política da Guiné-Bissau. O nascimento do próprio estado é posterior à criação das forças armadas. Em países como a Guiné-Bissau onde a luta pela independência foi promovida apenas por um movimento armado o nascimento do Estado surge do sucesso desse movimento. O Estado emerge assim do movimento político, o qual por sua vez emergiu do movimento militar. O equilíbrio entre o poder militar e o poder político é à partida desigual quando um nasce de cedência do outro.”¹⁴¹

Para Celisa dos Santos Pires de Carvalho:

“o assunto militares/Forças Armadas é sensível na sociedade guineense porque toda a história do país foi feita através da presença constante dos militares na vida pública, para o bem e para o mal, dependendo do prisma em que se esteja a fazer análise. As cúpulas militares tentaram sempre tirar partido do estatuto de combatente da liberdade da pátria para gozarem de privilégios de que as próprias estruturas mais baixas da classe castrense não gozam”.¹⁴²

¹⁴⁰ Cf. Da Silva Delfim, 2003, p. 75

¹⁴¹ Cf. Azevedo-Harman, 2015, p.3

¹⁴² Cf. De Carvalho Pires dos Santos, 2014, p. 79

Na sua leitura dos motivos da fragilidade do estado guineense, Miguel Girão de Sousa argumentou que: “a principal razão apontada para esta situação de fragilidade política são as constantes interferências dos militares na esfera civil e política, bem como as alianças de poder estabelecidas entre políticos e militares, agravada nos anos mais recentes pelas atividades e influencia de grupos de traficantes de droga da América latina.”¹⁴³

Carlos Sangreman, et al. argumentaram que: “apesar da definição de objetivos, verifica-se que o processo democrático é fortemente condicionado, em especial porque a oposição ao poder político tem sido sistematicamente efetuada pelo poder militar, pondo em causa os alicerces do estado de direito, bem como o sucesso dos programas de desenvolvimento”¹⁴⁴.

Na sua análise sobre a questão militar, o International Crisis Group relatou que: “A relação tensa entre a elite civil e militar que mutilou o progresso desde a independência em 1974 ficou por resolver e, em vez disso, alimentou em larga medida queixas acerca de assuntos relacionados com cidadania, direitos, divisão cidade/campo, desigualdades regionais e crescimento de sentimento histórico de marginalização sentido pela etnia balanta que na sua maioria depende das forças armadas para revindicar a sua causa.”¹⁴⁵

Eduardo Costa Dias é categórico ao afirmar que o problema da Guiné-Bissau, até certo ponto, é dos militares. Este opinou nos termos seguintes:

“Em grande medida, o problema da Guiné-Bissau hoje, é o problema militar: o problema dos militares ativos e os (muitos) que estão na reforma, mas se consideram estar em serviço ativo. Dito por outras palavras, reformar as forças armadas na Guiné-Bissau não é uma simples questão de enviar a velha geração para a reforma: exige também da parte deles um desconetar

¹⁴³ Cf. De Sousa Girão Miguel, 2013, p. 87

¹⁴⁴ Cf. Sangreman Carlos, et. All, 2006, p. 27

¹⁴⁵ “the tense relations between civilian and military elites that have marred progress since independence in 1974 remain unresolved and that these in turn feed into broader grievances around issues of citizenship, entitlements, the rural/urban divide, regional inequalities and mounting sense of historical marginalisation felt by the Balanta ethnic group that depends on its majority in the army to champion its cause.” Cf. International Crisis Group, 2012, p. 1

definitivo das forças armadas, uma grande tarefa num país que não tem nada para lhes oferecer em contrapartida.”¹⁴⁶

Todos os autores acima referidos abordaram a questão militar, embora de formas diferentes, mas chegaram à conclusão de que a classe castrense guineense tem jogado um papel preponderante na instabilidade ou ingovernabilidade do país.

2.3.5. Fator político e o problema do sistema semipresidencialista.

Na procura de estabelecer as origens ou causas da instabilidade política na Guiné-Bissau, muitos dedos apontaram os fatores políticos e o problema da adoção do sistema semipresidencialista num país cuja taxa de analfabetismo é muito alta, quando sabemos que segundo Giovanni Sartori: “encontrou-se uma forte correlação positiva entre democracia estável e grau de instrução, argumentou-se que o fator principal que promove o estabelecimento da democracia é o nível de educação.”¹⁴⁷ Não se pode compreender a situação da Guiné-Bissau sem o estudo deste fator tão complexo naquele país. A abertura ao multipartidarismo foi também debatida por autores como sendo um fator não bem assimilado e que poderia estar a contribuir para as perturbações vigentes. Celisa dos Santos Carvalho afirmou que:

“A democracia não foi interiorizada foi aceita para que o país continuasse a beneficiar das ajudas, mas revelou-se insuficiente para criar instituições fortes. Não foi capaz de resolver a maior parte dos problemas do país e trouxe novas formas de luta pelo poder, de modo que todas as armas são válidas: da corrupção ao narcotráfico, da instrumentalização étnica aos sucessivos golpes de Estado.”¹⁴⁸

¹⁴⁶ “To a large degree, the problem with Guinea-Bissau today is the problem of the military: the problem of those who are active and those (the many) who are retired but still consider themselves active. Said another way, reforming the Armed Forces in Guinea-Bissau is not a simple matter of sending the older generation into retirement: it also requires them being definitively disconnected from the Armed Forces, a colossal task in a country with nothing to offer them in return.” Cf. Dias Costa Eduardo, 2013, p. 14

¹⁴⁷ Cf. Sartori Giovanni, 2018

¹⁴⁸ Cf. De Carvalho Celisa, 2014, p. 4

Para Antonieta Rosa Gomes, “na Guiné-Bissau a democracia surgiu como resultado da evolução do Estado e pelo condicionalismo internacional para ajuda financeira. Foi o resultado externo de uma interação mais complexa de interesses e motivações.”¹⁴⁹

Analisaremos, à luz de vários autores, a contribuição do fator político como o sistema escolhido, na instabilidade guineense. Autores como Carlos Cardoso abordaram esta questão começando pela elite do país. Segundo ele:

“A camada que emergiu ainda na época colonial revelou-se à altura de dirigir o processo político de descolonização, mas foi incapaz de conduzir o país ao desenvolvimento social e económico, ao mesmo tempo em que continua a não dar provas de capacidades para se democratizar e democratizar o país. Mas uma parte dela afirmar-se como núcleo sobrevivente que durante mais de três décadas usurpou o poder político.”¹⁵⁰

Este autor acrescentou que: “a elite política sofre por isso de duas heranças negativas: de uma política de repressão colonial que não deixou que se formasse uma elite política autóctone e mais tarde, da do Estado pós colonial que, por causa de uma política repressiva de partido único, não permitiu igualmente o desenvolvimento de uma sociedade civil autónoma e muito menos a constituição de uma classe política independente das estruturas de poder do partido único.”¹⁵¹

É esta situação descrita por Carlos Cardoso, aliada a uma taxa muito alta de analfabetismo, como também a um sistema educativo defeituoso que explica que a forma como se faz a política na Guiné-Bissau, que não pode ter outro resultado a não ser clivagens sociais. O relatório da “Voz de Paz” apontou que:

“A instabilidade política e institucional foi duramente criticada nas sessões de escuta como uma das manifestações mais perversas da má compreensão do sistema pluralista que a

¹⁴⁹ Cf. Gomes Rosa Antonieta, 2010

¹⁵⁰ Cf. Cardoso Carlos, 2002, p. 6

¹⁵¹ Cf. Id. P19

Guiné-Bissau escolheu no início dos anos 90. «O maior conflito que temos é que nenhuma legislatura conseguiu chegar ao fim. Nunca esperamos pelo voto na urna para condenar um governante. Este é um dos fatores que promovem conflitos no nosso país». Tal foi o diagnóstico de um participante na auscultação realizada em Cacheu (norte).”¹⁵²

David O'Regan e Peter Thompson escreveram que:

“A Guiné-Bissau possui um sistema político híbrido ou semipresidencial, com um Presidente e um Primeiro Ministro. Nos termos da constituição, o cargo de Presidente é dotado de amplos poderes, nomeadamente o poder de nomear e exonerar o Primeiro-Ministro, o Chefe das Forças Armadas, o Procurador-Geral da República e membros do governo. O presidente pode criar ministérios e departamentos governamentais, empossar juízes e promulgar determinados decretos e leis. Na prática a Presidência exerce muitos outros poderes. (...) A concentração de poderes e a ausência de mecanismos de controlo da ação exercida pela presidência da República estão no âmago das crises que afligem a Guiné-Bissau.”¹⁵³

Na perspetiva de Elisabete Azevedo-Harman:

“A consolidação da democracia enfrenta maiores dificuldades em regimes semipresidencialistas altamente presidencialista, escreveu que a Guiné-Bissau contribui para o reforço das conclusões desta teoria. A Guiné-Bissau é um sistema semipresidencialista com alto pendor presidencialista e tal como no veredito deste politólogo após 14 anos de multipartidarismo a consolidação da democracia está ainda longe de ser uma realidade. Perante a recorrente instabilidade política e a deficiente democratização que o país tem testemunhado é oportuno perguntar se o sistema político vigente é o fator causal para esta situação ou se ao invés se este sistema tem sido um mal menor.”¹⁵⁴

¹⁵² Cf. Voz de Paz, 2010, p. <43>

¹⁵³ Cf. O'Regan David e Thompson Peter, 2013, p. 36

¹⁵⁴ Cf. Azevedo-Harman Elisabete, 2009, p.2

Esta tese de Azevedo-Harman é discutível na medida em que há muitos regimes semipresidencialistas que funcionam bem. O caso da Guiné-Bissau é específico, e embora o sistema tenha a sua quota de responsabilidade, não constitui um fator único de tensão. É da nossa opinião que o sistema semipresidencial, tal como é definido na Constituição da Guiné-Bissau tem uma grande responsabilidade na instabilidade do País. Como disse o Professor António José Fernandes, “a estabilidade dos Governos também está, de certo modo, ligada ao sistema de poder, ou seja, ao tipo de relações que a constituição estabelece entre ele e os outros órgãos superiores do Estado, mas depende sobretudo do sistema de partidos existente em cada país.”¹⁵⁵

A partilha do poder entre o Presidente da República e o Primeiro-Ministro não está bem delineada e a esperança de vida de um governo fica muito dependente dos caprichos do presidente da República. O país tem grandes limitações em termos de compreensão deste tipo de sistema estranho à realidade africana, onde desde tempos imemoriais se conhece só um chefe.

2.3.6. Fator externo ou a mão externa na instabilidade Guineense.

A opinião é geral entre os observadores da cena política guineense: de que há mão externa na sua instabilidade. Mesmos os cidadãos comuns, quando lhes é questionado acerca das causas das convulsões na Guiné-Bissau, apontam o dedo aos países vizinhos, particularmente ao Senegal. É comum ouvir, “mas o Senegal não quer o nosso desenvolvimento para poder escoar os seus produtos no nosso mercado”. A verdade é que se analisarmos a fundo o que acontece no espaço CEDEAO, concluimos que os seus países-membros se destabilizam uns aos outros devido a interesses geoestratégicos ou económicos. Esta realidade verifica-se no caso da Guiné-Bissau.

¹⁵⁵ Cf. Fernandes José António, 2010, p. 132

Segundo Celisa dos Santos Pires de Carvalho, “não sendo o fator número um da instabilidade na Guiné-Bissau, a posição geográfica não deixa de ser um dos principais. Primeiro, a Guiné-Bissau encontra-se encravada entre dois países ex-colónias francesas e outros tanto nos arredores, falantes da mesma língua, o que faz prever que haja solidariedade/proximidade mais acentuada entre estes porque partilham um passado comum.”¹⁵⁶

Carlos Sangreman, et al., abordando a questão externa da instabilidade guineense, apontaram que:

“o conflito que assolou o país em 1998 deve ser analisado numa perspetiva que abarque a sua dimensão externa. Um dos aspetos desta dimensão externa prende-se com a rivalidade entre Portugal e França no que respeita à Guiné-Bissau. Esta rivalidade tem origem muito remotas. A forma diferente como Portugal e a França têm encarado a política interna e externa guineense tem estado ligado aos interesses económicos, culturais, políticos e geográficos que o país representa para cada um deles”¹⁵⁷

2.3.7. Fatores de ordem geral ou transversais.

2.3.7.1. O papel do irã, morros ou mistério.

Ao abordar esta parte, lembrámo-nos que é uma questão que os intelectuais africanos não gostam de falar devido à sua natureza retrógrada. Até hoje no século XXI, ainda permanece “a guerra de todos contra todos” do filósofo inglês em África. Esta guerra mística ou de mistério é levada a cabo pelos irãs para os animistas e pelos morros para os muçulmanos. A sociedade africana em geral e a Bissau-guineense em particular pode ser caracterizada como de desconfiança permanente. Ninguém confia em ninguém e cada um recorre aos irãs ou morros para a sua proteção, ou para a segurança do seu emprego, ou porque o subordinado está a visitar morros ou irãs para lhe tirar a posição, ou pelo desejo de uma promoção no emprego.

¹⁵⁶ Cf. De Carvalho Celisa, 2014, p. 84

¹⁵⁷ Cf. Sangreman Carlos, et. All, 2006, p. 15-16

A crença nesse fenómeno é generalizada em África e na Guiné-Bissau em particular, qualquer que seja o nível intelectual do africano, uma vez regressado ao continente, é mesmo obrigado pelos familiares a procurar um guardião místico, por medo de ser morto ou de perder o emprego. São milhões que são gastos nesta guerra pelos muçulmanos e muitos animais são sacrificados nos irãs pelos animistas. Esta realidade verifica-se na Guiné-Bissau, na Gambia e no Senegal. Esta guerra, que pode parecer absurda a um europeu, é causa de sofrimento de muitos africanos.

Ninguém se casa sem visitar um morro ou um dono de irã para saber se a mulher que pretende tem sorte ou não, se tiver um emprego tem de consultar o morro ou o irã para identificar os inimigos no seu local de trabalho, com finalidade de uma contra ofensiva. Se acontece uma calamidade tem que ver com os morros e irãs o que está por trás desta.

Por exemplo, vejamos um exemplo narrado por Delfim da Silva, que estaria por detrás da instabilidade na Guiné-Bissau. Lemos na obra de Delfim da Silva que:

“Efetivamente, cada um começou a procurar os caminhos do seu recuperado centro tribal, reclamando o confortante apoio dos deuses de tabanca, as raízes perdidas, a seiva da terra, o perfume particular do seu próprio “tchong”. (...) O reino da infância, colorido, mas povoado de medos, todo um mundo de medos – medo de irã, polóns, de deuses menores, medo de progresso – a insegurança que prendia as pessoas e, por um processo circular, lhes fazia regressar compulsivamente ao refúgio protetor, aos mesmos irãs, pólon, mecinhos, aos pequenos deuses. – e o nosso autor questiona por se próprio – Como é que um povo pode avançar se tiver à sua frente dirigentes, doutores e engenheiros, todos eles ou grande parte deles completamente submissos aos irãs, aos mecinhos, à malila?¹⁵⁸

Delfim da Silva continua a narrativa, para nos elucidar mais neste fenómeno de paranoia dos africanos, uma história real que parecia uma anedota, e escreveu:

¹⁵⁸ Cf. Da Silva Delfim, 2003, p. 154

“O meu amigo João José Silva Monteiro (Uko) tinha feito, para mim, uma síntese inesquecível. Disse-me “fulano, regressamos à África”. Estávamos nos dois, juntos na viatura do diretor do Liceu Nacional Kwame N’kruma (ex.- Honório Barreto) a observar com muita atenção uma cena noturna insólita. Estavam a fazer escavações apoiadas por uma máquina moderna (uma escavadora mecânica) em plena Praça Che Guevara. A razão de uma tal operação tinha a ver, dizia-se, com uma recomendação feita por “homens grandes da terra” – dignatários animistas – no sentido de se retirar do subsolo uma “canoa mítica”, essa canoa mítica” que resgatada, serviria de garante da paz guineense perpétua! Participou na iniciativa de escavar a Praça Che Guevara antiga Honório Barreto ou Domingos Lacô, na tentativa de encontrar a canoa enterrada nos tempos da pacificação. Acreditava, e ainda acredita, que o desenvolvimento do país estava intimamente ligado à remoção dessa canoa que os grandes da terra haviam enterrado com virgens, para se defenderem dos tugas e dos islamizados.¹⁵⁹

Esta narrativa de Delfim da Silva revela-nos o grau de seriedade deste problema de guerra mística que até nos dias presentes continua. O atual Presidente da República da Guiné-Bissau é acusado de, para demitir da função de chefe de Estado Maior o general António Indjai, ter ido à sua Aldeia, Qualiquisse, consultar os irãs do seu “tchong” de manjacos em kaliquiss para o aconselharem.

Uma outra crença que apareceu do puro preconceito é o facto de na Guiné-Bissau se acreditar que há algumas etnias às quais, por terem traído no passado o seu rei, foi rogada a praga de que nunca reinarão pelo resto da humanidade. É o caso da etnia “Banhum”, conhecida no lado do Senegal como “Bainouk”, que segundo os relatos históricos traiu o seu rei, matando-o num golpe bem montado. Os rumores correm que o atual líder do PAIGC é desta etnia e é por isso que nunca conseguira reinar ou melhor mandar na Guiné. Verdade ou não, o futuro nos edificará melhor.

¹⁵⁹ Cf. Id. P. 155

2.3.7.2. A corrupção generalizada.

A corrupção é o fenómeno mais difícil de controlar ou provar, mas pela manifestação daquilo que se vê na Guiné-Bissau torna-se evidente que os agentes do Estado se envolvem em atos de suborno. Um indivíduo nomeado para um cargo ministerial começa a construir dentro de um ano casas de construção definitiva e a comprar carros de últimos modelos. Na última legislatura, denúncias de corrupção foram feitas pelo próprio Presidente da República da Guiné-Bissau, José Mário Vaz, e no passado mês de fevereiro de 2019, foi o antigo procurador da República que durante um seminário dizia que a corrupção no aparelho de Estado atingiu proporções alarmantes. As populações queixam-se que em todos os setores da vida administrativa do país este fenómeno é visível. Nos hospitais, tribunais, no conservatório, nada se pode resolver sem dinheiro no bolso.

O site do jornal “DW”, citando Transparência Internacional, escreveu na sua publicação de dia 10 de Março 2019, que: “no Índice de perceção da corrupção 2015, da Transparência Internacional, a Guiné-Bissau aparece como um dos países mais mal colocados do mundo, na 158ª, de 168 países analisados.”¹⁶⁰

O trecho desta organização revela quão profunda é a realidade deste flagelo na Guiné-Bissau e como o fenómeno engloba todos setores do país. São múltiplas as denúncias feitas pelo atual Presidente da República acerca deste assunto. De facto, uma das razões evocadas aquando da demissão do governo liderado por Simões Pereira foi a da corrupção.

O relatório de “Voz de Paz” é muito revelador. Segundo este:

“A corrupção foi longa e amplamente debatida em todas as sessões de auscultação. Ela é considerada a mãe dos vícios. O seu carácter difuso é denunciado. A sua generalização em todas as escalas é fustigada como matriz da pobreza que grassa no país. A corrupção dos dirigentes é particularmente denunciada como gerador de conflitos e pobreza. Como disse uma

¹⁶⁰ Cf. “DW”, 10-03-2019

panelita na sessão de Bissorâ: “O Presidente rouba. O governador rouba. O ministro, e mesmo o primeiro-ministro, roubam. Quem é que não vai roubar?”¹⁶¹

Por seu turno, Antonieta Rosa Gomes apontou que:

“A corrupção generalizada na Administração Pública que se manifesta, pelo nepotismo, clientelismo, desvio de dinheiro público e partidarização de cargos administrativos, constituíram grandes obstáculos à modernização. A degradação dos níveis de vida atingiu de forma indiscriminada todos os servidores de Estado, de tal sorte, que se estabeleceu prática de corrupção generalizada, com vista a sobrevivência.”¹⁶²

Assim, a corrupção constitui o maior flagelo da Guiné-Bissau, desviando os fundos destinados ao desenvolvimento para fim pessoais, e deixando as populações na maior carência.

2.3.7.3. Falta de distinção entre problemas pessoais e assuntos do Estado.

Amílcar Cabral sabia sempre diferenciar as coisas. Segundo Manuela Ribeiro Sanches, Cabral dizia sempre à sua tropa o seguinte: “Não combatíamos o povo Português, mas, sim, o colonialismo Português”.¹⁶³

Os dirigentes políticos de hoje na Guiné-Bissau têm dificuldade em diferenciar problemas pessoais ou privados dos de Estado, e na maioria dos casos estes são transportados do âmbito privado para a esfera do Estado. Há muitas lutas que se verificam na Guiné-Bissau que não são de poder, mas do “eu”, do ego. Estas lutas pessoais têm repercussão na esfera de relacionamento de órgãos de soberania, particularmente quando os nela envolvidos ocupam cargos do Estado. Se são deputados, o parlamento torna-se uma arena de ajuste de contas em vez de debate políticos para a resolução dos problemas nacionais. Dizem que muitas demissões de primeiros ministros no passado foram motivadas por diferendos de âmbito pessoal.

¹⁶¹ Cf. Voz di Paz, 2010, p. 72

¹⁶² Cf. Gomes Rosa Antonieta, 2010

¹⁶³ Cf. Sanches Ribeiro Manuela, 2018, p. 106

Na passada quinta feira 18 de abril de 2019, os deputados guineenses eleitos nas eleições do dia 10 de março tomaram posse em Bissau, iniciando assim a décima legislatura. Os discursos dos líderes dos dois partidos mais votados, nomeadamente o PAIGC e o MADEM-G15, continham pequenas frases vistas pelos analistas da política guineense como sendo provocações desnecessárias e que não ajudam à criação de um ambiente de paz, continuando a demonstrar a pessoalização dos problemas.

A pequena frase “Não aceitaremos nem muito menos permitiremos interferência estranha no processo de governação”¹⁶⁴, do líder do PAIGC, no seu discurso de investidura dos deputados, foi vista como uma encomenda enviada à Presidência da República e uma declaração de guerra. Uma outra frase vinda do líder do MADEM G-15 retorquia: “Considerado por alguns como grupo de dissidentes falhados em via de extinção política teve uma expressiva votação de confiança do povo guineense que superou todas as expectativas”¹⁶⁵. Estas duas frases dos discursos no primeiro dia de trabalho da Xª legislatura, aliado à rejeição da candidatura do líder do MADEM G-15 ao posto de 2º Vice-presidente da Assembleia, bastaram para criar a confusão, que culminou com o encerramento da sessão pelo presidente do Parlamento. Podemos dizer que a Xª legislatura começou com uma nova crise. Guiné-Bissau é a terra das crises alimentadas pelos problemas de âmbito pessoal.

3. CONCLUSÃO

Nos três capítulos que compõem esta dissertação, tentou-se analisar o problema da instabilidade crónica na Guiné-Bissau. Procurou-se identificar as origens e causas deste fenómeno que ainda continua sem solução duradoura.

¹⁶⁴ Cf. Pereira Simões Domingos, 2019

¹⁶⁵ Cf. Braima Camara, 2019

No primeiro capítulo, o mestrando iniciou o trabalho com uma abordagem de perspectiva histórica, começando em primeiro lugar pela origem de tomada de consciência para a necessidade de se autodeterminação dos povos africanos, precisamente das primeiras camadas intelectuais africanas, em geral, e da Guiné-Bissau em particular. A conferência de Bandung foi, neste sentido, considerada como o ponto de partida dessa tomada de consciência.

Assim sendo, o primeiro capítulo que se intitula, “As páginas negras da história da Guiné”, dedicou-se a analisar a história dos vários episódios de violência na Guiné-Bissau, partindo do período anterior à independência até ao último golpe de Estado de 12 de abril de 2012. Este capítulo demonstrou que, durante toda a existência do Estado da Guiné-Bissau, a violência e a pena capita foram sempre as expressões mais salientes para a resolução de qualquer tipo de conflito, seja qual for a sua natureza.

O segundo capítulo, dedicado ao regime ditatorial de João Bernardo Vieira (Nino), analisou o reino do terror, de atrocidades, de violações de direitos humanos, da corrupção, do tribalismo e nepotismo de um regime visto por muitos guineenses como aquilo que trouxe a desgraça nacional. Este capítulo ainda confirmou que o diálogo nunca foi uma opção do regime de Nino Vieira, sendo sempre a violência a imperar. Um regime notório pela implantação da desordem tanto nas forças armadas como no próprio aparelho do Estado Guineense.

O último capítulo, que tem por título “Instabilidade crónica fatores ou variáveis determinantes?”, averiguou qual foi a contribuição de cada um dos fatores anunciados no fenómeno estudado. Partindo do fator económico e muitos outros, foi demonstrado que todos eles, de forma diferente, tinham contribuído para este flagelo que continua a minar o Estado guineense, e que nenhuma solução se vislumbra até a data presente.

Por ter sido considerado, da nossa parte, um fator recente e transitório, não foi abordada a contribuição do fator do tráfico de droga no presente estudo. Este fator não é visto como origem das subversões guineenses, embora tenha exacerbado o problema. Um outro fator não menos importante e que é também fonte de clivagem da elite ou classe dirigente da Guiné-

Bissau que não foi abordado neste estudo, é a natureza, “tipo salada russa” da origem da formação da elite guineense. Na Guiné-Bissau muitos dirigentes foram formados nos países de leste, particularmente nas antigas Repúblicas socialistas e outros foram formados nas universidades ocidentais, esta realidade constitui um foco de tensão entre as duas elites. A formação de leste aparece menos valorizada e os formados no ocidente são mais privilegiados em termos de emprego. Este fator pode ser estudado de forma aprofundada por futuros investigadores por que está muito ligado à questão da luta de personalidade que se verifica naquele país.

Durante todo o processo de investigação, revelou-se a profundidade e a complexidade do problema de instabilidade neste país lusófono, como da dificuldade em encontrar uma saída definitiva. As tentativas não faltaram, tanto a nível interno como a nível das organizações internacionais.

A nível interno notaram-se duas iniciativas: a Conferência Nacional de Reconciliação - cuja comissão de organização percorreu todo o território da Guiné-Bissau para as sessões de auscultação - nada produziu até este ano de 2019. Uma outra iniciativa, chamada Voz de Paz, fez o mesmo trabalho e teve o mesmo resultado de insucesso.

As organizações internacionais que acharam que o problema de instabilidade resida nas forças de segurança de defesa, iniciaram um processo de reforma neste setor e não obtiveram os resultados esperados devido à resistência da classe castrense guineense.

As forças de segurança e de defesa são predominantemente da etnia balanta que consideram a reforma como uma forma de perder o poder que lhe resta.

A nossa investigação, que tinha como objetivo a procura das origens e causas da instabilidade permanente na Guiné-Bissau, permitiu-nos identificar várias origens e causas deste flagelo naquele país. Estas manifestaram-se em diferentes momentos do percurso histórico do Estado guineense.

Em primeiro lugar foram identificadas as origens históricas remotas que acompanharam o país desde a luta de libertação até ao presente, constituídas pela violência nascida em Cassacá, mortos e violações dos direitos humanos. Estas origens nunca foram objeto de resolução nem de reconciliação ou reparação por parte do Estado a famílias vítimas. A estas juntaram-se duas outras origens que são: a questão mal resolvida de desmobilização dos antigos combatentes, e outras de natureza social, tais como o desenvolvimento, a educação, a saúde, e o bem-estar social em geral, que os governantes não resolveram.

Esta investigação provou uma vez que o recurso às armas para a obtenção da independência não foi o meio eficaz para este fim; que a democracia entendida como um processo de diálogo e de negociação permanente será sempre a via mais eficiente tanto para a resolução dos problemas como para o progresso das nações. Notou-se que todos os países africanos que escolheram esta via mergulharam numa instabilidade ou numa guerra civil e ficaram na cauda do índice de desenvolvimento. Se hoje a nossa geração tivesse de apreciar a ação de Amílcar Cabral à luz da realidade atual da Guiné-Bissau, o resultado não poderia ser positivo.

Para uma saída definitiva da Guiné-Bissau desta instabilidade recomenda-se, em primeiro lugar, uma verdadeira reconciliação e uma responsabilização do estado pelos crimes cometidos desde da luta de libertação até o golpe de 2012. Mais se recomenda obrigar este último a pagar indemnizações às famílias atingidas. Para isto, será necessária a criação de um fundo especial para o efeito, ao qual se juntará também o fundo de desmobilização que foi iniciado pela comunidade internacional há alguns anos atrás.

Quanto às origens de instabilidade ligadas a problemas de demandas sociais, a comunidade internacional tem de acompanhar a Guiné-Bissau na elaboração e execução de programas de desenvolvimento em todos os setores-chave, tais como a economia, a formação dos quadros competentes, a luta contra a corrupção em todas as suas formas, e na distribuição

equitativa dos rendimentos do país com a finalidade de eliminar o desequilíbrio social tão notável na sociedade guineense.

Há também uma necessidade premente de assistir ao esforço da Guiné-Bissau na consolidação da democracia. Só com uma democracia consolidada e bem entendida pelos guineenses se compreenderá que os mandatos democráticos são para concluir e não interromper por aqueles que não foram incumbidos de governar. Só com a democracia a Guiné-Bissau encontrará o caminho do desenvolvimento sustentável e de paz tão procurado durante as quatro décadas da sua existência. Para o sucesso de qualquer empreendimento para a estabilização da Guiné-Bissau, a abordagem seria de uma forma integrada, não se podendo adotar soluções isoladas. Considerando tudo aquilo que expomos nesta dissertação, resta-nos deduzir que, da sua existência como país independente até à data presente, **a única coisa estável na Guiné-Bissau é a instabilidade.**





4. REFERÊNCIAS.

- AMADO, LEOPOLDO, (2011), “Guerra Colonial & Guerra de Libertação Nacional 1950 – 1974 O caso da Guiné-Bissau”, Edição: Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento Ministério de Negócios Estrangeiros Núcleo de documentação;
- AMADO, LUÍS, (2012), “Jornal de Noticia, edição de 18 de Abril, 2012;
- AZEVEDO-HARMAN ELISABETE, (2015) O semipresidencialismo na Guiné-Bissau: Inocente ou culpado da Instabilidade Política, 2015, disponível, em https://www.gbissau.com/wp-content/uploads/2015/01/semipresidencialismo_GBissau-Elisabete_Azevedo-2015.doc.pdf acessado em 14/3/2019 as 17h30
- BARROS JOÃO, diretor do “Diário de Bissau”, in “Público” de 2 de agosto de 1998;
- BARRY BOUBACAR-SID, ET.AL, (2007) Conflict, livelihood and poverty in Guinea-Bissau, publicação: Washington: The World Bank;
- BESSA, ANTÓNIO, (1996) A arte de governar: Ensaio sobre classe dirigente e formula política, Publicação: Lisboa, Instituto Superior de ciências sociais e políticos, 1996;
- CALVÃO, ALPOIM, (1976), “De Conakry ao MDLP: dossier secreto” Editorial Intervenção Lisboa;
- CAMARA, BRAIMA, (2019), “Discurso de tomada de posse dos deputados da X legislatura da Guiné-Bissau”
- CANDE MONTEIRO, ARTEMISA ODILE, (2013), Guiné-Bissau: da luta armada à construção do Estado Nacional: conexões entre o discurso de Unidade Nacional e Diversidade Étnica (1959- 1994), Tese de Doutoramento disponível em <https://www.pordentrodaafrica.com/wp-content/uploads/2014/10/Guiné-Bissau.pdf>, acessado em 28/1/2019 as 18h:39;
- CARDOSO, CARLOS, (2002), A formação da elite política na Guiné-Bissau, coleção: ocasional paper; 5, Cetro de Estudos Africanos, 2002;

CASSIMIRO JORGE FERNANDES, 2010, Artigo publicado no blog: Didinho em novasdaguinébissau.blogspot.com/2010/07/porfernando-jorge-cassimiro-artigo.html acessado em 04/2/2019 as 19h:39;

CASTANHEIRA, JOSÉ PEDRO, (1995) Quem mandou matar Amílcar Cabral, Edição: Relógio D'Água -ISBN 9789727082858, Lisboa 1995;

COMISSÃO ORGANIZADORA DA CONFERÊNCIA NACIONAL (COCN), (2018), Em nome de Paz: Relatório final, Consulta Nacional sobre Paz, Reconciliação e Desenvolvimento, Edições e Papelarias, Lda., Lisboa, Março de 2018;

DA SILVA, F. DELFIM, (2003) Guiné-Bissau: Páginas de história política, rumos da democracia, Impressão Nova gráfica, Lda., 2003;

DA SILVA, HENRIQUES FRANCISCO, (2014), “Crónicas dos (des)feitos da Guiné”, Editor: Edições Almedina, S.A;

DA SILVA, HENRIQUES FRANCISCO, (2019), “Guiné-Bissau: a mini-guerra de 1998-1999. Estamos perante um Estado-falhado ou perante o fim do Estado” Paper apresentado na conferência de Associação de Geografia em 29 de abril, 2019;

DE BARROS, MIGUEL, (2014) A sociedade civil e o Estado na Guiné-Bissau: Dinâmica, Desafios e perspetivas, 2014, Edição: U.E. PAANE;

DE CARVALHO, CELISA, (2014) Guiné-Bissau: A instabilidade Como Regra, 2014, Tese de Mestrado apresentada na Universidade Lusófona da Humanidade e Tecnologia, Lisboa, 2014;

DE OLIVEIRA, DARCY MIGUEL ROSIS, (1978) Guiné-Bissau: reinventar a educação, Lisboa: Sá da costa, 1978, coleção: caderno livres, 14;

DE SOUSA, GIRAÓ MIGUEL, (2013) Guiné-Bissau: o golpe militar de 12 de Abril e a necessidade da reforma do sector de segurança, 2013, disponível em <https://hdl.handle.net/11067/1024> acessado em 14/3/2019 as 15h 30

DELCANO, RUBILSON, (2015) Antecedentes históricos da Guiné-Bissau: uma análise da pós-independência, 2015 disponível em <https://pordentrodaafrica.com/cultura/antecedentes-historicos-da-guine-bissau>;

DE BARROS, MIGUEL E RIVERA, OSCAR, (2013), “A (Re) Construção do Estado no contexto dos Estados frágeis: o caso da Guiné-Bissau” disponível em <https://pt.scribd.com/documento/124781970/> consultado em 23/4/2019 as 21h 19;

DIAS COSTA, EDUARDO, (2013), “From the Unbearable “Resilience” of Coupism to Ethnicization: a Short Journey for the Armed Forces of Guinea-Bissau, Nordic Journal of African Studies 22(1&2): 6-22 (2013);

DJALO, TCHERNO, (2013) O mestiço e o poder: identidade, dominação e resistência na Guiné-Bissau, Lisboa, Nova Veja, 2013;

DJAU, MALAM, (2016), Trinta anos de golpes de Estados na Guiné-Bissau: uma análise da elite militar; Tese de Mestrado apresentada na universidade Federal do Paraná, Brasil, disponível em <https://www.cienciapolitica.afpr.br/ppgcp/wp-content/uploads/sites/4/2016/07/dissertação-Malam-Djau.pdf>, Access ado em 28/1/2019 as 14h:55;

DJAU MALAM, ET.AL. Conflito étnico e militar: consolidação e afirmação do Estado, Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do conhecimento. Ano o2, vol. O1. P. 691;

DUARTE, E. ANTÓNIO, (1997), “A independência da Guiné-Bissau e a descolonização Portuguesa. Edições: Afrontamento;

DW, 10-03-2019, Transparência Internacional, Índice de corrupção na Guiné-Bissau, disponível em <https://www.dw.com/pt-02/corrupção-na-guine-Bissau/t-17417970> acessado em 24/3/2019 as 20h o8;

EMBALO, AGUINALDO, ET.AL, Guiné-Bissau a evolução socioeconómica 1990-1994, Publicação: Lisboa: predial portuguesa, 1996;

EMBALO, ALEN YERO, (2012) Reportagem à Rfi do golpe de Estado de 12 de abril 2012;

- FORREST, JOSUHUA B. (1992), Power, Conflict, and renewal in West African nation, west/view Press, 1992;
- FREIXO VAZ, JOAO MANUEL (2011), Metodologia Científica Fundamentos Métodos e Técnicas, editor: Instituto-Piaget
- FUKUYAM, FRANCIS, (2015) Ordem política e decadência política, Tradução de Miguel Mata, edição: Dom Quixote, 2015, ISBN 9789722056458;
- GARCIA, FRANCISCO PROENÇA, (1996) Os movimentos independentistas, O Islã e o Poder Português (Guiné 1963 – 1974) – 1996;
- GOMES, ROSA ANTONIETA, 2010, “O poder militar e a desedificação do estado de direito e da democracia na Guiné-Bissau”, apresentação feita no 7º Congresso de Estudo Africanos, Lisboa 2010; disponível em <https://repositorio.iscte-141/bitstream/10071/10071/> consultado em 23/4/19 as 17horas;
- GOMES, CARLOS JOAO, (1998) Polón di Bra: um documento de reflexão sobre uma guerra devastadora, desnecessária e injustamente imposta ao povo da Guiné-Bissau, 1998;
- IALA, AGOSTINHO RAIMUNDO, (2012) Abandono escolar precoce na Guiné-Bissau: fatores, sentimentos e consequências, Tese de mestrado, publicação: Lisboa: (S.N), 2012;
- INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES, (2016) cadernos de orientação metodologia para elaboração de trabalho de investigação, Lisboa
- IGNATIEV, OLEG, (1975) Tês tiros da P.I.D.E.: Quem, Porquê e Como, mataram Amílcar Cabral, Tradução direta do Russo por Maria Teresa Alpiarça, Prelo Editora, Lisboa 1975;
- INTERNATIONAL CRISIS GROUP: AFRICA REPORT Nº 190, Beyond Turf wars: managing the post-coup transition in Guinea-Bissau, 2012;
- KHOL, CHRISTOPH, Construindo a nação na África pós-colonial: o exemplo da Guiné-Bissau, em <https://revista.uece.br/index-php/tensoesmundiais/artigo/view/587/468>;

- KOUDAWO, FAFALI, (2001) Cabo-Verde e Guiné-Bissau da Democracia Revolucionaria a Democracia Liberal, coleção Kaku Martel, serie Ciências Sociais, Nº 14 “INEP, impressão Nova gráfica, 2001;
- LIGA GUINEENSE DOS DIREITOS HUMANOS, 2013, “Guiné-Bissau 40 anos de Impunidade”, Edição: Impressão Guide, Artes Gráficas;
- LOPES, CARLOS, (1982) Guinea-Bissau: from liberation struggle to independence statehood, publicação: Boulder: westview, 1982;
- LOPES, CARLOS, (1988) Para uma Leitura Sociológica da Guiné-Bissau, Coleção: Edições Es. Nº2, 1988;
- LOPES, CARLOS, 1982, Etnia, Estado e Relação do poder na Guiné-Bissau, Publicação: Lisboa: Edições 70, 1982;
- MATOS, JOSÉ, (2014) O inicio da Guerra na Guiné-Bissau (1961 – 1964), Revista militar Nº 2566 – novembro 2014, <https://www.revistamilitar.pt/artigo1066>;
- MOREIRA, ANDRIANO, 2014, “Ciências Politicas” 6ª Edição, Editor: Edições Almedina, S.A
- NÓBREGA, ALVARO, (2003) A luta pelo Poder na Guiné-Bissau, Lisboa, Universidade técnica de Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e politicas, Índex, ISBN: 972-8726-19-8;
- ORAMAS, OSCAR, 2014, “Amílcar Cabral Para alem do seu tempo”, Editor: Edições Unicv-Praia;
- O'REGAN, DAVID E THOMPSON PETER, 2013, Promover a estabilidade e Reconciliação na Guiné-Bissau: Lições do Primeiro Narco-Estado de África, Relatório Especial do CEEA, disponível em <https://africacenter.org/wp-content/uploads/2016/06/ASRO2> pt-promover-a-estabilidade-e-reconciliação-na-guiné-bissau-lições-doprimeiro-narco-estado-de-africa;
- PEREIRA, SIMÕES DOMINGOS, 2019, “Discurso no ato de tomada de posse dos deputados da Xª legislatura da Guiné-Bissau;

- PEREIRA, TEOTÓNIO LUISA E MOITA LUIS, (1976) Guiné-Bissau: 3 anos de independência, 1976, Edição: CIDAC, coleção Africa em Luta;
- PNUD, (2006) Reformar as políticas para atingir os objetivos do milénio para o desenvolvimento na Guiné-Bissau: Relatório nacional sobre o desenvolvimento humano na Guiné-Bissau, 2006: documento síntese, publicação: Bissau PNUD;
- ROQUE, FATIMA MOURA, (2019), Uma década de Africa- um continente e os seus desafios atuais e futuros, 1ª Edição: Edições: Texto Editores, Lda. (uma editora do grupo Leya);
- RUDEBECK, LARS, Colapso e reconstrução politica na Guiné-Bissau 1998-2000: um estudo de democratização difícil, tradução de António Lourenço e Maria Lourenço, publicação: UPPSALA;
- SAMBU, QUEBA, (1989) Ordem para matar: Dos fuzilamentos ao caso das bombas na Embaixada da Guiné-Bissau, Edições Referendo, Lisboa, 1989;
- SANCHEZ, RIBEIRO MANUELA, (2018), Descolonizações Rer Amílcar Cabral, Césaire e Du Bois no séc. XXI, 1ª Edição: Edições 70, uma chancela de Edições Almedina, S: A
- SANGREMAN CARLOS, ET.AL, A Evolução 2010 -2016, working paper CESAG 148/2016 em <https://www.repository.utl.pt/handle/10400 - 5/12600>;
- SANGREMAN, CARLOS, ET.AL, (2006) A evolução politica recente na Guiné-Bissau: As eleições presidenciais de 2005, - Os conflitos, - o desenvolvimento, A sociedade civil, documento de trabalho N°10, em <https://int.search.tb.ask.com>;
- SARTORI, GIOVANNI, 2018, “Ensaio de Política Comparada”, tradução de Ana Cameira, Bruno Cordeiro e Marco Lise, Impressão: Europress- Indústria Gráfica;
- SEMEDO, JORGE RUI, 2010, “O Estado da Guiné-Bissau e os seus desafios politico-institucionais”, apresentação feita no 7º Congresso De Estudos Africano, Lisboa 2010; disponível em <https://repositorio-iscte-iul/bitstream/10071/> consultado em 23/4/19 as 16h30;
- SILVA, DUARTE E. ANTÓNIO, 1997, “A Independência da Guiné-Bissau e Descolonização Portuguesa”, Edições: Afrontamento;

SOARES, LUÍS RODRIGUES DE CASTRO, (2013) Desafios á Paz na Guiné-Bissau: O papel da etnicidade na Reforma do Setor de Segurança, 2003, Tese de Mestrado apresentada na Universidade de Coimbra, Coimbra 2003;

SOUSA SOARES JULIÃO, 2012, “Guiné-Bissau: A destruição de um País, desafios e reflexões para uma nova estratégia nacional”, Impressão: Pantone4, Lda., 1ª Edição;

VISENTINI, FAGUNDES PAULO, ET.ALL, 2012, “Os Países Africanos Diversidades de um Continente”, Editora: Leitura XXI, 1ª edição;

VOZ DI APZ, Guiné-Bissau: as causas profundas de conflitos: “voz do povo”, publicação: Bissau: voz di povo, 2010;

ZEVERINO, JORGE GUILHERME, (2005) O conflito político-militar na Guiné-Bissau (1998-1999), Instituto Português de Apoio ao desenvolvimento, 2005;